



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Jonathan Henri Sebastião Jaumont

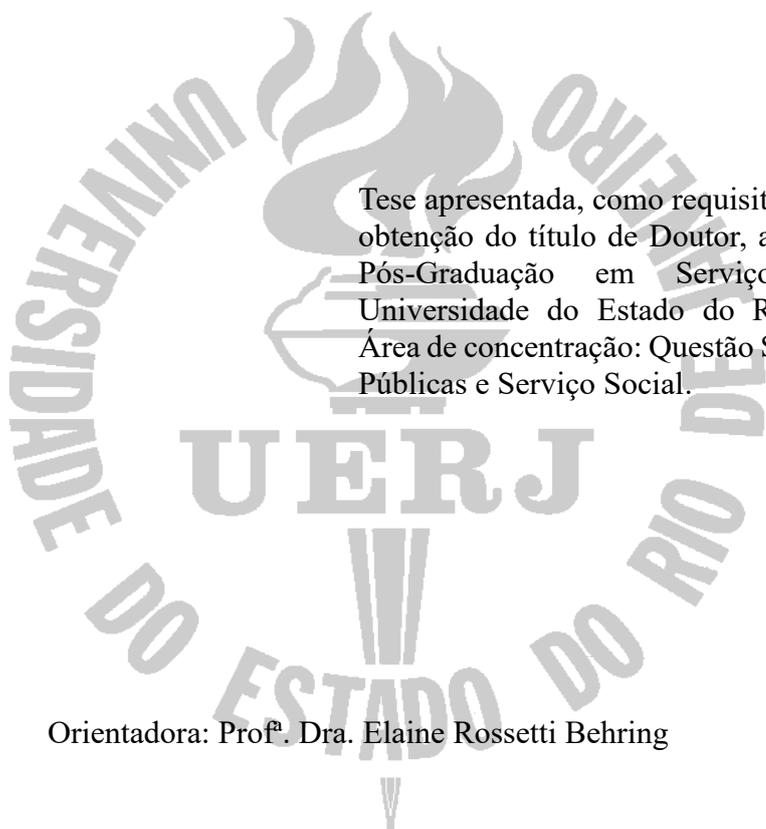
**Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos
estratégicos da economia brasileira no século XXI**

Rio de Janeiro

2022

Jonathan Henri Sebastião Jaumont

Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos estratégicos da economia brasileira no século XXI



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elaine Rossetti Behring

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

J41	<p>Jaumont, Jonathan Henri Sebastião. Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos estratégicos da economia brasileira no século XXI / Jonathan Henri Sebastião Jaumont. – 2022. 151 f.</p> <p>Orientadora: Elaine Rossetti Behring. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.</p> <p>1.Capitalismo – Teses. 2. Brasil – Condições econômicas – Séc. XXI – Teses. 3. Serviço Social – Teses. I. Behring, Elaine Rosseti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.</p> <p>CDU 330.342.14</p>
-----	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jonathan Henri Sebastião Jaumont

Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos estratégicos da economia brasileira no século XXI

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Aprovado em 17 de janeiro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Elaine Rossetti Behring (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^ª. Dra. Juliana Fiuza Cislighi
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^ª. Dra. Ana Paula Procópio da Silva
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^ª. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dra. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

À Renata, América e Violeta,
minhas companheiras de jornada.

Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções.

Eduardo Galeano (1985)

RESUMO

JAUMONT, Jonathan Henri Sebastião. *Tendências de um padrão de reprodução do capital: análise dos eixos estratégicos da economia brasileira no século XXI*. 2022. 151 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese é um esforço para a compreensão da conjuntura brasileira atual. Neste sentido, se volta para as transformações societárias mundiais que, desde a década de 1970, gestaram o capitalismo atual para explicitar seus impactos sobre o padrão de reprodução do capital no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. O objetivo é acompanhar o comportamento dos setores estratégicos da economia brasileira neste período para analisar as movimentações em curso. Inicialmente, o percurso passa pela caracterização da ofensiva imperialista mundial diante da crise dos anos 1970. Em um segundo momento, o objeto da investigação se centra na formação social brasileira e suas particularidades históricas para, em seguida, retraçarmos os desdobramentos da ofensiva burguesa no Brasil para a conformação de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil. A partir daí, com base em pesquisa empírica, buscamos delimitar e acompanhar os setores estratégicos do novo padrão no início do século XXI. O resultado é a explicitação de períodos bastante marcados e distintos no que tange ao lucro das maiores empresas da economia brasileira, assim como em relação à perda de posição de setores, tradicionalmente, ligados ao padrão industrial anterior em favor dos setores agroindustriais e extrativistas minerais próprios do padrão atual. Nos parece que o acúmulo aqui exposto traz elementos importantes para a adequada caracterização da conjuntura brasileira dos anos 2000-2010. Momento este absolutamente crítico de nossa história recente, já que ali se gestaram as raízes para a crise de hegemonia na qual estamos implicados, da qual o governo bolsonaro é fruto e em grande medida desde a qual estão postas as possibilidades do que virá. Sua compreensão é, portanto, uma imposição para as forças sociais comprometidas com sua superação e com a construção de alternativas revolucionárias para a situação brasileira.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital. Capitalismo dependente. Brasil contemporâneo.

RÉSUMÉ

JAUMONT, Jonathan Henri Sebastião. *Tendances d'un modèle de reproduction du capital: analyse des secteurs stratégiques de l'économie brésilienne au 21e siècle*. 2022. 151 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Cette thèse est un effort pour comprendre la situation brésilienne actuelle. En ce sens, celle-ci se tourne vers les transformations sociétales mondiales qui, depuis les années 1970, ont généré le capitalisme actuel pour expliquer ses impacts sur le modèle de reproduction du capital au Brésil au cours des deux premières décennies du 21e siècle. L'objectif est de suivre le comportement des secteurs stratégiques de l'économie brésilienne sur cette période afin d'analyser les mouvements en cours. Dans un premier temps, le parcours passe par la caractérisation de l'offensive impérialiste mondiale face à la crise des années 1970. Puis, se concentre sur la formation sociale brésilienne et ses particularités historiques pour, ensuite, retracer les évolutions de l'offensive bourgeoise au Brésil qui conformèrent un nouveau modèle d'exportation de spécialisation productive au Brésil. A partir de là, sur la base de recherches empiriques, nous cherchons à délimiter et suivre les secteurs stratégiques du nouveau modèle en ce début de XXIe siècle. Le résultat est l'explicitation de périodes très marquées et distinctes concernant le profit des plus grandes entreprises de l'économie brésilienne, ainsi que la perte de position des secteurs traditionnellement liés au schéma industriel précédent au profit des secteurs agro-industriels et extractifs miniers typiques du modèle actuel. Il nous semble que l'exposé apporte des éléments importants pour la caractérisation adéquate de la situation brésilienne dans les années 2000-2010. Il s'agit d'un moment absolument critique de notre histoire récente, puisque c'est là qu'ont été constituées les racines de la crise d'hégémonie dans laquelle nous sommes impliqués, dont le gouvernement Bolsonaro est le résultat et, dans une large mesure, d'où les possibilités de ce qui viendra sont placés. Sa compréhension est donc une imposition pour les forces sociales engagées à surmonter cette période et à construire des alternatives révolutionnaires à la situation brésilienne.

Mots-clés: Modèle de reproduction du capital. Capitalismo dépendent. Brésil contemporain.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O MARXISMO, O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	13
1.1	Alicerces marxistas para a compreensão da realidade social: materialismo dialético, totalidade, contradição e história	13
1.2	O modo de produção capitalista	16
1.3	Capitalismo Contemporâneo como reação à crise vigente: as transformações societárias que forjaram um novo padrão estadunidense de acumulação mundial do capital	33
1.3.1	<u>A financeirização do padrão capitalista mundial</u>	35
1.3.1.1	As raízes da financeirização e uma precisão teórica da fração dominante atual.....	35
1.3.1.2	Reordenamento político-econômico mundial: hegemonia estadunidense e financeirização da economia global.....	38
1.3.1.2.1	<i>De Bretton Woods ao dólar flexível: a viragem fundamental estadunidense..</i>	38
1.3.1.2.2	<i>Das crises dos anos 1970 à acumulação flexível: contra-tendências da queda tendencial da taxa de lucro</i>	41
1.3.1.2.3	<i>Do capital fictício aos lucros fictícios: o novo pilar da economia mundial....</i>	44
1.3.1.2.4	<i>Do sistema financeiro mundial às suas crises financeiras: contradições estruturais e agudização dos dilemas societários</i>	47
1.3.2	<u>A reestruturação produtiva: o novo paradigma tecnológico, o toyotismo e a nova divisão internacional do trabalho</u>	50
1.3.2.1	A acumulação flexível.....	51
1.3.2.2	A mundialização da produção	55
2	A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	63
2.1	O Colonialismo no Brasil: acumulação primitiva mundializada, escravização e luta de classes	63
2.2	Independência e dependência: classes sociais, subordinação, necessidades centrais e transferências de valor	67
2.3	Superexploração e racialização da classe trabalhadora	70
2.4	Industrialização: substituição de importação, integração monopólica e subimperialismo	76
2.4.1	<u>As primeiras ondas de industrialização: do século XIX ao fim do Estado novo</u>	76
2.4.2	<u>A integração monopólica dos sistemas produtivos: de 1945 à 1964</u>	80
2.4.3	<u>A ditadura militar: subimperialismo e milagre econômico</u>	85
3	O PADRÃO DE REPRODUÇÃO ATUAL E O BRASIL DO SÉCULO XXI	91
3.1	Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórico-metodológica...	91

3.2	As transformações contemporâneas no Brasil: neoliberalismo e novo padrão de reprodução do capital	96
3.3	O comportamento do padrão atual de reprodução do capital no Brasil no século XXI	110
3.3.1	<u>A etapa empírica e sua base de dados: advertências preliminares sobre o Valor1000</u>	110
3.3.2	<u>Setores estratégicos: as maiores empresas da economia brasileira</u>	115
3.3.3	<u>O comportamento da receita líquida e dos lucros líquidos das maiores empresas no Brasil</u>	120
3.3.4	<u>Padrão de reprodução do capital e reordenamento empresarial no Brasil: os setores industriais e os setores agrominerais</u>	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

Esta tese foi escrita em meio à pandemia. A verdade é que as duas primeiras décadas do século XXI já parecem relegadas a um passado bastante distante. Por que então remexer o assunto? Bem, de alguma maneira, os horrores que o governo Bolsonaro impõe ao povo brasileiro fazem com que este período que analisamos a seguir adquira uma aura quase idílica. Atualmente, na luta de classes e em especial na corrida eleitoral em curso, boa parte da narrativa de oposição ao bolsonarismo aproveita esta sensação.

Segmentos importantes da população almejam acima de tudo que as coisas voltem ao normal. E o normal está em disputa. Se para Bolsonaro o normal é o genocídio atual, as forças sociais em torno do petismo lutam para convencer que o normal deveria ser aquele momento no qual eram governo. Assentam assim seu horizonte societário na convicção de que é possível reproduzir no futuro aquele período. Esperando obviamente dar outro desfecho para uma mesma estratégia.

Diante desta disputa, sobra pouco espaço para a análise rigorosa daquele momento-chave, já que se está obrigado a pintá-lo de céu ou de inferno, a depender da posição. Não é fortuito, no entanto, que o período esteja no centro do debate. Este realmente é decisivo para a definição da conjuntura atual. Com efeito, as transformações que o assolaram gestaram as raízes para a crise de hegemonia na qual estamos implicados, da qual o governo Bolsonaro é fruto e em grande medida desde a qual estão postas as possibilidades do que virá. Sua compreensão é portanto uma imposição para as forças sociais comprometidas com sua superação e com a construção de alternativas revolucionárias para a situação brasileira.

Se voltarmos aquele momento, a realidade é que iniciamos o século XXI otimistas na América Latina. Não era para menos. O levante zapatista no México, em 1994, e a vitória presidencial de Hugo Chávez Frias na Venezuela, em 1998, apontavam para uma reviravolta no continente após duas décadas de hegemonia neoliberal. Estes acontecimentos, logo, foram

seguidos por outros¹ que, baseando-se no ascenso das mobilizações populares na região, consolidaram um campo progressista² na América Latina.

Um par de décadas mais tarde, no entanto, o cenário já estava completamente modificado. A ofensiva conservadora vigente³ deslocou o progressismo e obteve importantes vitórias eleitorais e políticas. A hipótese desta tese é que um processo subjaz esta conjuntura e contribui para os rumos que a mesma toma. Ao nosso ver, o período corresponde à consolidação de um padrão de reprodução do capital que se conformou no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990. A estabilidade do pacto de classes dos governos petistas e sua corrosão teriam, com isso, alguma ligação com este processo, como de fato parecem indicar os dados da pesquisa. Não se trata aqui de reivindicar uma determinação unívoca e unicausal da conjuntura política e econômica brasileira do século XXI. Estamos, no entanto, convencidos que o comportamento do padrão de reprodução do capital ao longo do período deve ser um dos elementos a ser levado em conta para a compreensão daquela conjuntura.

Em nosso entendimento, as primeiras décadas do século XXI no Brasil são fruto das intensas transformações societárias que o capitalismo mundial teve que lançar mão diante da profunda crise na qual esteve imerso desde a década de 1970. Este amplo reordenamento teve repercussões decisivas, já nos anos 1980, mas principalmente na década de 1990, no Brasil. Nossa hipótese é que o padrão de reprodução do capital no Brasil entre os anos 1980 e 2000, ainda, guardava elementos constituídos pelo padrão industrial, em especial, em suas particularidades nascidas com o golpe de 1964 e que, ao longo das décadas de 1980-90, esteve em curso a reversão de tais elementos para um alinhamento mais direto ao que foi tipificado como padrão exportador de especialização produtiva.

1 Luís Inácio da Silva foi eleito presidente, no Brasil em 2002 e 2006, e Dilma Rousseff, em 2010 e 2014; Néstor Kirchner, na Argentina em 2003, e Cristina Kirchner, em 2007 e 2011; Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai desde 2004; Evo Morales, na Bolívia desde 2006; Rafael Correa, no Equador, em 2006 e 2013; Daniel Ortega, na Nicarágua, em 2006; Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008; e Ollanta Humala, no Peru em 2011.

2 Optamos por não adentrar as diferenças neste campo ou suas debilidades e potencialidades para o enfrentamento da dependência latino-americana. No entanto, é preciso deixar assinalada sua heterogeneidade. Sobre o assunto ver OSORIO (2014b); KATZ (2016); KLACHKO e ARKONADA (2017) ou, ainda, SANTOS (2018).

3 São expressões deste processo o golpe de 2008, em Honduras, no Presidente Manuel Zelaya; o golpe parlamentar no Paraguai, em 2012, no Presidente Fernando Lugo; a derrota eleitoral e a perseguição midiático-político-judicial de Cristina Kirchner, a partir de 2015, e a eleição presidencial de Mauricio Macri; o golpe jurídico-parlamentar, de 2016, no Brasil, na Presidenta Dilma Rousseff e a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018; o golpe no presidente boliviano Evo Morales, em 2019; a vitória presidencial de Iván Duque Márquez, em 2018, na Colômbia, e o descumprimento sistemático dos acordos de paz com as FARC neste país; assim como, os esforços deliberados para a desestabilização político-econômica do presidente Nicolás Maduro, na Venezuela.

O acompanhamento das maiores empresas brasileiras, ao nos ajudar a delimitar os setores estratégicos da economia brasileira, foi demonstrando que, na realidade, este é um processo tenso e contínuo que se estende até o século XXI. Veremos, portanto, como a consolidação do padrão exportador de especialização produtiva acontece em detrimento dos setores, originalmente, ligados ao padrão industrial anterior. Por outro lado, tal acompanhamento permitirá explicitar o comportamento destas grandes empresas ao longo do século XXI para aventar hipóteses sobre sua influência na situação societária atual.

Para tanto, dividimos esta tese em três capítulos. No primeiro, definimos melhor nosso marco teórico-metodológico e nos centramos, num primeiro momento, nas contribuições marxianas para a caracterização do capitalismo. Daí, ainda, encaramos o problema do capitalismo contemporâneo e das transformações que, perante a crise dos anos 1970, gestaram o sistema mundial capitalista da forma como o conhecemos atualmente.

O segundo capítulo aborda a realidade brasileira e, desde uma perspectiva histórica, retraça as características fundamentais de nossa formação social. Aqui se explicita os determinantes gestados por nosso passado colonial, pelo formalismo de nossa Independência, pelas modernizações sem mudança social (MOURA, 2014), como a própria abolição ou, ainda, as consequências de nossa subordinação dependente que articula superexploração, racismo e transferências de valor para os centros imperialistas. Acompanhamos, por fim, os saltos societários que momentos decisivos – como a Revolução de 1930 ou o Golpe de 1964 – impeliram, reproduzindo e atualizando os traços fundamentais de nossa formação social.

No terceiro capítulo, chegamos às décadas de 1980-90 para analisar os impactos das transformações mundiais sobre a economia brasileira. Com efeito, aqui nosso objetivo passa por compreender o reordenamento societário em curso, em meio à transição democrática e ao neoliberalismo. Assim, retraçamos o panorama no qual o padrão de especialização produtiva suplanta o padrão industrial anterior e podemos, a partir daí, acompanhar o novo padrão pelas duas primeiras décadas do século XXI. Esta foi a tarefa encarada a seguir neste capítulo, acompanhando as maiores empresas da economia brasileira para compreender o comportamento dos setores-chave deste padrão e tentar emitir algumas considerações sobre as tendências do padrão nas últimas décadas.

Esperamos, com isso, encontrar elementos para captar melhor os movimentos que contribuíram para a conjuntura atual e seus desdobramentos. A intensidade dos acontecimentos do período nos defronta com um momento crítico da história brasileira que deve ser compreendido para que as transformações decorrentes nos levem para uma situação societária

capaz de garantir dignidade às maiorias deste país. Que possamos estar à altura deste imenso desafio!

1 O MARXISMO, O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

1.1 Alicerces marxistas para a compreensão da realidade social: materialismo dialético, totalidade, contradição e história

Não partimos do zero para empreender esta pesquisa doutoral. Pelo contrário, bebemos de uma larga e profunda tradição teórica crítica que nos permite encarar o problema com rigor. As próximas páginas apresentam esta perspectiva desde a qual orientamos nosso trabalho. São breves considerações que assentam uma concepção metodológica frente a realidade social, o nosso tempo e nosso lugar e que, por sua vez, orienta a tese.

De pronto, é preciso afirmar, categoricamente, uma primeira pedra angular. A realidade social é um dado objetivo. Ou seja, esta existe independente da consciência dos sujeitos e, inclusive, a determina⁴. Com isto, o que se está afirmando aqui é a prioridade da atividade humana sobre sua dimensão ideal e surge disto, portanto, uma concepção que tem nas formas materiais e concretas da existência humana seu ponto de partida. Estas relações reais entre sujeitos concretos geradas pela permanente necessidade de produzir e reproduzir as condições materiais da vida social, neste sentido, alicerçam, não somente as consciências, ideias e teorias, mas o conjunto das sociedades humanas e determinam sua história. É natural, portanto, que se parta das mesmas para compreender a realidade social⁵.

Sob este ângulo, o elemento determinante é, assim, material e deve ser, adequadamente, compreendido como o conjunto das relações que os homens e as mulheres forjam para produzir sua existência com os meios de produção de que dispõem⁶. Trata-se da relação dialética entre

4 Nas palavras de Marx no Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 2008, p. 47).

5 Marx e Engels em *A ideologia alemã*, ainda, afirmam: “Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercambio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada (...) como o fundamento de toda história” (MARX e ENGELS, 2007, p. 42).

6 Em *Trabalho assalariado e capital*, Marx expõe a questão da seguinte maneira: “Na produção os homens não actuam só sobre a natureza mas também uns sobre os outros. Produzem apenas actuando conjuntamente dum modo determinado e trocando as suas actividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas ligações e relações uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efectua a sua acção sobre a natureza, se efectua a produção. Estas relações sociais em que os produtores entram uns com os outros, as condições em que trocam as suas actividades e participam no acto global da produção, serão naturalmente diferentes consoante o carácter dos meios de produção” (MARX, 1982, p. 14).

as relações sociais fundamentais – aquelas que Marx e Engels denominaram *relações de produção* – com o conjunto dos instrumentos técnicos, das matérias-primas e dos conhecimentos tecnológicos existentes – as *forças produtivas materiais*, também, presentes nos clássicos. É importante sublinhar tal relação dialética para não exagerar a primazia das forças produtivas em detrimento das relações de produção – já que os próprios Marx e Engels a exageraram, inicialmente, em sua obra⁷.

A partir de certo momento, no entanto, o conjunto societário passa a se estruturar de maneira, qualitativamente, distinta. Com efeito, a capacidade produtiva humana de gerar excedente econômico vai ensejar a possibilidade histórica de tal excedente ser produzido, extraído e concentrado desigualmente na sociedade. Vai ensejar, portanto, a possibilidade histórica para o surgimento da exploração e das classes sociais⁸. Com isto, o próprio fundamento das sociedades humanas – agora, classistas – se redefine a partir da relação dialética entre as forças produtivas do trabalho social e a forma dominante de extração de trabalho excedente⁹. As particularidades desta interação dialética atravessam, organizam e definem toda a estrutura societária classista e as próprias classes sociais surgem e se desenvolvem no interior e a partir desta determinação fundamental. A partir deste marco histórico fundamental, então, a determinação econômica primordial sobre as outras dimensões da vida social têm, necessariamente, de passar pela mediação das classes sociais. É assim que a base, propriamente dita, das sociedades classistas é constituída daquela relação dialética e da estrutura social que ela produz¹⁰.

7 A advertência é, no nosso caso, de Sergio Bagú (1972) no primeiro capítulo de seu *Marx-Engels: diez conceptos fundamentales – génesis y proyección histórica* em que retraza a evolução da concepção de determinante no quadro societário geral no pensamento de Marx e Engels.

8 De fato, a divisão classista das sociedades requer, necessariamente, a possibilidade histórica da exploração. Stanley Moore é categórico a este respeito: “Si existe explotación hay clases, y si no, no” (MOORE, 1979, p. 20).

9 Esta formulação marxiana mais tardia se encontra no terceiro livro de *O Capital* nestes termos: “A forma econômica específica em que o mais-trabalho não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta advém diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage sobre ela de modo determinante [...]. Em todos os casos, é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos – relação cuja forma eventual sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho e, assim, a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo arcabouço social e, conseqüentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso. Isso não impossibilita que a mesma base econômica – a mesma no que diz respeito às condições principais -, graças às inúmeras circunstâncias empíricas de diversos tipos, condições naturais, raciais, influências históricas externas etc., manifeste-se em infinitas variações e matizes, que só se podem compreender por meio de uma análise dessas circunstâncias empíricas” (MARX, 2017, p. 852).

10 Este parece ser o sentido da seguinte colocação de Engels no *Prefácio* de 1883 ao *Manifesto Comunista*: “a produção econômica, e a articulação social que dela com necessidade decorre, de qualquer época histórica forma a base da história política e intelectual dessa época” (ENGELS, 1883).

Dito isto, não se pode confundir a determinação econômica existente, em última instância, com uma mecânica unicausalidade econômica¹¹. Com efeito, é preciso compreender tal determinação como parâmetro condicionante desde o qual as distintas dimensões da vida social se desenvolvem e sobre o qual, por sua vez, reagem. Neste sentido, a política, o direito, o Estado e a cultura, por exemplo, são esferas ativas da vida social que guardam sua relação determinante com o âmbito econômico, mas que gozam de autonomia relativa. Na realidade, tal autonomia lhes confere, com efeito, legalidade e forma próprias, sem perder, no entanto, aquele conteúdo fundamental da sociedade na qual se inserem. Em suma, estamos diante de relações, fundamentalmente, dialéticas.

Tomada desta maneira, a realidade social pode ser encarada como uma totalidade social. De fato, as diferentes dimensões e esferas, da vida social estão internamente conectadas, em interação e, como vimos, estruturadas de maneira dialeticamente hierárquica, como momentos de um todo social. A totalidade é, assim, fruto das partes, mas, também, e, talvez, mais decisivamente, a estrutura a partir da qual as mesmas surgiram e se desenvolvem e desde a qual ganham sua unidade e seu conteúdo¹². Não se trata, portanto, de um conjunto de fatos, incoerente e infinitamente, justapostos e, assim, fragmentado e incognoscível, mas de uma realidade social compreensível por ser uma totalidade concreta.

Tal concreticidade, por outro lado, marca a realidade social e faz com que a mesma não seja uma totalidade estática, organicamente harmoniosa. Com efeito, há que se encarar o todo como esta síntese de múltiplas determinações contraditórias. Desde sua gênese, aliás, constituída pelo homem e pela mulher como sujeito histórico real, a realidade social adquire o signo contraditório de sua práxis. A totalidade social aparece, assim, em constante *devenir*, dialeticamente dinâmico, ou seja, em permanente movimento e transformação, e a transitoriedade é, com isso, uma faceta inelutável da realidade social.

Este movimento societário, no entanto, está longe de expressar qualquer linearidade ascendente. O traço fundante e propulsor das transformações sociais sendo, justamente, aquelas

11 É célebre a carta de Engels a Joseph Bloch de 1890 em que reage ao exagerado determinismo econômico dos recentes marxista que, então, começavam a surgir: “Según la concepción materialista de la historia, el factor que en *última instancia* determina la historia es la producción y la reproducción de la vida real. Ni Marx ni yo hemos afirmado nunca más que esto. Si alguien lo tergiversa diciendo que el factor económico es el *único* determinante, convertirá aquella tesis vacua, abstracta, absurda” (*italico no original*, ENGELS *apud* BAGÚ, 1972, p. 25).

12 Nas palavras de Karel Kosík: “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes. [...] o real é entendido e representado como um todo que não é *apenas* um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. Ao todo dialético pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e a sua gênese” (*italico no original*, KOSÍK, 1976, p. 42).

contradições inerentes à vida social, não garante, obviamente, apenas, resoluções e sínteses históricas positivas. Com efeito, a negatividade constitutiva da realidade social, também, espreita a práxis histórica humana. Imersa necessariamente nestes antagonismos, portanto, a totalidade social se faz histórica, impondo a cada nova geração humana o resultado de suas contradições anteriores desde as quais elas viverão seus limites e suas potencialidades.

1.2 O modo de produção capitalista

A acumulação primitiva é o ponto de partida da acumulação capitalista e tem início no século XVI¹³. No bojo da sociedade feudal europeia, este foi um primeiro momento da acumulação que ainda não é o resultado do modo de produção capitalista, mas que impulsionou sua constituição. Na Europa ocidental, este processo correspondeu, fundamentalmente, à necessidade capitalista de transformar as relações sociais às quais os homens e as mulheres estavam submetidos na sociedade feudal em relações capitalistas.

Para tanto, foi preciso, por um lado, centralizar os meios de produção e de subsistência existentes naquela sociedade feudal em mãos capitalistas e, por outro, transformar o produtor direto em trabalhador assalariado para possibilitar a interação social imprescindível ao surgimento do *capital*¹⁴.

Estes movimentos societários, de certa maneira, coincidiram para separar do trabalhador os seus meios de produção e subsistência, libertá-lo da servidão e da coação corporativa e lançá-lo, em massa, no mercado de trabalho como proletário. O complemento disto foi, neste sentido, a centralização dos elementos expropriados em mãos capitalistas. Na história real, estes movimentos foram de uma violência constante e constitutiva, ao ponto de Marx lhe conferir o papel principal nos acontecimentos que forjaram o modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 786).

Neste processo, a acumulação primitiva gerou um rastro de despovoamento no campo inglês e direcionou grandes massas humanas desprovidas dos meios de produzir sua existência

13 “Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI” (MARX, 2013, p. 787). O período coincide, portanto, com a Conquista e a consolidação do colonialismo na América Latina.

14 “Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas sob determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital quanto o ouro é, em si mesmo, dinheiro [...]. O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção” (MARX, 2013, p. 836).

para as cidades manufatureiras. Este *proletariado inteiramente livre* teve dificuldades de ser, imediatamente, absorvido pela nascente manufatura inglesa. Seu desenraizamento violento não gerou, automaticamente, uma adaptação às novas exigências da produção capitalista. De fato, inexistia, ainda, esta incorporação subjetiva, por parte dos trabalhadores, da disciplina necessária ao sistema de trabalho capitalista que, mais tarde, passa a se manifestar, nas palavras marxianas, como *leis naturais e evidentes por si mesmas* (MARX, 2013, p. 808)¹⁵.

No outro polo, um lento processo foi gestando, no campo inglês, os arrendatários capitalistas. A transformação sucessiva das relações sociais rurais, desde meados do século XIV, levou, já ao final do século XVI, à possibilidade de se encontrar na Inglaterra uma classe capitalista de arrendatários rurais enriquecida por sua consolidação – concentração dos meios de produção e monopólio do solo – às custas do camponês inglês. O capitalista industrial urbano, de sua parte, surgiu de processo mais abrupto. Com efeito, as necessidades comerciais do novo mercado mundial aceleraram sua gênese ao dissolverem as barreiras – principalmente, o regime feudal e corporativo – que obstaculizavam o investimento produtivo do capital mercantil e usurário, previamente existente na Idade Média. Emergiu, assim, uma nova manufatura que se distanciou do controle do velho regime ao se vincular aos portos, ao mercado mundial e ao sistema colonial. Esta articulação alavancou, decisivamente, a acumulação e a concentração de capital. O monopólio dos mercados coloniais e a espoliação generalizada naquelas terras verteram vultosos excedentes que, “ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria” (MARINI, 2005a, p. 140)¹⁶.

A assim *chamada acumulação primitiva* foi responsável, portanto, pela conformação histórica e violenta das classes capitalistas fundamentais. Em suma, consolidou o desprovimento da grande massa da população dos meios de produzir e reproduzir suas vidas, enquanto estes meios, por sua vez, se tornaram propriedade privada capitalista. Este é o patamar histórico para que o controle e o produto do processo de trabalho se tornem capitalistas. A sorte

15 O resultado disto foi a emergência em toda a Europa ocidental, no final do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem e o uso sistemático da força estatal para regular a exploração capitalista – sobre o valor dos salários, a jornada e a intensidade do trabalho, etc. Este movimento foi, assim, selando as condições de dependência dos trabalhadores em relação ao capital e se arrastou até se tornar obsoleto, no século XIX, com a consolidação da grande indústria na Inglaterra.

16 “Hoje em dia [escreve Marx no século XIX] a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época” (MARX, 2013, p. 824).

do trabalhador, com isso, passa a depender da venda de sua força de trabalho, enquanto a produção capitalista se orienta para a produção de mercadoria, ou seja, valores de uso detentores de um valor de troca. E mais, valor de troca no qual está contido mais-valor: valor excedente não-pago ao trabalhador. Centralmente, portanto, a produção capitalista orienta-se em função da produção de mais-valor, através da produção de valores-de-uso que contenham mais-valor cristalizado em seus valores-de-troca¹⁷.

Neste sentido, há que atentar-se para a produção deste valor excedente no âmbito da produção. Rapidamente, é preciso perceber como este é produzido. Para os objetivos deste trabalho, basta dizer que a força de trabalho é vendida, como qualquer outra mercadoria, ao valor do tempo necessário para sua (re)produção. Ou seja, o salário tende a corresponder ao valor da subsistência do trabalhador. O nó da questão é que a força de trabalho, no tempo em que está empregada no processo produtivo capitalista, é capaz de produzir mais valor do que o necessário para sua (re)produção. Este é, aliás, um pressuposto da exploração do homem pelo homem e é uma possibilidade construída pelo desenvolvimento das forças produtivas ao longo de toda a história humana. Temos, ao final, que o valor-de-uso da força de trabalho – o trabalho – produz, nas condições capitalistas, mais valor do que o seu valor-de-troca – o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria. A força de trabalho é, assim, a única mercadoria capaz de criar valor¹⁸ e toda sociedade capitalista está estruturada para extrair este valor excedente.

A sobrevivência da classe trabalhadora, por sua vez, requer, nestas condições, a venda de sua força de trabalho enquanto mercadoria e, portanto, tempo de trabalho não pago. Ao generalizar tal situação societária, os elementos coercitivos, teoricamente, já nem são mais necessários, ao passo que a própria sobrevivência dos indivíduos da classe trabalhadora

17 Nas palavras de Marx: “Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263).

18 Marx ilustra a situação da seguinte maneira: “Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. [...] O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar da força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor” (MARX, 2013, p. 270).

depende da produção de mais-valor. Exploração e trabalho, na sociedade capitalista, se tornam aspectos inseparáveis do processo de trabalho do capital e o destino da classe trabalhadora se liga aos movimentos da acumulação capitalista que, de sua parte, absorve e repele a força de trabalho do âmbito produtivo ao longo de seu desenvolvimento.

De um lado, há momentos em que determinada quantidade e valor de meios de produção precisa sempre da mesma quantidade e valor de força de trabalho para empregá-los. Ou seja, momentos em que a acumulação capitalista não modifica a composição orgânica do capital¹⁹. Nestes termos, a demanda por trabalho aumenta na mesma razão que o crescimento do capital: a um capital total maior correspondem parcelas de capital constante e variável, proporcionalmente, iguais, mas, absolutamente, maiores. Se esta situação de crescimento se mantém, chega-se, sempre, ao ponto em que a demanda por trabalho excede a oferta existente e, portanto, em que os salários aumentam²⁰.

Isto, no entanto, não muda o caráter fundamental da produção capitalista e a acumulação só faz reproduzir, em escala ampliada, as relações capitalistas²¹. Com efeito, a situação favorável aos trabalhadores amortece as condições gerais da exploração sem, com isso, eliminá-la ou eliminar a dependência da classe trabalhadora em relação ao capital. Neste sentido, a remuneração cada vez maior do trabalho, nas condições em que a composição orgânica do capital mantém-se inalterada, diminui o tempo de trabalho não-pago, mas nunca admite a supressão do mesmo, já que o salário por sua própria natureza capitalista implica trabalho não-pago e “A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2013, p. 695).

Neste cenário, apresentam-se, então, duas possibilidades. Os salários podem continuar sua ascensão sem perturbar o desenvolvimento da acumulação ou esta ascensão retarda a mesma, limitando o lucro capitalista. Neste segundo caso, a decorrente desaceleração da acumulação diminui também a procura por força de trabalho e, pelo mesmo mecanismo descrito acima, rebaixa o preço dos salários a níveis compatíveis com a retomada da mesma. Entende-

19 Para Marx, a composição do capital deve ser avaliada sob dois aspectos: a composição segundo o valor e a composição técnica do capital. A primeira diz respeito à proporção do valor dos meios de produção em relação à força de trabalho empregados por determinado capital. Enquanto a segunda “é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados” (MARX, 2013, p. 689). Ambas estão intimamente ligadas, já que a composição segundo o valor está determinada pela composição técnica. Marx denomina esta correlação de composição orgânica do capital.

20 “Como a cada ano mais trabalhadores estão empregados do que no ano precedente, cedo ou tarde há de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação comecem a ultrapassar a oferta habitual de trabalho, ocasionando o aumento do salário” (MARX, 2013, p. 690).

21 “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 690).

se, com isso, que “O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior” (MARX, 2013, p. 697)²².

Estas condições em que a composição orgânica do capital se conserva constante, no entanto, não se mantêm indefinidamente. O desenvolvimento da acumulação implica necessariamente, em certo estágio, na superação daquelas premissas. Nas palavras de Marx, “dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 698). Em outros termos, chega-se sempre a um ponto em que aumenta o volume de meios de produção empregado com o mesmo dispêndio de força de trabalho. Ou seja, ponto em que um mesmo coletivo de trabalhadores coloca em movimento uma massa cada vez maior de meios de produção ao aumentar sua produtividade²³.

Por um lado, este aumento dos meios de produção está na raiz do crescimento da produtividade. A inserção, em quantidade cada vez maior, de novo maquinário; o investimento crescente imobilizado em instalações; a expansão da logística de escoamento da produção são, apenas, alguns exemplos de condições necessárias ao aumento da produtividade social do trabalho. Por outro lado, este aumento amplia, também, a demanda por matéria-prima e matérias auxiliares que, sendo consequência do avanço da produtividade, eleva a massa de meios de produção que ingressa no processo de trabalho. Independentemente de ser causa ou consequência do aumento da produtividade, o processo muda a composição do capital, ampliando o componente constante do capital em relação à variável²⁴. Este movimento, no entanto, se se faz sentir nas proporções técnicas da composição do capital, visto que a massa de meios de produção vai se expandindo em relação à quantidade de força de trabalho empregada; não se expressa, igualmente, na composição do valor do capital, já que o valor dos meios de produção requisitados em quantidades crescentes e produzidos em condições de avanço da

22 “E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 2013, p. 697).

23 “o grau social de produtividade do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho. A massa dos meios de produção com ele opera aumenta com a produtividade de seu trabalho” (MARX, 2013, p. 698).

24 É importante notar que a diminuição relativa da grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui a possibilidade do aumento de sua grandeza absoluta (MARX, 2013, p. 699).

produtividade diminui, reduzindo o impacto relativo deste crescimento sobre a composição do valor²⁵.

O aumento da produtividade social do trabalho e o aumento da composição orgânica do capital são exigências intransponíveis da economia capitalista diante da concorrência. Para termos dimensão da importância do desenvolvimento da produtividade social é preciso retomar a centralidade que a concorrência desempenha, num primeiro momento nas condições capitalistas, e seus rebatimentos sobre a produtividade social do trabalho.

Inicialmente, passada a acumulação primitiva e assentado o modo de produção especificamente capitalista, o crescimento do capital social depende do crescimento de muitos capitais individuais e o desenvolvimento da acumulação destes capitais concentra em suas mãos meios de produção e exércitos de trabalhadores cada vez maiores. A magnitude destes capitais aumenta, portanto, na mesma razão do capital social existente. No entanto, neste processo, destacam-se partes destes capitais individuais, que passam a se desenvolver como novos capitais individuais. Com isso, “se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando do trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão mútua entre muitos capitais individuais” (MARX, 2013, p. 701).

Neste ponto, o desenvolvimento da acumulação capitalista implica crescimento do número de capitalistas e no acirramento da concorrência intercapitalista. Essa acirrada disputa se dá, principalmente, mas não somente, pela redução do valor das mercadorias produzidas e pela sua alavanca decisiva: o aumento da produtividade do trabalho. Tal produtividade depende, fundamentalmente, de três elementos: a destreza da força de trabalho, a capacidade técnica do instrumento de trabalho e a disponibilidade do objeto de trabalho. A combinação destas três determinantes gera, por sua vez, produtividades desiguais e, com isto, os capitalistas cuja produtividade é, extraordinariamente, maior que a média social se apropriam de um lucro adicional. Ou seja, recebem mais pela mercadoria do que seu valor. No outro polo, os capitalistas - cuja produtividade é menor que a média social - sofrem uma perda e recebem, pela mercadoria, menos do que seu valor.

Como se vê, os primeiros recebem partes adicionais do mais-valor socialmente produzido em detrimento dos lucros do segundo grupo. Trata-se, portanto, de como se reparte

25 Segundo Marx, “Seu valor aumenta, portanto, de modo absoluto, mas não proporcionalmente ao seu volume. O aumento da diferença entre capital constante e capital variável é, por conseguinte muito menor do que o da diferença entre a massa de meios de produção e a massa da força de trabalho em que são convertidos, respectivamente, o capital constante e o variável. A primeira diferença aumenta com a última, mas em menor grau” (MARX, 2013, p. 699).

o mais-valor extraído socialmente e da possibilidade de extração de mais-valor extraordinário. Os primeiros protegem a causa de sua superioridade produtiva monopolizando-a, impedindo, assim, que a mesma se generalize na produção social, enquanto o segundo grupo tem que se empenhar para adotar ou inventar melhorias que gerem maior produtividade. Tais melhoras estão, necessariamente, ligadas àqueles elementos citados acima e, portanto, os capitalistas do primeiro grupo acessam lucros extraordinários através do monopólio de, pelo menos, uma das três fontes de produtividade extraordinariamente elevada: uma força de trabalho de destreza superior ao normal, um método técnico inédito que eleva, excepcionalmente, a efetividade de seus instrumentos de trabalho e um objeto de trabalho excepcionalmente abundante (ECHEVERRÍA, 2017)²⁶.

O sentido histórico desta dinâmica, ao se generalizar nas sociedades capitalistas, gera o fortalecimento da sociedade como uma entidade produtiva e tal progressismo capitalismo está enraizado na possibilidade de conseguir lucros extraordinários assentados de maneira mais vantajosa no incremento da produtividade do processo de trabalho capitalista através do monopólio de inovações tecnológicas excepcionais. É o que nos demonstra, segundo Bolívar Echeverría, a história do conflito em torno da apropriação de lucros extraordinários no mercado mundial de maneira inquestionável: “La renta tecnológica ha vencido ya a la renta de la tierra, y la explotación de fuerza de trabajo excepcionalmente barata o explotable nos ya monopolio de ningún conglomerado particular de capitalistas” (2017, p. 190). A concorrência impulsiona, portanto, a produtividade do trabalho e a diminuição do componente vivo do capital na composição orgânica do capital²⁷.

26 É preciso notar que, ainda, há outra fonte fundamental quando se trata de lucros extraordinários que, na história moderna, talvez, corresponda ao mecanismo principal de sua obtenção. Se trata do alcance de taxas de extração mais-valor, extraordinariamente, superiores à média socialmente existente. Neste sentido, estamos diante da extração direta de mais-valor extraordinário – situação esta diferente da repartição desigual do mais-valor socialmente produzido. O lucro extraordinário destes capitalistas “no providente [...] de la venta de más unidades de producto de las que le corresponde a un precio por unidad que es igual (o poco menor) al establecido: no proviene de la extracción, convertida em precio de su mercancía, de una cantidad de substancia de valor superior a la que él introduce en la esfera de la circulación. Proviene, por el contrario, dada la venta de la cantidad de producto que le corresponde al precio establecido, de una conversión proporcionalmente diferente de la normal de la substancia del valor producido en salario, por un lado, y en ganancia, por outro” (ECHEVERRÍA, 2017, p. 188).

27 Algumas contradições importantes precisam ser anotadas. Primeiramente, é preciso dizer que o capital, apesar de sua missão histórica em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, só incorpora novos métodos de produção que economizam trabalho vivo, caso a parte de trabalho pago que se economiza seja maior que a parte de trabalho pretérito que se acrescenta. Neste sentido, é que o capital pode refrear o desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, “o desenvolvimento da força produtiva só é importante para ela na medida em que aumenta o tempo de mais-trabalho da classe trabalhadora, e não na medida em que reduz em geral o tempo de trabalho para a produção material” (MARX, 2017, p. 303). Por fim, o emprego de novos métodos produtivos está, na realidade, imposto pela concorrência e pela necessidade, nestas condições, de evitar o repasse de mais-valor para outro capitalista em forma de mais-valor extraordinário.

Além disso, a acumulação e a concentração do capital são complementadas por outra forma de atração do capital. Trata-se da centralização de capitais já constituídos – ou, nas palavras de Marx, da “expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (2013, p. 701). Este processo potencializa e acelera aquela tendência atrativa do capital por não depender dos ciclos da acumulação, já que só faz alterar a repartição dos capitais existentes e em funcionamento. No processo de centralização, a riqueza social, absolutamente, não precisa crescer²⁸, mas o aumento da extensão dos capitais existentes torna-se alavanca para a ampliação exponencial das possibilidades produtivas do capital, acelerando os efeitos da acumulação e, portanto, as revoluções na composição do capital²⁹. O intervalo entre estas revoluções, por sua vez, também, é encurtado pelas novas capacidades capitalistas e a base técnica do capital, ao se renovar, cada vez mais rápido, agiganta sua parcela constante em relação à variável.

Como a procura de trabalho está determinada pela parte variável do capital global, estão colocadas as condições para uma repulsa relativa cada vez maior e mais rápida da força de trabalho. Com efeito, neste cenário, ao contrário do anterior, a procura por força de trabalho não acompanha mais o crescimento do capital total, mas “diminui em relação à grandeza do capital total e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em progressão cada vez menor” (MARX, 2013, p. 705). O resultado é a produção capitalista de uma população trabalhadora adicional relativamente excedente^{30 31}.

28 “Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens” (MARX, 2013, p. 702).

29 “A extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados” (MARX, 2013, p. 703).

30 “Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (MARX, 2013, p. 706).

31 Há, ainda, dois elementos importantes de se atentar. Primeiro, trata-se de salientar que o acréscimo do capital variável não significa necessariamente a incorporação de mais trabalhadores, mas do aumento de trabalho no processo produtivo. Quer dizer, na realidade, que a exploração mais intensiva ou mesmo extensiva do mesmo trabalhador num dado processo produtivo aumenta o capital variável, mas não implica incorporação de mais trabalhadores. Este mecanismo interessa particularmente o capitalista que economiza o dispêndio de capital constante com menos trabalhadores no processo de produção. Segundo, a substituição do tipo de trabalhadores é fundamental para a exploração de mais trabalhadores com o mesmo capital. Deste modo, o capital substitui progressivamente a mão-de-obra qualificada por menos qualificada, amadurecida por incipiente, masculina por feminina, adulta por infantil, só para nomear os exemplos típicos da época de Marx.

A constituição desta população supérflua não pode ser encarada como mero acidente da acumulação capitalista. Pelo contrário, esta se configura como um instrumento necessário da mesma e como uma nova alavanca da acumulação capitalista, visto que conforma um exército industrial de reserva pronto para ser explorado em momentos de expansão do capital, independente do crescimento natural da população. Tem, além disto, outro papel central ao pressionar permanentemente, por meio da concorrência, os salários a níveis mais baixos e forçar os trabalhadores empregados a aceitar os termos do capital para garantir sua permanência no local de trabalho³².

Por outro lado, as variações relativas entre os capitais constante e variável geram mudanças decisivas sobre a taxa de lucro³³. Por exemplo, um capital cuja parte constante fosse 50 e sua parte variável 100, caso passasse para uma composição distinta cuja parte constante fosse 400 e a variável se mantivesse em 100, mesmo mantendo, também, sua taxa de mais-valor em 100%, este capital veria sua taxa de lucro cair de pouco mais de 66% (100/150) para, apenas, 20% (100/500).

Este movimento não é pontual no conjunto da acumulação capitalista. Pelo contrário, a alteração na composição do capital mencionada no exemplo se generaliza por todos os setores econômicos – ou, pelo menos, por seus setores estratégicos – e vai, com isso, gestando uma alteração na composição orgânica média do capital. O crescimento gradual do capital constante em relação ao variável vai gerando, necessariamente, *uma queda gradual na taxa geral de lucro* (MARX, 2017, p. 249-250). Esta é, segundo Marx, uma tendência efetiva da produção capitalista³⁴ que expressa, em geral, o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho.

32 “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social” (MARX, 2013, p. 711-712).

33 É importante ter presente que, mesmo que lucro e mais-valor expressem uma mesma grandeza, aparente e essencial, respectivamente, pela incapacidade burguesa de só enxergar preços de custo, onde se distinguem, essencialmente, capital constante e capital variável (MARX, 2017, p. 62), a taxa de mais-valor e a taxa de lucro se referem a duas relações distintas: “A razão entre esse mais-valor e o capital variável adiantado chamamos de taxa de mais-valor [...]. Se esse mais-valor se refere ao capital total, em vez de ao capital variável, então ele se chama lucro, e a relação entre o mais-valor e o capital total, chama-se taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 75).

34 “Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente” (MARX, 2017, p. 250).

No fundo, com o aumento relativo dos meios de trabalho em relação ao trabalho vivo, diminui o trabalho não pago em relação ao capital total. Ou seja, uma parcela cada vez menor do capital total se converte em trabalho vivo e, assim, este capital tem cada vez menos capacidade relativa de sugar mais-trabalho, mesmo que – e, no geral, é o caso – a proporção entre trabalho pago e não pago cresça no mesmo período (MARX, 2017, p. 253). Com efeito, a diminuição relativa se dá na base do aumento da massa de capital constante e não porque diminui a massa do trabalho vivo. Nas palavras de Marx:

[...] a diminuição é relativa, não absoluta, e de fato nada tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais-trabalho postos em movimento. A queda da taxa de lucro não deriva de uma diminuição absoluta, mas apenas de uma diminuição relativa do componente variável do capital total, de seu decréscimo comparado com o do capital constante (MARX, 2017, p. 255).

Neste sentido, não há contradição entre o possível aumento da massa de mais-valor absorvido e, portanto, de lucro produzido e a queda progressiva da taxa de lucro. Na realidade, o aumento do capital no bojo da acumulação capitalista mobiliza, de fato, trabalhadores em número absoluto crescente e, com isso, extrai massas crescentes de mais-valor. Isto ocorre, pois o processo de produção capitalista é, necessariamente, um processo de acumulação. Ou seja, a progressão da produção capitalista gera, com o aumento da produtividade do trabalho, uma massa de valor – entre capital constante e variável – crescente que, por sua vez, vê sua parcela constante aumentar em proporções maiores e mais rápidas que sua parte variável.

Como vimos, se desvelam exigências, exponencialmente, crescentes de concentração e centralização de capital para a reprodução da acumulação capitalista. Estes movimentos do capital atuam, paralelamente, expropriando massas, também, crescentes de produtores diretos, disponibilizando, assim, exércitos cada vez maiores de operários e extraindo massas cada vez maiores de mais-valor. Para tanto, absorvem, no entanto, relativamente, cada vez menos força de trabalho em relação à sua parcela constante e suas taxas de lucro caem ao passo que suas taxas de mais-valor aumentam. Assim, “as mesmas leis produzem para o capital social uma massa crescente e absoluta de lucro e uma taxa de lucro decrescente (MARX, 2017, p. 257)”. Isto acontece, simplesmente, porque a grandeza do capital social global varia. Caso contrário, com o capital global constante, o aumento da parte constante só pode significar diminuição relativa e, também, absoluta do capital variável. Uma parte só pode crescer em detrimento da outra, se a grandeza global é fixa. Para que o movimento enunciado acima ocorra e a parte variável, absolutamente, cresça, decrescendo relativamente é preciso, então, que o capital social

total varie em proporção inversa ao decréscimo relativo de sua parte variável. Ou seja, se a taxa de lucro cai pela metade – e, visto que a taxa de mais-valor segue em 100%, a parte variável diminui 50% em relação ao capital total – é preciso que o capital duplique para que a massa de lucro permaneça constante. Se a massa de lucro tiver de aumentar, então, neste caso, o capital tem que aumentar mais do que a proporção que diminui a taxa de lucro. Esta necessidade é, como vimos acima, uma tendência da sociedade capitalista. Com efeito, com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, é preciso cada vez mais capital total para colocar em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e extrair a mesma massa de mais-trabalho (MARX, 2017, p. 260). O desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, com o progresso do modo de produção capitalista, se expressa, segundo Marx:

[...] por um lado, numa tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor ou do lucro apropriado; de modo que, em geral, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. Como já demonstramos, esse efeito dúplice só se pode representar num aumento do capital total em progressão mais acelerada que aquela na qual diminui a taxa de lucro (MARX, 2017, p. 261).

A esta tendência corresponde outro movimento importante: a queda do valor unitário das mercadorias produzidas em condições de produtividade do trabalho social aumentada é acompanhada de um aumento relativo das massas de lucro nelas contidas. Com efeito, o resultado do aumento da produtividade do trabalho social é que a mudança na composição orgânica do capital traz a possibilidade de uma quantia menor de trabalho vivo mobilize quantias crescentes de trabalho morto. Um mesmo conjunto ou um conjunto menor de trabalhadores produz, neste sentido, mais e, portanto, a mercadoria unitária absorve menos trabalho e, assim, vê seu valor diminuir³⁵. Assim mesmo, sempre que a taxa de mais-valor aumentar a massa de lucro contida na mercadoria individual pode, também, subir, já que, com isto, na realidade, é, apenas, a parte de trabalho excedente que aumenta em relação à necessária – independente, até um certo ponto, da grandeza do trabalho vivo empregado.

No entanto, esta possibilidade tem óbvios limites. O aumento drástico da produtividade do trabalho social, ao seguir diminuindo a alíquota de trabalho vivo contido em cada mercadoria, acaba por diminuir, também, sua parcela não-paga – mesmo crescendo a taxa de mais-valor. Portanto, neste contexto, a massa de lucro sobre cada mercadoria individual diminui

³⁵“cada mercadoria individual contém uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e de trabalho novo agregado durante a produção. Isso faz com que caia o preço da mercadoria individual” (MARX, 2017, p. 264).

porque mesmo uma alíquota não-paga maior de uma soma menor de trabalho necessário e excedente, dado o aumento da composição orgânica do capital em detrimento, justamente, de sua parte variável, será, necessariamente, menor que uma alíquota menor não paga de uma soma maior³⁶.

Marx resume o processo da seguinte forma:

Ao aumentar a produtividade da indústria, diminui o preço da mercadoria individual. Nesta está contida menos trabalho, tanto pago como não pago [...]. E, como o lucro só pode representar uma parte dessa massa de trabalho contida em cada mercadoria, a massa de lucro por mercadoria individual terá necessariamente de diminuir, e o mesmo ocorrerá, dentro de certos limites no caso de um aumento da taxa de mais valor. Em todos os casos, a massa de lucro correspondente ao produto total não cairá abaixo da massa de lucro originária, desde que o capital empregue a mesma quantidade de trabalhadores que antes, com o mesmo grau de exploração. (Isso também pode ocorrer quando se empregam menos trabalhadores com um grau maior de exploração.) Pois na mesma proporção em que diminui a massa de lucro por produto individual, aumenta o número dos produtos. A massa de lucro permanece a mesma, mas se distribui diferentemente entre a soma das mercadorias; e isso não altera em nada as proporções em que a quantidade de valor criada pelo trabalho novo agregado se distribui entre trabalhadores e capitalistas. Empregando-se a mesma massa de trabalho, a massa de lucro só sobe se aumentar o mais-trabalho não pago ou, mantendo-se constante o grau de exploração do trabalho, se aumentar o número de trabalhadores. Ou, ainda, se concorrem ambos os fatores. Em todos esses casos – que, no entanto, conforme nossa hipótese, pressupõem o crescimento do capital constante em relação ao variável e uma grandeza crescente do capital total empregado –, a mercadoria individual contém uma massa menor de lucro, e a taxa de lucro diminui, mesmo quando calculada sobre a mercadoria individual; uma quantidade dada de trabalho adicional se apresenta numa maior quantidade de mercadorias; o preço da mercadoria diminui (MARX, 2017, p. 267).

No fundo, o que acontece é que o capitalista realiza menores lucros por mercadoria individual, mas recupera tal perda pelo aumento do número de mercadorias que produz e esta é, apenas, outra faceta da lei da taxa decrescente de lucro com uma massa de lucro simultaneamente crescente (MARX, 2017, p. 269).

Esta lei da queda da taxa geral de lucro, no entanto, tem um caráter tendencial, isto é, atua “como uma lei cuja aplicação absoluta é contida, refreada e enfraquecida por circunstâncias contra-arrestantes” (MARX, 2017, p. 273). Com efeito, para Marx, o desafio, diante do agigantamento do capital constante com o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, está, na realidade, em “explicar por que essa queda [da taxa de lucro] não é

36 “a composição mais alta do capital na mercadoria individual se expressa no fato de que a parte de valor dessa mercadoria – na qual se apresenta, em geral, o trabalho novo agregado – diminui em relação à parcela de valor que se representa em matérias-primas, materiais auxiliares e depreciação do capital fixo” (MARX, 2017, p. 265).

maior nem mais rápida” (MARX, 2017, p. 271). Isto se explica pelas causas contra-arrestantes presentes ao longo do desenvolvimento da acumulação³⁷.

De qualquer forma, ao retomar elementos da análise da lei tendencial da queda da taxa de lucro e aprofundar suas contradições é preciso insistir na historicidade e na transitoriedade do sistema capitalista. Tal consideração se apoia, no geral, nas inerentes contradições capitalistas geradas por sua tendência ao desenvolvimento das forças produtivas. A taxa de lucro expressa, na realidade, uma delas que, ao acelerar a concentração do capital e sua centralização, instiga a concorrência capitalista, num primeiro momento, mas, em última instância, ameaça o próprio desenvolvimento do processo de produção capitalista. A tendência à queda da taxa de lucro, neste sentido, “atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza” (MARX, 2017, p. 282). Isto acontece, pois no capitalismo a produção está subordinada a produção de mais-valor.

Assim mesmo, o âmbito produtivo encerra, apenas, o primeiro ato do processo de produção capitalista. O segundo momento tem que ser capaz de realizar o mais-valor produzido através da venda do produto total pelo seu valor – ou de parte do produto por um valor superior. No entanto, nas palavras de Marx, “Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade” (MARX, 2017, p. 284). Daí a permanente necessidade de ampliação do mercado, inclusive, para o exterior e o crescente conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estreita base sobre a qual repousam as relações capitalistas de consumo.

Além disso, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho aparece, por um lado, na grandeza das forças produtivas já produzidas e, por outro, na relativa pequenez do capital variável frente ao capital total. Neste âmbito, tal desenvolvimento se expressa na diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho – portanto, no aumento do mais-valor – e na diminuição de trabalhadores empregados para colocar em movimento um determinado capital. No que se refere à taxa de lucro, estes movimentos agem de maneira oposta e a drástica diminuição do capital variável em relação ao capital total ou constante determina os limites desde os quais o aumento da extração de mais-valor pode

37 Marx sinaliza seis causas contra-arrestantes: o aumento do grau de exploração do trabalho; a compressão dos salários abaixo de seu valor; o barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; e o aumento do capital acionário. Poderíamos, atualmente, adicionar o fundo público.

contrapor a queda da taxa de lucro. Nas palavras de Marx, “a compensação do menor número de trabalhadores mediante o aumento do grau de exploração do trabalho encontra certos limites insuperáveis; ela pode, portanto, frear a queda da taxa de lucro, mas não a anular” (MARX, 2017, p. 287).

De sua parte, o incremento da força produtiva só é capaz de alterar *diretamente* a grandeza do capital – já que, na realidade, não depende da força produtiva, diretamente, tal aumento/diminuição, mas da taxa de mais-valor ou, como diz Marx, “essa força produtiva nada tem a ver diretamente com o *valor* do capital existente” (MARX, 2017, p. 287) – se elevar, conseqüentemente, a taxa de lucro. Isto, no entanto, só é possível se o crescimento da força produtiva incidir sobre o valor das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho ou dos elementos do capital constante. Ao aumentar a extração de mais-valor relativo ou baratear o capital constante, o incremento da força produtiva estará, na realidade, contribuindo para refrear o desequilíbrio entre capital constante e variável. Sob outro aspecto, entretanto, é possível vislumbrar uma contribuição indireta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho para o aumento do valor de capital existente. Trata-se de seu papel para o aumento do substrato material do capital, ou seja, da massa e da variedade dos valores de uso que constituem o capital. Abstraindo o valor de troca, o aumento da força produtiva do trabalho agiganta os valores de uso em movimento e passíveis de incorporar mais-valor novo. Estes antagonismos é que desembocam em crises ou, como explica Marx, “[e]stas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” (MARX, 2017, p. 288).

A contradição, em termos mais gerais, se expressa, assim, por um lado, na tendência capitalista ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, enquanto, por outro lado, o capitalismo tem por objetivo a conservação e a valorização máxima do capital existente. Pelo que vimos, tal valorização está obstaculizada, exatamente, pelas formas dela se concretizar, já que geram, apesar de potentes contratendências – ou *causas contra-arrestantes* – o decréscimo da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. Por isso é que Marx afirma que “O *verdadeiro obstáculo* à produção capitalista é o *próprio capital*” (*grifo do autor*, MARX, 2017, p. 289). São, com efeito, os estreitos termos capitalistas impostos ao desenvolvimento societário que, por fim, limitam as possibilidades produtivas e reprodutivas societárias. O horizonte na autovalorização capitalista impede, assim, o livre desenvolvimento social humano.

Marx o afirma da seguinte forma:

[...] o fato de que a produção é produção apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para o desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor do capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo ilimitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017, p. 289-290).

É preciso, por fim, encarar a situação-limite. Ou seja, o momento em que a massa de lucro já não compensa a tendência à queda de sua taxa e nos encontramos diante da superprodução de capital ou, melhor, de sua superacumulação. Nestas condições, com efeito, o capital cresce, mas não cresce a massa de mais-valor produzida. Assim, o conjunto do capital acrescido produz igual ou menos mais-valor do que o capital antes de seu incremento. Diante disto, a luta concorrencial intercapitalista levará, necessariamente, à inativação ou destruição desigual e diversa de parcelas excedentes do capital e à produção de superpopulação relativa – desocupada pelo excesso de capital. Por um lado, assiste-se à desvalorização imediata da parte do valor de capital que se encontra na forma de indicações de futuras participações no mais-valor e os próprios elementos do capital passam por uma desvalorização em tempo de crise. As mercadorias, por sua vez, só se realizam no mercado a preços mais baixos – desvalorizando parcelas do capital – enquanto o processo de reprodução do capital, em geral, neste momento de baixa geral dos preços, sofre paralisias e desequilíbrios. Com isto, o dinheiro, também, perde sua função de meio de pagamento e toda a cadeia de obrigações de pagamento se vê prejudicada, colapsando o sistema de crédito e conduzindo às severas crises de desvalorizações forçadas. O próprio processo de reprodução sofrendo sucessivos estancamentos, acaba por, efetivamente, se reduzir.

Por outro lado, a parte da classe trabalhadora excedente diante da inativação do capital pressiona o contingente ocupado a tolerar uma queda dos salários. Para o capital, isto se iguala a um aumento da extração de mais-valor que, na situação de crise e, portanto, de queda geral dos preços e luta concorrencial acirrada, se converte, prioritária e decisivamente, em novos meios de extrair mais-valor extraordinário. Em geral, estes meios passam, como vimos, pelo

incremento da força produtiva e pela diminuição do capital variável em relação ao constante. Ou seja, pela reafirmação da queda da taxa de lucro e da superpopulação relativa. “E assim se percorreria novamente o círculo. [...] o mesmo círculo vicioso seria outra vez percorrido com condições de produção ampliadas, um mercado expandido e uma força produtiva aumentada” (MARX, 2017, p. 294).

É importante, no entanto, notar que a superprodução mencionada se dá na medida em que os meios de produção devem funcionar como capital e, portanto, necessariamente, produzir mais-valor³⁸. Por outro lado e na mesma medida, a decorrente superprodução de mercadorias só acontece, pois elas só podem entrar no circuito do consumo, realizando o valor e o mais-valor nelas contidos sob as condições de distribuição e de consumo capitalistas. E, por fim, a população só excede diante das condições necessárias para sustentar a extração de mais-valor vigente. Nestes termos é que a superprodução é relativa, pois “o modo de produção capitalista inteiro é apenas um modo de produção relativo, cujos limites não são absolutos, mas que o são para ele, sobre sua base” (MARX, 2017, p. 296).

Na realidade, seguem sobrando necessidades a serem satisfeitas para as quais poderia se orientar a força produtiva social existente. No entanto, o limite do modo de produção capitalista se manifesta, exatamente, na oposição que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a partir de certo momento e dada a queda da taxa de lucro, conforma ao próprio desenvolvimento dessa força produtiva, gerando, com isso, necessariamente, crises e inativação, desvalorização e destruição de capital a despeito das necessidades humanas vigentes. Além disso, é a taxa de lucro que condiciona e define a expansão ou a restrição da produção, separando-se, mais uma vez, produção de necessidades sociais e humanas. Segundo Marx, “[p]or isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros” (MARX, 2017, p. 298).

Delimita-se, assim, o caráter estrutural e, portanto, insuperável das crises no capitalismo. Isto nos permite entendê-las como partes, necessariamente, constitutivas do capital e é possível afirmar com o mesmo que o capital está, na realidade, perpetuamente, tentando

38 Nas palavras de Marx, “A superprodução de capital não significa outra coisa senão a superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem atuar como capital, isto é, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, uma vez que a queda desse grau de exploração abaixo de certo ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises e destruição de capital” (MARX, 2017, p. 295).

resolver suas crises. Ao ler *O Capital*, bem-dizer, o que se percebe é que, mesmo as soluções dadas às crises, no fundo, só fazem postergar e agudizar as contradições inerentes ao capitalismo³⁹.

Com efeito, ao longo de todo *O Capital*, encontramos elementos para compreender os inelimináveis gargalos desta forma de reprodução societária. Desde a crise originária mercantil simples – fundada na impossibilidade circulatória colocada pela apropriação privada da produção social, as soluções para que o conjunto societário siga se reproduzindo são bastante precárias. A própria generalização dos produtos da produção social como mercadorias e, portanto, a reconstituição mercantil da esfera de circulação são movimentos que emanam daquela contradição original e que reatualizam, permanentemente, tal contradição – sem, portanto, resolvê-la.

Sua manifestação, aliás, por um lado, se encontra, exatamente, no antagonismo, criado neste processo, no seio de cada mercadoria entre o sentido apontado pelas qualidades concretas dos produtos produzidos, socialmente, em determinadas condições e destinados a suprir certas necessidades concretas da reprodução social – ou o seu valor-de-uso – e a necessidade mercantil – de sentido oposto – de quantificar, abstratamente, tal produto para sua troca equivalente enquanto mercadoria na esfera da circulação – ou o seu valor de troca. Por outro lado, manifesta-se, também, na dificuldade crônica do dinheiro expressar as permanentes e fluidas mudanças do valor; se constituir como o equivalente geral requisitado pela generalização das relações mercantis; e acompanhar as demandas postas pela aceleração e pela desaceleração do conjunto das metamorfoses das mercadorias necessárias diante dos desafios concretos da reprodução societária.

A crise mercantil capitalista, de sua parte, ainda, incorpora as contradições da generalização do trabalho como mercadoria – ou seja, da força de trabalho como mercadoria capitalista central – capaz de produzir mais valor do que seu valor de troca e impelida a se reproduzir no intercambio de seu valor pelas mercadorias necessárias à sua reprodução. Com isso, o processo de circulação fica marcado pelas possibilidades ou impossibilidades da força

39 Além disso, aparece outra delimitação importante: o núcleo central do problema se encontra no âmbito econômico. Ou seja, enquanto as crises de ordem social, política, cultural, etc. podem ser *pseudoresolvidas* com a resolução da crise econômica, o conjunto societário só pode continuar se reproduzindo com a solução da dimensão econômica da crise. Nas palavras de Bolívar Echeverría, “aunque hay una permutación posible de funciones en la solución de la crisis, de modo que la solidez de los otros órdenes (político, cultural o religioso, por ejemplo) puede salvar o ayudar a restaurar la vigencia de la forma económica envejecida, de todas maneras esta reproducción social sólo puede continuar si la crisis económica, es decir, en la producción la circulación y el consumo de la riqueza social objetiva, se resuelve en sí mismo y no sólo por *desviación*, como puede acontecer en los otros órdenes” (ECHEVERRÍA, 2017, p. 192). O autor, aliás, inspira em Marx estas reflexões finais.

de trabalho se reproduzir e, portanto, realizar as mercadorias, socialmente, produzidas como formas de assegurar a acumulação capitalista. Para além de ser um processo de circulação mercantil, portanto, assistimos à subordinação do mercado à centralidade que a força de trabalho tem no ciclo global do capital.

A subordinação societária à valorização capitalista, ainda, produz crises, como vimos acima, pela contínua dificuldade que o capital resultante passado tem de se constituir em novo capital, acrescido do mais-valor produzido pela força de trabalho, diante dos requisitos concretos colocados, historicamente, pela acumulação capitalista. No fundo, o que se atesta, ao longo da análise do capital, é, apesar de poderosas contratendências, seu caráter, justamente, transitório. Estamos diante de uma forma de reprodução social cujas contradições internas empurram a maturação de sua superação e, mesmo se é comum o exagero deste traço constitutivo das sociedades atuais, sua presença é um elemento, absolutamente, central do presente momento para evitar interpretações descontextualizadoras, fatalistas ou naturalizadoras da crise que vivemos.

1.3 Capitalismo Contemporâneo como reação à crise vigente: as transformações societárias que forjaram um novo padrão estadunidense de acumulação mundial do capital

Entre aqueles que estudam, rigorosamente, a sociedade atual, parece haver um consenso. O capitalismo está imerso numa crise profunda. Enquanto a grande crise dos anos 1970 gestou transformações que redefiniram o sistema a nível mundial, 2007-2008 é, no fundo, a manifestação dos limites daquela reconfiguração e a requisição para novos ajustes. As próximas páginas tentam caracterizar os traços gerais destes dois momentos fundamentais para a compreensão do capitalismo na atualidade.

De pronto, é possível afirmar que o período no qual estamos imersos começa com o fim do ciclo capitalista ascendente que, após a II Guerra Mundial, se consolidou nos países imperialistas centrais. A profunda crise que marca esta viragem dá, por sua vez, origem às transformações que vão gestar o capitalismo contemporâneo. Esta que foi a primeira grande recessão generalizada do pós-guerras é, para o belga Ernest Mandel (1990), a conclusão de uma fase típica de queda da taxa de lucros que acompanha a acumulação capitalista central desde o

final da década de 1960. O crescimento regular da capacidade ociosa de produção industrial naqueles países indica, por outro lado, a natureza daquela crise enquanto crise clássica de superprodução capitalista.

No entanto, é outra caracterização do autor que nos interessa mais centralmente no momento. Com efeito, para Mandel este é um marco que delimita a inversão da onda longa expansiva vigente dos anos 1940 ao fim da década de 1960 para uma onda longa com tendência à estagnação que duraria até na atualidade. Para o autor:

As “ondas longas com tendência à estagnação” não implicam, necessariamente, uma depressão permanente da produção material que se estenderia por 20 a 25 anos. Elas são caracterizadas por uma sucessão de crises de superprodução e de períodos de retomada e de crescimento da produção, exatamente como as “ondas longas com tendência expansiva”. O ciclo continua a funcionar enquanto tal, mas a diferença é que, no curso das “ondas longas com tendência expansiva”, as fases de recessão são mais curtas e menos profundas e as de retomada e de *boom* mais longas e mais prósperas. Ao contrário, no curso das “ondas longas com tendência à estagnação”, as recessões são mais longas e mais profundas enquanto as retomadas são mais curtas e menos expansivas, encontrando dificuldades para se transformar em fases de prosperidade propriamente ditas (MANDEL, 1990, p. 222-223).

Esta inversão da tendência do desenvolvimento capitalista resulta de transformações profundas, que se produziram no curso do longo período de expansão e, nas palavras de Mandel, são suas consequências inelutáveis. Na medida em que a expansão acelerada de longa duração do pós-guerra deitava raízes sobre um aumento da exploração da classe trabalhadora, as altas taxas de lucro do período permitiram colocar em marcha uma nova revolução científico-tecnológica (MANDEL, 1982). Este poderoso impulso a um novo avanço das forças produtivas, ligadas principalmente à automação e à energia nuclear, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital e ao conseqüente reforço da queda tendencial da taxa de lucro. Por outro lado, o longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente a capacidade organizativa e política da classe trabalhadora, capaz de enfrentar a pressão burguesa para a elevação da taxa de mais-valor diante daquele aumento da composição do capital. É este processo que reverte a situação capitalista ao longo dos anos 1970.

Com efeito, as burguesias centrais se deparam com uma árida conjuntura econômica dali em diante que vai requerer das mesmas uma série de reordenamentos societários para garantir a reprodução capitalista. Esta ofensiva burguesa teve, em síntese, duas grandes frentes. Estas duas dimensões da reconfiguração capitalista remodelaram características fundamentais da economia, das classes sociais, do bloco no poder e do Estado, dando lugar a um novo padrão mundial de acumulação e reprodução do capital. Estamos falando, por um lado, da

financeirização do padrão capitalista vigente e, por outro, de sua reestruturação produtiva. Vejamos a seguir isto mais detidamente.

1.3.1 A financeirização do padrão capitalista mundial

1.3.1.1 As raízes da financeirização e uma precisão teórica da fração dominante atual

István Mészáros (2011) de sua maneira também localiza uma inversão ao final da década de 1960. No entanto, para o húngaro, a particularidade desta crise é um traço, inédito, característico da fase atual do capitalismo desde o final dos anos 1960. Parece-lhe que, superada a *era dos ciclos*, a fase atual se apresenta como crise estrutural sistêmica e depressão econômica permanente, na qual eclodem, cada vez mais frequente e continuamente, crises cumulativas (ANTUNES, 2011, p. 10). Neste sentido, as rebeliões de 1968 e o início da reestruturação produtiva do capital de 1973, para o autor, já são expressões do período em que estamos imersos, assim como, as crises financeiras contemporâneas de 1987 em Nova York, de 1991 no Japão, de 1994 no México, do sudeste asiático em 1997, da Rússia em 1998, de Nasdaq em 2001 e de 2008 nos Estados Unidos.

Este estado manifesta, para este autor também, as dificuldades encontradas no âmbito produtivo por parte do capital para se valorizar. Mesmo contando com extraordinários subsídios estatais, os sérios problemas dos setores produtivos indicam, nitidamente, sua incapacidade a longo prazo de recompor suas taxas de lucros e ampliar sua capacidade de realização no cenário atual. Esta é, assim, a contradição fundamental a ser encarada. A dimensão financeira da crise contemporânea mundial, neste sentido, está, intimamente, ligada ao problema da valorização do capital nos setores produtivos. Por isso, “[a] imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 25, *grifo do autor*).

É em relação a estas dificuldades encontradas nos ramos produtivos que se explicam os gigantescos afluxos de capitais rumando, em busca de espaços de valorização atrativos, para as esferas financeiras. Assim, “Não é um acidente que a moeda tenha inundado de modo tão

aventureiro o setor financeiro. A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva” (MÉSZÁRIOS, 2011, p. 130). Este movimento, na realidade, tenta evitar o problema central, sem, no entanto, conseguir resolvê-lo, definitivamente. Nos termos do francês François Chesnais, “A reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais” (2005, p. 38). Por isso, o professor Reinaldo Carcanholo chega a afirmar que “la característica principal de esa etapa capitalista es la *financeirización*, es decir, un cierto predominio de las finanzas sobre las actividades realmente sustantivas del capital, sobre las que realmente producen riqueza” (CARCANHOLO, 2009, p. 25, *grifo do autor*).

François Chesnais (2005) concorda, neste campo, que o capitalismo contemporâneo apresenta uma configuração particular de acumulação. Para o autor, esta está assentada no protagonismo do capital portador de juros e sua preponderância sobre as outras frações do capital. Reinaldo Carcanholo e Maurício de Sabadini (2015), no entanto, precisam melhor este protagonismo ao afirmar que, neste momento da acumulação mundial, “o capital fictício transformou-se em dominante” (CARCANHOLO, 2015, p. 126). Com efeito, apesar de o capital fictício surgir como consequência da existência do capital portador de juros, estes não podem ser confundidos – daí a importância da intervenção dos autores.

Estes explicam que o capital portador de juros, ao generalizar-se, cria uma ilusão social que está ligada à idealização de que todo volume importante de dinheiro gera uma remuneração. Da ilusão inversa surge o capital ilusório. Ou seja, de que toda remuneração regular deve ter, por trás, a presença de um capital. Quando o direito a esta remuneração se materializa em títulos comercializáveis, nasce o capital fictício. O desenvolvimento do sistema de crédito permite, com isso, que se multiplique, de maneira fictícia, o capital e que o mesmo capital apareça “em diferentes mãos, sob diferentes formas” (MARX, 1985, p. 14 *apud* CARCANHOLO, 2015, p. 129). O capital fictício aparece, portanto, primeiro, como duplicação aparente do capital real – quando um título representa um capital existente. Dessa forma, a riqueza existente é contada duas vezes: por um lado, conta-se o valor do patrimônio empresarial, por exemplo, e, por outro, o valor das ações decorrentes do mesmo. A outra forma, como veremos adiante, está ligada à valorização especulativa daquele capital fictício que, aparentemente, duplicou o capital real. Ao se descolar daquele valor inicial, o capital fictício valorizado pela especulação aumenta o valor

total do capital fictício existente, sem, contudo, corresponder a qualquer riqueza real existente. Com isso,

[...] o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (...) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia a dia do mercado, quer dizer, do ponto de vista da aparência (CARCANHOLO e SABADINI, 2015, p. 131-132).

Nestes termos, entende-se a distinção do capital fictício com o capital portador de juros que, de sua parte, financia a produção ou a circulação. Em suma:

[...] o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chama-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido em que não financia nem a produção nem o capital produtivo, nem o comercial. (CARCANHOLO e SABADINI, 2015, p. 128).

Assim, o capital fictício permite que a lógica financeira se descole e se desmaterialize num patamar, qualitativamente, superior ao capital portador de juros. De fato, este último, está, necessariamente, ligado ao capital produtivo por sua tarefa primordial e permite, apropriando-se de uma parte do mais-valor produzido, o aumento da eficiência na produção deste excedente e da velocidade da reprodução do ciclo capitalista. Há, em certa medida e de maneira contraditória, uma intervenção positiva possível desta fração do capital sobre o conjunto do sistema capitalista. O inglês David Harvey parece coincidir nesta direção ao afirmar que “o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada” (HARVEY, 2013, p. 374).

Para este autor, a centralização e a organização de um sistema de crédito integrado é uma potente ferramenta de coordenação das definições estratégicas de investimento na acumulação e reprodução capitalista. Neste sentido é que este capital pode operar como capitalista coletivo sobre os capitalistas individuais. Isto, obviamente, não passou despercebido e o aperfeiçoamento do sistema de créditos foi o resultado da resolução das sucessivas crises capitalistas, já desde o final do século XIX. Este processo, ao que tudo indica, é, na realidade, uma questão de sobrevivência para o capitalismo e a especialização que o mesmo requer acaba por criar, por sua importância e suas possibilidades, novas frações burguesas responsáveis por sua gestão.

Esta fração encarregada das decisões particulares do sistema de crédito adquire, por sua vez e sob a pressão competitiva capitalista, interesses próprios – sejam estes individuais ou coletivos de sua fração. Daí surgem as contradições iminentes da constituição de uma *oligarquia financeira* que tem na exploração do sistema de crédito a base de sua forma de remuneração na repartição burguesa do mais-valor apropriado. O decisivo para a conformação do capitalismo contemporâneo é que, ao concentrar volumes extraordinários de dinheiro – que representam renda não-consumida ou capital não-investido – de uma base social cada vez mais ampla, esta fração se fortalece econômica e politicamente, galgando posições no seio do bloco dominante mundial. A base material deste ascenso se encontra, no entanto, primeiro, na transformação daquele dinheiro em capital portador de juros, mas, ao fim e ao cabo, não há nada que contenha sua conversão em capital fictício. Ou seja, o uso deste capital não tem limites *a priori* em esferas produtivas, mas, pelo contrário, a própria dinâmica da competição capitalista leva este excedente aos âmbitos mais lucrativos possíveis – sejam estes produtivos ou não. A especulação torna-se, num cenário de dificuldades produtivas, rapidamente, a forma dominante de apropriação do mais-valor produzido e o capital fictício, como quer Carcanholo, a fração dominante do capital. David Harvey, parafraseando Marx, conclui da seguinte maneira:

O que começou aparecendo como um dispositivo saudável para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar “os grillhões e barreiras iminentes à produção”, elevando assim as “bases materiais” do capitalismo a novos níveis de perfeição, “torna-se a principal alavanca para a superprodução e a superespeculação”. As “formas insanas” do capital fictício vêm à tona e permitem que um alto “nível de distorção” ocorra no interior do sistema de crédito. O que a princípio parecia uma solução perfeita para as contradições do capitalismo tornou-se, em vez disso, o centro de um problema a ser superado. (HARVEY, 2013, p. 379).

1.3.1.2 Reordenamento político-econômico mundial: hegemonia estadunidense e financeirização da economia global

1.3.1.2.1 *De Bretton Woods ao dólar flexível: a viragem fundamental estadunidense*

A situação atual, no entanto, é fruto da ação decidida e decisiva dos Estados centrais para a conformação das condições necessárias para a acumulação financeira própria deste período. Com efeito, a liberalização do movimento dos capitais, a desregulamentação e o

desbloqueio de seus sistemas financeiros, assim como, a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias foram assegurados por um esforço estatal coordenado fundamental.

Este processo teve início, nos Estados Unidos, nos anos 1950 e, na Europa, em meados da década de 1960 e teve como base a centralização em instituições especializadas – tais como os fundos de pensão, os fundos coletivos de aplicação, as sociedades de seguros, os bancos que administram sociedades de investimento – de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas. A acumulação financeira passa, então, a transformar estes grandes volumes de recursos em capital portador de juros, ou seja, “a valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços.” (CHESNAIS, 2005, p. 37).

O movimento do capital para as esferas financeiras teve como base de operação inicial a *City* de Londres – mercado interbancário internacional, criado em 1958 – para onde afluíram grandes volumes de capitais à medida que o alento econômico do pós-guerra começava a dar sinais de esgotamento, mas estes movimentos são, fundamentalmente, fruto do reordenamento econômico mundial executado sob o comando hegemônico estadunidense no período que se inicia com o fim da segunda guerra mundial. Estas transformações da ordem mundial têm, justamente, como pano de fundo a nova repartição geoeconômica e geopolítica do pós-guerra e o embate que a existência de um Campo Socialista implicava para a hegemonia estadunidense. Se pensarmos nas vitórias militares soviéticas; na eclosão das revoluções coreanas e chinesas nos anos subsequentes ao final da segunda guerra mundial; e nos processos revolucionários africanos, latino-americanos e asiáticos ao longo das décadas de 1950-70 – da independência de Gana, em 1953, à insurreição popular nicaraguense, em 1979 – é possível mensurar o drama hegemônico que representava para os Estados Unidos a consolidação de uma alternativa concreta ao capitalismo naquele período.

Os acordos de Bretton Woods de 1944 são, portanto, expressão da ofensiva estadunidense e cristalizam as imposições que os Estados Unidos, exclusivamente, eram capazes de impor aos demais países capitalistas. As condições sobre as quais se assenta tal capacidade estão, fundamentalmente, ligadas a sua posição de credor mundial, mas, também, no consenso cultural que foi capaz de forjar e na coerção de seu potencial militar vigente naquele momento. Assim, as vantagens do padrão dólar-ouro “denotam o exercício *de facto* da hegemonia dos EUA” (GOUVÊA, 2012, p. 12). Com efeito, a dolarização da economia mundial

subsequente nos remete à afirmação de David Harvey segundo a qual “o dinheiro representa um poder social geral” (HARVEY, 2013, p. 374).

Ao longo dos anos 1950 e durante a década de 1960, no entanto, a abundância de dólares necessária para a manutenção da posição hegemônica estadunidense frente ao paradigma da paridade com o ouro trazia problemas insustentáveis. Com isso, no decorrer do processo de internacionalização do capital financeiro, de transnacionalização dos monopólios produtivos, de modificação da divisão internacional do trabalho e diante da diminuição das reservas de petróleo estadunidense e da sobreposição do papel de banqueiro e xerife internacional, a economia estadunidense “deixa sua associação histórica à situação de credor mundial e passa a associar-se à situação de *devedor mundial*, em uma *viragem fundamental*” (GOUVÊA, 2012, p. 13, *grifo da autora*). O abandono unilateral dos acordos de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos, em 1971, insere-se, portanto, no bojo destes movimentos e representa a cristalização das bases de uma arquitetura financeira mundial, já, profundamente, estabelecida e, amplamente, fundada nas necessidades econômico-financeiras da principal economia capitalista mundial.

O novo padrão monetário *dólar-flexível* decorrente, como primeiro padrão monetário, plenamente, fiduciário⁴⁰, permite, por sua vez, uma emissão de dólar limitada, apenas, pelos interesses político-econômicos estadunidenses. Isto leva, obviamente, a uma elevação brutal dos riscos cambiais que não são mais garantidos pelo Estado – ou seja, uma privatização dos mesmos. O resultado foi uma série de importantes inovações financeiras que, se estavam destinadas, primeiramente, ao aumento da segurança das aplicações e investimentos em relação às variações cambiais, acabaram por criar novas e potentes alavancas de especulação⁴¹. Marina Machado Gouvêa nos dá a dimensão do processo em curso:

(...) ao passo em que a principal inovação financeira do período surge como maneira de resguardar o capital produtivo dos riscos cambiais não mais garantidos pelo Estado, [...] o “pulo do gato” em direção à especulação – e, portanto, ao aumento da participação do capital fictício – se dá quando instituições financeiras passam a “gerenciar seus passivos” e a transformar ativos não negociáveis, como os empréstimos (...) em títulos negociáveis no mercado secundário, transformando grupos de ativos individuais relativamente ilíquidos em títulos mobiliários líquidos e

40 Ou seja, cujo valor depende, exclusivamente, da confiança a ele dispensado – em outras palavras do poderio militar, econômico e ideológico dos Estados Unidos.

41 É deste momento a criação dos *securities* aos quais, ironicamente, Mészáros se refere, ao comentar a crise financeira de 1987 na bolsa de Nova York, da seguinte maneira: “Num mundo de enorme *insegurança* financeira, nada se ajusta melhor à prática de apostar quantias astronômicas e criminosamente sem garantias nas bolsas de valores do mundo [...] do que dar o nome de ‘gerência de valores’ (*securities*) às empresas que se aplicam a esse jogo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 44).

transferindo os riscos associados a esses ativos para os investidores que comprem os títulos, que, em última instância, sequer sabem detalhes sobre os ativos aos quais os mesmos estão associados (GOUVÊA, 2012, p. 15)⁴²

1.3.1.2.2 *Das crises dos anos 1970 à acumulação flexível: contra-tendências da queda tendencial da taxa de lucro*

As crises da década 1970 foram decisivas para impulsionar, novamente, a *financeirização* da economia global. Já, desde 1969, a economia estadunidense passara a ver sua taxa de inflação crescer, enormemente, enquanto o mundo experimentava, após os choques do petróleo, uma freada generalizada de suas taxas de crescimento. De fato, a recessão de 1974-75 é um bom exemplo da queda do patamar da taxa de lucro associada ao capital produtivo e da necessidade de novas bases para a reprodução do capital. Segundo Gouvêa, “a financeirização talvez pudesse se apresentar como contratendência à tendência [à queda da taxa de lucro] anteriormente mencionada, sem ser capaz de superá-la” (GOUVÊA, 2012, p. 15).

Neste contexto, é desencadeado, como veremos abaixo, o processo de reestruturação produtiva – justamente, para dar conta da desvalorização do dólar e do aumento do preço do petróleo – assim como, o passo financeiro seguinte. A partir de 1976, este se alicerçou nas vultosas aplicações provenientes dos potentados do golfo Pérsico que haviam lucrado com o “choque do petróleo” e conformou um mecanismo central e permanente de transferência de recursos para o mercado financeiro. Os “petrodólares”, ao se reciclarem como crédito e empréstimos para os governos dos países periféricos, principalmente, da América Latina, impulsionaram dívidas públicas que, ao atingirem certa proporção, passaram a se reproduzir *ad infinitum*. Para Chesnais:

É isso que se chama de efeito “bola-de-neve da dívida”. Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo. (CHESNAIS, 2005, p. 39).

42 Gouvêa, ainda, continua: “Cria-se capital fictício lastreado em capital fictício, criando ‘valor mobiliário’ através de títulos que sequer *são* os empréstimos lastreados em depósitos inexistentes, mas *têm como lastro* tais empréstimos, muitas vezes ‘escondendo’ ativos com baixa margem de segurança em um grupo indiscriminado de ativos, securitizados. A financeirização pela securitização, portanto, tem como ‘efeito colateral’ o aumento no nível de alavancagem do sistema como um todo, a maquiagem de carteiras de ativos podres, a facilitação da falsificação de balanços e a privatização dos riscos e socialização das perdas em uma escala jamais vista”. (GOUVÊA, 2012, p. 15, *grifo da autora*).

Este mecanismo ficou, amplamente, conhecido, dadas suas consequências desastrosas, na América Latina, e a crise da dívida dos países periféricos. No entanto, na perspectiva da acumulação financeira, foram as dívidas públicas dos países centrais que asseguraram um patamar qualitativa e quantitativamente superior ao regime de acumulação vigente a partir do início da década de 1980. Este poderoso mecanismo de sucção da mais-valia e do excedente socialmente produzido passa, portanto, a alimentar, permanentemente, o capital financeiro internacional e conforma o patamar sobre o qual a acumulação financeira dá novos saltos ou volta em caso de refúgio necessário.

Em 1979, então, a política monetária estadunidense é, outra vez, unilateral e radicalmente, modificada no intento de reverter a recessão econômica vigente. As medidas, desta vez, estiveram, fundamentalmente, ligadas a uma alta brusca da taxa de juros do Banco Central estadunidense. A *Effective Fed Funds Rate* chegou próxima dos 20% no que significou, praticamente, uma triplicação da taxa. No entanto, é importante notar que aumentos tão significativos da taxa de juros têm, necessariamente, que se explicar por um aumento da capacidade dos meios de pagamento do capital produtivo e, numa situação ampliada destas, como uma capacidade sustentada de extração ou, pelo menos, concentração de mais-valor.

Isto se deve ao fato que a taxa de juros determina o preço do capital a juros e condiciona, com isso, os limites do lucro que tem de arcar com os juros e as possibilidades de contração de empréstimos e financiamentos por parte do capital produtivo. Como vimos, esta é uma necessidade, absolutamente, intransponível da reprodução capitalista contemporânea. Em outras palavras, mesmo o aumento da taxa de juros sendo interesse imediato daquela *oligarquia financeira* responsável pelo sistema de créditos, em última instância, esta não pode interromper, pela fixação de uma taxa de juros alta demais, o fluxo de crédito necessário à reprodução da acumulação capitalista. Nas palavras de David Harvey:

[...] a guerra de guerrilha constante entre industriais e financistas desempenha um tipo de papel similar ao da luta entre o capital e o trabalho sobre a taxa salarial: na análise final, isso é apenas uma parte de todo um complexo de processos sociais que devem servir para manter a taxa de juros próxima a uma posição de equilíbrio definida em relação à acumulação sustentada. Um desequilíbrio na relação de poder entre a indústria e as finanças obrigará sair do equilíbrio e, desse modo, ameaçará a acumulação. Daí se conclui que a sobrevivência do capitalismo depende de se conseguir algum equilíbrio de poder apropriado entre os interesses industriais e financeiros. Esta é uma conclusão importante, porque sugere que o poder do capital financeiro (...) é necessariamente um poder limitado, e jamais poderá ser ilimitado ou totalmente hegemônico. (HARVEY, 2013, p. 392).

Uma triplicação da taxa de juros básica do Banco Central estadunidense tem, portanto, que estar sustentada, para não prejudicar o setor produtivo, em um aumento de sua capacidade de pagamento. No entanto, como vimos demonstrando, um dos traços característicos do período abordado são, justamente, as dificuldades enfrentadas pela acumulação em seu âmbito produtivo. A chave está na compreensão de que a diminuição do ritmo de acumulação no que tange o capital produtivo, não precisa significar, *necessariamente*, baixas na remuneração de tal capital – como, de fato, não passou a significar, já no final dos anos 1970 e começos da década de 1980. Para Carcanholo (2009), “la explicación de eso, para ser coherente con la teoría dialéctica del valor, sólo puede ser encontrada, como fator principal, en el aumento de la explotación del trabajo” (CARCANHOLO, 2009, p. 27).

A retomada da capacidade de extração de mais-valor, assim como, a mudança de sua proporção apropriada pelo capital industrial, desde os anos 1970, está, assim, assentada, fundamentalmente, num aumento, sem precedentes, da exploração sobre o trabalho. Na raiz deste processo se encontra a reestruturação produtiva, em curso desde o início da década de 1970, e, portanto, o impacto da *acumulação flexível* sobre as taxas de extração de mais-valor. Nas palavras de Ricardo Antunes (2007), como veremos adiante, tal modalidade não passa de “um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*”. (ANTUNES, 2007, p. 53, *grifo do autor*).

De outro lado, a significativa inserção tecnológica que os avanços informáticos, comunicacionais e robóticos permitiram levaram a um importante aumento da velocidade de rotação do capital, ou seja, numa diminuição do tempo de realização do ciclo de reprodução capitalista. Este é, sem dúvidas, outro elemento central para o crescimento dos meios de pagamento do capital industrial. No entanto, esta reorganização produtiva que as economias centrais passam a apresentar, já em meados da década de 1970, não é capaz de contrabalancear a consolidação da lógica financeira dominante mundial. Na realidade, os excedentes não reinvestidos dos setores produtivos serão a fonte permanente de tal dinâmica especulativa. O próprio aumento da taxa básica de juros dos Estados Unidos, como vimos, no fundo, representa uma dificuldade para o financiamento produtivo e, ao representar um aumento da remuneração do capital financeiro, torna-se, na realidade, uma motivação extra para a multiplicação de capitais fictícios, em detrimento do capital portador de juros.

1.3.1.2.3 Do capital fictício aos lucros fictícios: o novo pilar da economia mundial

Com efeito, o decisivo para a incapacidade que os setores produtivos têm de reter o excedente em sua esfera e seu crônico direcionamento para as esferas especulativas do capital fictício está ligado ao surgimento de um elemento novo. Novo, pelo menos, no que se trata de sua magnitude e persistência na forma particular de acumulação capitalista vigente. Para Carcanholo (2009), “Lo nuevo en el capitalismo actual es la magnitud que las *ganancias ficticias* adquieren en el total de la remuneración del capital” (CARCANHOLO, 2009, p. 28). Portanto, a compreensão adequada da natureza destes lucros fictícios torna-se tarefa fundamental.

Lucros fictícios são, essencialmente, fruto de valorização especulativa e, numa perspectiva individual atomizada ou na visão do mercado, são, absolutamente, reais. Ou seja, uma empresa comercial cujo objetivo seja vender imóveis, proprietária de uma casa que valia X, valorizada por um movimento, puramente, especulativo para X+1, ao vender a casa por X+1, detém um lucro fictício de 1. Com a quantidade correspondente ao lucro em dinheiro – 1 – a empresa pode, obviamente, comprar qualquer coisa, atestando o que mencionamos acima: o lucro fictício, deste ponto de vista atomizado, é real. Isto acontece, da mesma maneira, com ativos reais ou financeiros – que não são, portanto, destinados ao consumo – que se incorporam ao patrimônio empresarial ou pessoal. Se durante sua posse, apresentarem valorização especulativa, pode-se contabilizá-la como lucros fictícios e, se forem vendidos enquanto estiverem sobrevalorizados, tais lucros se efetivam em dinheiro. Enquanto não houver desvalorização, o novo proprietário sentir-se-á, aliás, possuidor da mesma riqueza que detinha antes da compra, pois os lucros fictícios existem enquanto se mantiver a valorização especulativa, mas desaparecem no caso da valorização desaparecer.

Agora, do ponto da totalidade societária, estes lucros não têm realidade substantiva, pois não se alicerçam em mais-valor produzido. Ao surgirem das oscilações especulativas dos valores dos ativos, também, desaparecem pelas mesmas oscilações. Isto, no entanto, não impede que a destruição do capital fictício, em caso de desvalorização especulativa, apareça como destruição de riqueza real. Ou seja, destruição daquela possibilidade atomizada de realizar lucros fictícios no mercado. Por isso, é que Reinaldo Carcanholo e Maurício de Sabadini (2015) recordam que:

[...] o ponto de vista do ato individual e isolado corresponde à aparência e o ponto de vista da reprodução e da totalidade corresponde à essência. Ademais, não é dispensável reafirmar que a aparência é uma das duas dimensões da realidade; ela não é falsa, e não se trata de um engano do observador; ela é tão real quanto a essência. (CARCANHOLO e SABADINI, 2015, p. 141).

O tema aqui, essencialmente, é que o excedente está condicionado às destinações dadas ao mais-valor. Neste sentido, a depender da decisão acerca da forma real que o mais-valor tomará, o excedente capitalista seguirá tais determinações. Por isso, à totalidade do mais-valor existente corresponde um excedente substantivo e os investimentos, neste âmbito, estão limitados pelo volume real do excedente existente. No caso do capital fictício, no entanto, a situação é, totalmente, distinta, já que sua existência não depende, somente, do destino do mais-valor. Como afirmam Reinaldo Carcanholo e Maurício de Sabadini (2015), “Ele pode crescer acima dos limites permitidos pela produção de riqueza e de excedente, por meio dos lucros fictícios. Enquanto o capital a juros está limitado pelo volume disponível do excedente, o capital fictício não possui esse limite” (CARCANHOLO e SABADINI, 2015, p. 144).

Apesar disto, capital fictício e lucro fictício não podem ser reinvestidos, diretamente, na acumulação real, assim como lucros reais não podem financiar, diretamente, o capital fictício. Só o fazem, de um ponto de vista individual, através da troca. Estes, ao se realizarem no mercado, são trocados uns pelos outros – lucros reais e capital fictício –, no entanto, tal troca só representa a passagem de capital fictício e de lucro real das mãos do vendedor para as mãos do comprador. Ou seja, a transformação de capital fictício em lucro real nas mãos do vendedor, só é possível porque o comprador fez, exatamente, o oposto: transformou, do ponto de vista individual, lucros reais em capital fictício. Se voltarmos ao exemplo da casa sobrevalorizada, é fácil notar que, se o comprador tiver obtido seu meio de pagamento através de lucros industriais, por exemplo, o lucro real será trocado por valor real (X) e capital fictício (+1), enquanto o vendedor obterá de seu patrimônio sobrevalorizado pela especulação (X+1), lucro real obtido da exploração do trabalho.

Esta troca, obviamente, não criou valor, apenas, permitiu que, de um ponto de vista individual, o vendedor da casa sobrevalorizada se apropriasse de mais-valor produzido anteriormente. Do ponto de vista da totalidade, por outro lado, capital fictício segue sendo capital fictício e mais-valor segue sendo mais-valor, ou seja, não há mudança no montante global existente em ambos os lados⁴³. Nas palavras de Carcanholo e Sabadini (2015):

43 Seguimos com o exemplo do imóvel sobrevalorizado por sua simplicidade, no entanto, a lógica é a mesma para todo conjunto do capital fictício, seja este fruto de títulos do capital ilusório, de duplicação aparente do

[...] a afirmação de que a mais-valia apropriada, o lucro real, possa ser destinada à acumulação fictícia somente tem sentido do ponto de vista individual. Assim, se o indivíduo B obteve seu lucro real e comprou capital fictício, (...) de fato transformou seu lucro real em lucro fictício, pelo menos em parte. Porém isso somente é a contraface do fenômeno inverso. Alguém na economia, que obteve lucro fictício, converteu-o em lucro real, substantivo, e na mesma magnitude. Por outro lado, desde o ponto de vista global, a mais-valia apropriada como lucro e não consumida, aumenta o capital real; os lucros fictícios apropriados, não reduzidos por uma eventual desvalorização de ativos, incrementam na mesma magnitude o capital fictício. O consumo total de bens de luxo e a acumulação real somente podem ter como origem a mais-valia, fruto real da exploração do trabalho produtivo. (CARCANHOLO e SABADINI, 2015, p. 145).

Em suma, como vemos, as categorias de capital fictício e lucros fictícios ganham toda sua pertinência na dialética entre real/imaginário que lhes é própria e, exatamente, por isso, são de tão difícil assimilação e aceitação teóricas. Se, ainda, levarmos em conta que os lucros fictícios não foram conceituados por Marx, podemos vislumbrar a seara na qual seus elaboradores estão, efetivamente, metidos. Sua importância, no entanto, se justifica ao encararmos o agigantamento do capital fictício contemporâneo. De fato, escasseiam-se as saídas coerentes com a teoria do valor para explicar o surgimento dos capitais fictícios que não são oriundos da criação de títulos do capital ilusório e da duplicação aparente do capital a juros. Na velocidade e na magnitude em que estes capitais fictícios estão irrompendo na economia contemporânea, o conceito de lucros fictícios acaba por configurar uma chave fundamental para a compreensão da reprodução capitalista atual. Pode-se compreender que, em seu tempo, os lucros fictícios, para Marx, aparentassem um verdadeiro contrassenso, mas se tomarmos a situação vigente, impossível naquele momento, em que o capital fictício é, absolutamente, dominante em relação ao capital substantivo, sua apreensão torna-se decisiva.

Isto, obviamente, não significa que o capitalismo contemporâneo esteja sustentado nos lucros fictícios. Isto, sim, seria um absurdo. Sua sobrevivência, pelo menos, nos últimos 30 anos, está relacionada aos mesmos, mas tem como sustentáculo fundamental e contribuição central para a recomposição da taxa geral de lucro, a intensificação das transferências de valor dos países dependentes para os centrais e o incremento da exploração do trabalho (CARCANHOLO, 2009, p. 152).

valor do capital a juros ou dos lucros fictícios. O capital fictício sempre se transforma para chegar à acumulação real ou, para ser rigoroso, nunca chega à acumulação real, mas deve ser trocado por capital apto à tal tarefa.

1.3.1.2.4 *Do sistema financeiro mundial às suas crises financeiras: contradições estruturais e agudização dos dilemas societários*

Com efeito, as sucessivas tentativas para a superação das crises e recessões por parte dos Estados Unidos, como vimos acima, do pós-guerra à década de 1980, e a retomada de sua economia, a partir da década 1980 até, pelo menos, os anos 2000, indicam, claramente, neste sentido, a orientação consciente das medidas que gestaram e consolidaram este novo padrão mundial de acumulação de capital.

A *financeirização* da economia mundial, portanto, está, na realidade, assentada nas imposições estadunidenses benéficas às frações de classes mundialmente hegemônicas, enquanto o próprio desmonte do pacto keynesiano, o remanejamento do fundo público e a desregulamentação trabalhista que, a partir da década de 1980, empreendeu-se, denota a imperiosa necessidade de aumento da extração de mais-valor. As taxas de crescimento da economia estadunidense, aliás, estão conectadas, intimamente, com uma sustentada retomada de seu setor produtivo, a partir dos primeiros anos da década de 1980. Por outro lado, a desvalorização do dólar por parte dos Estados Unidos, de 1985, em nova inversão unilateral de sua política monetária, vai explicitar um salto qualitativo em relação à política de dominação mundial estadunidense. A depreciação de sua moeda para intentar um novo impulso ao seu setor produtivo, de fato, acaba com as concessões que sustentava aliados lucrando com as altas taxas de câmbio e indica uma nova posição hegemônica, praticamente, unívoca diante do enfraquecimento do Campo Socialista.

O atual sistema financeiro mundial, inicialmente, é, neste bojo, o produto das medidas de liberalização e de desregulamentação monetária e financeira de 1979-81. O fim do controle do movimento de capitais com o estrangeiro resultou, de fato, na articulação de um espaço financeiro mundial, interconectado em tempo real, pela integração dos sistemas financeiros nacionais existentes previamente. Para a emergência deste espaço, no entanto, foi necessário garantir a *descompartimentalização* destes mercados financeiros nacionais e a *desintermediação* das operações financeiras, ou seja, o acesso destas operações, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de grande investidor financeiro. Estas medidas, na prática, só foram possíveis sob a pressão política dos grandes organismos financeiros internacionais – tais como o FMI e o Banco Mundial – com a tutela estadunidense. Estes processos, intimamente, ligados estruturaram um sistema, finalmente, fortemente hierarquizado pela

dominação estadunidense e marcado pela completa ausência de instâncias de supervisão e controle.

Chega-se, assim, aos anos 1990-2000, com um padrão de acumulação do capital, firmemente, assentado sobre lucros fictícios, exploração brutal do trabalho, elevada rotação do capital e crescimento das transferências da periferia para o centro. Suas próprias contradições, no entanto, e, em especial, a impossibilidade, para o conjunto do capital, de converter capital fictício em investimento real, precipitam, sucessivas crises financeiras neste período. Para se ter dimensão da instabilidade real deste sistema, basta lembrar que, em 20 anos, destacam-se, pelo menos, seis crises significativas e interligadas pela financeirização de suas raízes estruturais: Japão em 1991, México em 1994, Sudeste Asiático em 1997, Rússia em 1998, Nasdaq em 2001 e *subprime* em 2008. Ou seja, uma crise, quase, a cada 3 anos.

Na interpretação de Chesnais (2005), se observarmos atentamente os níveis de crescimento mundiais no período da mundialização financeira, seria preciso constatar que, no geral, estamos diante do prosseguimento de uma redução tendencial destas taxas. Via de regra, se trataria, sem dúvidas, muito mais de um processo brutal de concentração da riqueza do que de uma suposta reversão da atual tendência econômica mundial. Diante deste cenário, a “insaciabilidade” da finança, segundo Chesnais, esbarraria numa realidade econômica incapaz de lhe entregar aquilo que não vem produzindo.

Nestes termos se explicaria a principal contradição colocada pela acumulação financeira atual:

[...] contradição entre valorização financeira exigida e valorização econômica possível, com o supercrescimento financeiro cobrindo a diferença entre rentabilidade demandada pelo capital acionário e capacidade objetiva de lucratividade dos ativos econômicos subjacentes. (LORDON, 2000, p. 80 *apud* CHESNAIS, 2005, p. 61)

Não se trataria, obviamente, de apagar as contradições capitalistas clássicas, mas de perceber, para Chesnais, por um lado, sua contenção por estratégias industriais oligopolistas para evitar capacidades produtivas desproporcionais e por políticas estatais anticíclicas e, por outro, sua combinação com as contradições e antagonismos próprios da acumulação financeira. Neste sentido, as crises econômicas contemporâneas só poderiam ser explicadas a partir do insaciável movimento financeiro que tenta, a todo custo, *forçar o ritmo da apropriação da riqueza suscetível de ser drenada para os centros financeiros* (*op. cit.*, p. 62). No cenário atual, o baixo crescimento econômico não condiria, portanto, com as expectativas financeiras vigentes e seu comportamento altamente arriscado. O resultado seriam as graves crises provocadas por

sua possibilidade de retirada abrupta das economias às quais se precipitaram num primeiro momento favorável. O espraiamento destas crises, para o autor, na realidade, só atestaria a artificialidade, degradação e fragilidade da estrutura financeira atual e seu descolamento relativo do sistema produtivo em nítida dificuldade. Nestes momentos, os Estados não poupariam esforços – com recursos públicos é preciso acentuá-lo – para garantir a liquidez necessária à fuga de capitais e ao salvamento das instituições financeiras. Assim mesmo, o tema central para o sistema capitalista atual seguiria sendo, fundamentalmente, sua incapacidade de recuperação econômica, subordinada, em geral, a situação estadunidense.

Com efeito, o recorrente tema da *liquidez* das instituições financeiras, neste quadro, nos leva, necessariamente, a encarar sua crônica *insolvência*. Há que, neste sentido, remeter-se à viabilidade do padrão diante de um cenário crítico em que a reprodução da arriscada lógica do capital financeiro depende, fundamental e estruturalmente, de permanentes e volumosos recursos estatais. A periódica cobrança por parte do capital financeiro de montantes estatais, sempre maiores, para o salvamento de suas crises, irresponsavelmente, contraídas, só atesta a condição supramencionada. Os astronômicos 10 trilhões de dólares da dívida atual estadunidense, indicados por István Mészáros, explicitam, claramente, assim, que “o papel direto do Estado capitalista no mundo parasitário das finanças é não só fundamentalmente importante (...), mas também potencialmente catastrófico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 26).

De fato, a catástrofe, irremediavelmente, se anuncia se considerarmos a possibilidade que, concretamente, se aproxima, dos Estados Unidos não honrarem estes compromissos, contraídos mundialmente. O calote da dívida estadunidense, para Mészáros, é somente uma questão de tempo. Isto se deve à dinâmica própria do imperialismo estadunidense contemporâneo. O endividamento sendo premissa da modalidade financeira da acumulação capitalista atual, o imperialismo estadunidense lança mão de mecanismos mundiais de extração e sucção de excedente para sustentá-lo. Tais mecanismos penetram, obvia e brutalmente, os países periféricos do sistema mundial, mas não excluem os países centrais europeus e o Japão e vão da imposição unilateral de tratados comerciais ao favorecimento sistemático dos grupos econômicos estadunidenses mundo afora. A penetração econômica imperialista não se furta, portanto, do uso de sua hegemonia política e sua supremacia militar atual.

Esta dinâmica, no entanto, efetua-se, também, por sua vez, apoiada sobre “novo” endividamento para viabilizar-se. A dívida estadunidense, neste sentido, para ser *socializada mundialmente* depende de endividamento. É este endividamento maciço que se transformou, com isso, numa das contradições centrais do imperialismo estadunidense contemporâneo. O

calote, de sua parte, decorre da insustentável possibilidade do resto do mundo seguir viabilizando, indefinidamente, o pagamento da dívida estadunidense. Esta capacidade, aliás, já vem demonstrando, segundo o autor, fortes sinais de esgotamento.

Os limites estruturais que Mészáros apresenta, entretanto, estão longe de implicar um colapso automático e inelutável do capital num futuro próximo. Tampouco lhe parece que são sinais do declínio da hegemonia estadunidense. Mas indicam, sem dúvidas, a profundidade e a extensão da crise atual, assim como, as implicações desastrosas que o padrão de acumulação e reprodução estadunidense contemporâneo, por sua posição dominante e caráter profundamente interdependente, parece levar ao conjunto da economia global. Por isso, é que o autor é categórico em suas conclusões:

[...] a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 17)

A nova geopolítica inaugurada pela Doutrina Bush, após o ataque às torres gêmeas, a capacidade da política de contenção de danos e socialização das perdas, após a crise de 2008, e a retomada do crescimento econômico dos países centrais, na última década, são, incisivas, ao demonstrar, neste sentido, que, sem dúvidas, estamos longe de uma *crise final* do capitalismo contemporâneo. Pelo contrário, nos dias atuais, parece mais vigente do que nunca a assertiva de que *nenhuma ordem social suicida-se*. Ou seja, na ausência de alternativas societárias à altura do desafio de superar o modo de produção atual, este vai se reproduzindo e se regenerando, agudizando suas contradições e generalizando a barbárie para cada poro da vida social humana.

1.3.2 A reestruturação produtiva: o novo paradigma tecnológico, o toyotismo e a nova divisão internacional do trabalho

A segunda frente da ofensiva burguesa se orientou para o que foi largamente denominado de reestruturação produtiva. Nos parece que neste processo estão articulados dois aspectos importantes para nossa pesquisa. Por um lado, se voltou para a recomposição das taxas de extração de mais-valor. Com efeito, um reordenamento da organização dos processos de trabalho no seio dos espaços produtivos, como veremos em termos *flexíveis*, tiveram efeitos

profundos sobre o perfil do trabalhador requisitado, assim como suas condições laborais, sindicais e políticas. Por outro lado, há um largo processo de reestruturação para a mundialização dos processos produtivos. Daí surge uma nova divisão internacional do trabalho que vão impactar o padrão de reprodução do capital no Brasil.

Ambos os processos se apoiam no espraiamento de um novo paradigma tecnológico que passa a redefinir o conjunto da produção e reprodução capitalista. A reestruturação acontece, portanto, em torno do aprofundamento dos avanços técnico-científicos da terceira revolução tecnológica (MANDEL, 1986). No geral, estamos diante de importantes transformações da forma de organização do trabalho e do tipo de sistemas de máquinas decorrentes da inserção produtiva da microeletrônica e da informática. Com efeito, o desenvolvimento nestes âmbitos gerou um instrumento de trabalho de baixo custo de produção, de reduzido consumo energético, de pequenas dimensões e, graças à programação, com uma capacidade quase ilimitada de se ajustar às tarefas produtivas: o microcomputador.

De um lado, os avanços da integração de circuitos digitais programáveis em níveis micro e/ou nanométricos – a microeletrônica – permitiu sua miniaturização em microchips e seu uso em microprocessadores e memórias digitais. Sua evolução enquanto *hardware* depende em grande medida também dos aperfeiçoamentos possibilitados nos seus componentes materiais: os semicondutores. Por outro lado, a informática permite a elaboração de algoritmos ou linhas de instruções codificadas em programas que impulsiona a capacidade de processamento do hardware e sua propensão a assumir tarefas distintas no seio da produção. Os progressos destes *softwares* constituem, ao lado da evolução dos semicondutores e dos hardwares, o suporte estratégico do padrão tecnológico vigente e sua unidade conforma o paradigma eletroinformático atual (CECEÑA e BARREDA, 1995; BREDA, 2015).

1.3.2.1 A acumulação flexível

Diante das dificuldades estruturais encontradas pela acumulação de capital, ao longo do período, imediatamente anterior, o capital lança mão de uma importante ofensiva no âmbito do próprio processo produtivo. São deflagradas, com isso, transformações que constituíram as bases da dita *acumulação flexível*. Sua capacidade de incidir, diretamente, sobre a reorganização do trabalho produtivo, recobrando níveis de extração de mais-valor inéditos, no período, esteve

motivada, centralmente, pela própria concorrência intercapitalista, mas, também, pela necessidade de controlar as lutas operárias decorrentes do modelo fordista anterior.

Com efeito, é preciso ter em mente o aumento do nível de organização e combatividade da classe trabalhadora nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra. Este é um elemento central, inclusive, para a compreensão da própria crise subsequente. De qualquer forma, o enfraquecimento sindical e político dos trabalhadores só foi possível a partir do aumento do desemprego que adveio da crise. Este é um momento chave para entender a vitória burguesa para a retomada de suas taxas de lucro, já que um dos pilares de sua ofensiva se apoia justamente no aumento da taxa de exploração, através da precarização das condições de trabalho e da quebra da resistência da classe trabalhadora.

As grandes dificuldades para a restauração das taxas de lucro impelem, portanto, a partir da década de 1970 uma importante transição. Com efeito, a crise vai se expressar também como o esgotamento do regime de acumulação e do modo de regulamentação social e política a ele associado. Por isso, é que Ricardo Antunes afirma que “De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro” (2007, p. 31).

Isto posto, esta transição vai, portanto, substituir os processos produtivos fordistas. A grande produção homogeneizada em massa para o consumo de massa; a racionalização e decomposição do processo de trabalho para sua fixação em rotinas intensas e repetitivas em longas jornadas de trabalho; a hierárquica divisão entre gerência, concepção, controle e execução; enfim, o perfil de trabalho fordista, parcelar e fragmentado – consolidação da subsunção do trabalho ao capital como mero apêndice da máquina-ferramenta – vai ser suplantado por outra forma de gestão e organização do processo de trabalho.

As quedas sustentadas da taxa de lucro a partir de meados da década de 1960 explicitam os limites desta forma de produzir nesta nova conjuntura. Portanto, além da ofensiva sobre a classe trabalhadora, a reconfiguração burguesa vai passar também por saídas técnicas capazes de consolidar um novo paradigma tecnológico e sustentar uma superação do fordismo como modalidade produtiva predominante. O novo paradigma *eletroinformático* (BREDA, 2020) vai se apoiar, fundamentalmente, na aplicação produtiva do computador e de todos os instrumentos que dele derivam para aprofundar a automação do processo de trabalho e alargar a mobilidade e a flexibilidade dos elementos do capital fixo, graças a sua miniaturização (CECENÁ, 1998, p. 37).

O impacto deste processo acarreta uma redefinição não somente do sistema produtivo, mas adentra também às etapas pré-produtivas e ao processo de circulação do capital. Na realidade, ao longo da década de 1980, estamos diante de um reordenamento do conjunto da reprodução capitalista que já não pode prescindir da presença dos computadores, recalibrando suas capacidades expansivas e intensivas de domínio sobre a vida social e natural. No âmbito diretamente produtivo, a automação permitida pelo novo paradigma representa a objetivação não só das tarefas manuais do trabalhador, mas também de várias operações lógicas, revertendo a hiperespecialização necessária ao fordismo e aumentando o número de máquinas controladas por cada trabalhador. Além disso, estas transformações vão permitir a redução dos estoques e do valor dos elementos do capital fixo e o caráter genérico das tecnologias eletroinformáticas, moldáveis às necessidades produtivas específicas do trabalho concreto, lhes propicia uma infinidade de aplicações produtivas e reprodutivas. Por fim, o tempo de rotação do capital se vê sensivelmente diminuído pelos avanços dos meios de comunicação e dos sistemas de produção flexível. Daí, inclusive, decorre a conformação de possibilidades de gerenciamento do tempo de produção tão avançados quanto o *just in time*.

A generalização desta modalidade de acumulação dita flexível se estrutura com base no chamado modelo japonês ou toyotismo. Este desenvolvimento de uma estrutura produtiva mais flexível será assim capaz de se vincular mais diretamente à demanda e diversificar a produção final. Além de possibilitar a fragmentação da organização empresarial em diversos centros produtivos e, com isso, abrir mão dos grandes centros produtivos fordistas, nos quais a totalidade do processo produtivo da mercadoria final era efetuado. As empresas da acumulação flexível se concentram assim nos processos produtivos de sua especialidade e *horizontaliza* a estrutura produtiva, terceirizando o restante para uma rede de empresas incorporadas à sua cadeia produtiva.

Enquanto isso, as novas técnicas de gestão do trabalho gestam formas descentralizadas e semiautônomas de trabalho cooperado que requerem do trabalhador um envolvimento participativo – com bases obviamente manipulatórias e alienadoras. Este traço importante do novo padrão produtivo rompe com o caráter parcelar típico do fordismo e coloca o trabalhador diante de uma grande variedade de tarefas diversas a serem assumidas pelo trabalho em equipe. Além disso, como vimos, um mesmo trabalhador passa a operar diferentes máquinas simultaneamente e os processos de controle de qualidade e de avaliação do trabalho coletivo são incorporados pela equipe, reduzindo o número de trabalhadores necessários. O resultado é um novo perfil de trabalhador mais “qualificado”, “participativo”, multifuncional e polivalente.

A empresa da acumulação flexível empenha-se, neste sentido, para a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, ao incorporar novas tarefas ao processo de trabalho coletivizado do trabalhador, reduzindo, assim, seus tempos mortos e enxugando o contingente de trabalhadores necessários. Com isso, este processo é também produtor de um desemprego e subemprego crescentes que, de sua parte, reforça o poder patronal e enfraquece as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores. Nas palavras do inglês David Harvey,

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela construção de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 2008, p. 141)

Nestas condições, a reestruturação produtiva transforma radicalmente o mercado de trabalho, se aproveitando do enfraquecimento do poder sindical e do aumento do desemprego. Com efeito, a acumulação flexível passa a recorrer a diversas modalidades de subcontratação e terceirização dos trabalhadores para reduzir gastos laborais, precarizando e flexibilizando as relações contratuais de trabalho. Reduz-se, assim, o emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Estas são as bases do que viria a constituir um novo *ethos* societário a partir dos anos 1970. Com efeito, a acumulação flexível inaugurou uma nova organização do processo de trabalho, mas com ele um novo padrão de consumo, uma reorientação do Estado nacional, uma nova forma de sociabilidade humana e a ascensão de um agressivo neoconservadorismo na América do Norte e na Europa Ocidental – do qual Margareth Thatcher e Ronald Reagan são bons exemplos. O enfrentamento sistemático contra o trabalho organizado, as reduções das despesas governamentais, a “gradual retirada de apoio ao Estado de bem estar social, o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado que começaram na crise de 73-75 foram simplesmente alçados pelos neoconservadores numa virtude governamental” (HARVEY, 2008, p. 158) e vieram a conformar o horizonte programático do que se convencionou chamar de neoliberalismo.

1.3.2.2 A mundialização da produção

O novo paradigma tecnológico, como vimos, redefiniu profundamente a divisão social do trabalho dentro da fábrica. No entanto, sua repercussão não se encerra neste âmbito. A eletroinformática vai reconfigurar o sistema capitalista mundial e dar novas características à divisão internacional do trabalho, ao permitir a segmentação e a hierarquização do processo produtivo das grandes empresas transnacionais. Com efeito, a reestruturação destes enormes monopólios, apoiados por seus Estados nacionais, viabiliza uma nova fase da internacionalização do capital, baseada na mundialização do processo de produção e na nova capacidade de atribuir globalmente etapas do processo produtivo em função de suas particularidades concretas, das necessidades de valorização do capital e das vantagens socioeconômicas, políticas e geográficas existentes nos diferentes países do globo.

Cabe, entretanto, um parêntese importante para compreender as determinações desta distribuição global de tarefas produtivas e reprodutivas que chamamos divisão internacional de trabalho. Nas palavras de Ellen Wood, o mundo contemporâneo é “um mundo de capitalismo mais ou menos universal (WOOD, 2014, p. 99)”. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, a dinâmica que gerou esta realidade não é apenas homogeneizadora. Com efeito, a unidade existente é assegurada através da constituição de formas regionais particulares de reprodução do capital e as formações imperialistas e dependentes são exemplos emblemáticos da distância possível entre facetas deste mesmo processo de expansão e acumulação que universalizou o capitalismo no mundo. Para o chileno Jaime Osório:

El universal capitalismo, en su despliegue histórico, reclama ser pensado en la realidad efectiva de los particulares que han tomado forma en su despliegue, como la conformación del capitalismo en un sistema mundial y con diversos capitalismo operando de manera diversa en la acumulación mundial, economías centrales o imperialistas, economías periféricas o dependientes. El capitalismo se constituye así en universalidad diferenciada, lo que exige de nuevos conceptos y categorías para ser aprehendido, en la medida que en dicho hacerse se integran procesos y relaciones que redefinen el universal, y porque los particulares generan diversidad real, novedad efectiva de lo distinto, haciendo del capitalismo unidad de lo diverso (OSORIO, 2013, p. 20).

De pronto, se formos mais fundo, encontramos, apesar do caos aparente, uma articulação concreta entre estas realidades capitalistas particulares. Sua hierarquização passa pela posição desigual que as classes dominantes locais ocupam no sistema capitalista mundial.

Em poucas palavras, ao associarem – impositiva e/ou consensualmente – uma plêiade de burguesias locais aos seus interesses, as classes dominantes imperialistas – principalmente, estadunidense, alemã e japonesa na atualidade – asseguram posições dominantes no seio deste sistema. Como o encaramos, portanto, esta estrutura se organiza de maneira conflituosa em torno de classes dominantes imperialistas. E estas classes disputam a hegemonia deste sistema para estruturar e reproduzir uma divisão internacional do trabalho que atenda seus interesses societários.

Nestes termos, não existe sistema mundial capitalista em abstrato. O que se quer expressar com este termo é, na realidade, o resultado da luta de classes mundializada desde o avanço das forças produtivas em determinado momento da história humana. Ou seja, desde a Revolução Industrial inglesa do século XIX até a atual era dos monopólios e suas cadeias de produção mundializadas, o modo de produção especificamente capitalista exige que as complexas e conflituosas formas de acomodação e imposição de interesses sociais, políticos e econômicos ganhem dimensões mundiais e, ao se constituírem a partir de necessidades produtivas e reprodutivas do conjunto das classes sociais envolvidas, conformam uma divisão internacional do trabalho mais ou menos proveitosa para estas mesmas classes como síntese da correlação de forças e do desenvolvimento capitalista vigentes.

Do ponto de vista das formações sociais, a divisão internacional do trabalho se apresenta como um conjunto de oportunidades e exigências comerciais e produtivas que, ao serem assumidas, moldam distintos padrões de reprodução do capital. Neste sentido, estes padrões são o resultado do esforço produtivo societário que, em certa medida, se especializa para responder às demandas colocadas pela divisão internacional do trabalho. A distância entre imperialismo e dependência demonstra apenas o abismo existente entre as tarefas assumidas por cada formação social. Historicamente, no entanto, a divisão internacional do trabalho não surge de escolhas autônomas das formações sociais, mas da expansão do capitalismo a partir de seus centros desenvolvidos.

Isto nos leva portanto a interrogar os critérios que levam certas formações a assumir determinadas tarefas e não outras. Para reformular em termos mais realistas, é preciso compreender o que leva as classes dominantes imperialistas a monopolizar certas tarefas produtivas enquanto relega outras às suas semelhantes periféricas e subordinadas. Haveria que se perguntar então que tipo de interesses dominantes estão em jogo e como é possível garanti-los.

Bem, a disputa pela hegemonia mundial tem lugar em muitos campos – político, diplomático ou militar, por exemplo – mas nos interessa particularmente por sua centralidade o terreno econômico. Neste âmbito, as classes dominantes imperialistas lutam para direcionar para si lucros extraordinários. Estes se afirmam aqui como principal finalidade e alicerce da liderança econômica mundial.

A busca por tais lucros está envolta, portanto, numa acirrada concorrência intercapitalista e acontece, principalmente, mas não somente, em torno da redução do valor das mercadorias produzidas e de sua alavanca decisiva: o aumento da produtividade do trabalho. Como vimos com Marx, “dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 698).

O empenho para aumentar a produtividade do trabalho no bojo de suas empresas leva aquelas burguesias a direcionar seus esforços para três elementos fundamentais: o valor da força de trabalho empregada, a capacidade técnica do instrumento de trabalho adotado e a disponibilidade do objeto de trabalho necessário (ECHEVERRÍA, 2017). A combinação destas três determinantes gera produtividades desiguais e, com isto, os capitalistas cuja produtividade é maior que a média social se apropriam de um lucro adicional, advindo da perda sofrida por aqueles capitalistas que operam abaixo da produtividade social média.

As causas que propiciam tal superioridade produtiva são portanto absolutamente estratégicas para as classes dominantes em disputa e as condições para o acesso às mesmas passam por mediações que extrapolam o terreno estritamente econômico e o âmbito dos capitalistas individuais. Com efeito, a busca por tais requisitos, tendo por base o tema da produtividade daqueles capitais individuais, na realidade, encontra nos Estados nacionais – e mesmo em articulações interestatais – as capacidades necessárias ao seu acesso, mas também ao seu monopólio, impedindo, assim, que os mesmos se generalizem na produção social. Disto decorre a importância de entender o problema de maneira ampla, já que os dilemas da concorrência intercapitalista com suas requisições pelo acesso e monopólio de matérias-primas, fontes de energia, força de trabalho e maquinário perpassam a atuação política, diplomática, militar e cultural dos Estados nacionais. No entanto, os limites deste trabalho só permitem que tal articulação apareça como sinalização metodológica.

Centraremos nossa atenção aqui naqueles três elementos que definem a produtividade do trabalho e na possibilidade destes também serem hierarquizáveis. Para Bolívar Echeverría, a história do conflito intercapitalista em torno da apropriação de lucros extraordinários

demonstra que “La renta tecnológica ha vencido ya a la renta de la tierra, y la explotación de fuerza de trabajo excepcionalmente barata o explotable nos es ya monopolio de ningún conglomerado particular de capitalistas” (2017, p. 190).

Tal hierarquia, ademais, nos parece ter uma raiz nas próprias características do desenvolvimento capitalista e sua tendência em apoiar a extração de mais-valor e a apropriação de mais-valor extraordinário no aprofundamento da subsunção real do processo de trabalho e da reprodução pelo capital. Este horizonte capitalista essencial implica na subordinação cada vez mais completa da força de trabalho aos meios de produção e no consequente impulso capitalista para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Neste sentido, o avanço e a revolução das condições tecnológicas dos meios de produção adquirem centralidade na análise dos setores estratégicos pela própria centralidade que têm na forma material de subsumir o processo de trabalho e da reprodução às necessidades da acumulação de capital e, com isso, aumentar e intensificar a exploração do trabalho nas sociedades capitalistas⁴⁴.

Isto posto, a investigação exige a avaliação de duas dimensões da divisão social do trabalho⁴⁵. Por um lado, dentro da fábrica, a configuração plenamente capitalista deste sistema faz com que a força de trabalho ponha em movimento um conjunto de máquinas-ferramenta movidas por motores com suas fontes de energia e conectadas por um sistema de comunicação. Estes três elementos – máquinas-ferramenta, motores e meios de comunicação – são indispensáveis, mas são também hierarquizáveis. Com efeito, a máquina-ferramenta tem um papel absolutamente decisivo para o processo de trabalho e a relação capital-trabalho e especialmente aquelas máquinas-ferramenta que estão na fronteira do desenvolvimento das

44 E isto não significa como bem coloca Diógenes Moura Breda “[...] que el capital no se esfuerce históricamente en cambiar el contenido de la fuerza de trabajo. Todo lo contrario: cada transformación en las fuerzas productivas implica, en mayor o menor medida, cambios en el contenido de la fuerza de trabajo: en su contenido técnico (habilidades y destrezas) y reproductivo (consumo, núcleo familiar, ideología, etc.)” (BREDA, 2015, p. 38).

45 Entendemos a divisão social do trabalho desde “[...] la complejidad crítica con que lo formula Marx, como una realidad poseedora de un contenido material (división técnica del trabajo) y una forma social (división social del trabajo), este concepto sintetiza la relación entre fuerzas productivas y relaciones sociales de producción, que en el caso de la sociedad mercantil – donde la división social del trabajo deviene una relación de intercambio entre propietarios privados – se convierten además en relaciones entre producción y circulación (...). La relación entre la división técnica y la división social del trabajo es como señalamos más arriba una relación entre un contenido material y su forma social, lo que significa que ambos términos – ligados indisolublemente – mantienen una relación inmanente de mutua determinación. Cada fase histórica de la división social del trabajo parte entonces de una realidad tecnológica específica, que a su vez se actualiza y desarrolla a través de ella (...). Los contenidos técnicos que subtienden cada una de estas formas sociales se organizan a su vez en referencia al desarrollo de una dimensión todavía más fundamental: la relación entre las fuerzas productivas técnicas con las fuerzas productivas humanas” (CECEÑA e BARREDA, 1995, p. 14-15).

forças produtivas definem o setor estratégico no campo da produção. Nas palavras de Diógenes Breda:

[...] es la máquina-herramienta la que define las modalidades del proceso de trabajo, que materializa la relación capital-trabajo. La máquina-herramienta es instrumento por el cual se impone el dominio del capital sobre el trabajo en el proceso inmediato de producción. De la misma forma, la máquina-herramienta expresa el nivel del desarrollo de las fuerzas productivas capitalistas, el grado de productividad – en cuanto capacidad de extracción de plusvalor – en cada etapa de este modo de producción. Con la afirmación anterior no queremos disminuir la importancia de nuevos medios de comunicación, el descubrimiento de nuevas materias primas o métodos de organización del proceso de trabajo. Estos elementos son, como la máquina-herramienta, imprescindibles, pero la utilización de los mismos queda siempre dependiente del nivel tecnológico de la máquina-herramienta. Una nueva fuente de energía puede quedar años inutilizada si no encuentra un instrumento capaz de absorber su potencial energético productivamente, así como una nueva materia prima sólo puede ser utilizada si hay máquinas-herramientas adecuadas para manejar objetos de aquellas características (peso, dureza, resistencia, flexibilidad, tamaño, etc.). Obviamente, esta relación no excluye que el descubrimiento de nuevas fuentes de energía, de nuevos medios de comunicación o de nuevas materias primas pueden estimular el desarrollo de nuevas máquinas-herramientas y sistemas de máquinas y, consecuentemente, de nuevos procesos de trabajo. Pero finalmente es aquél primer elemento el que posibilitará el despliegue de esos nuevos descubrimientos. No obstante, dentro del universo mismo de las máquinas-herramientas hay diferencias: son las que están en la frontera del desarrollo tecnológico, las máquinas-herramienta de tecnología de punta, las que adquieren el estatus de esenciales (BREDA, 2015, p. 41-42).

Por outro lado, o avanço da centralização capitalista amplia as capacidades do capital e permite a expansão da subsunção real capitalista para os processos de reprodução. Isto dá sentido à expansão técnica que transborda a fábrica para automatizar os setores ligados à reprodução do capital. Este processo cria e entrelaça novos setores produtivos e em tempos de capital internacionalizado culmina na articulação de uma estrutura produtiva *mundial* e de uma divisão *internacional* do trabalho.

Neste âmbito da divisão do trabalho, há na diversidade industrial desenvolvida pelo capital uma estrutura essencial – o que Ana Esther Ceceña e Andrés Barreda (1995) chamam de *esqueleto que sustenta o conjunto* – que, de certa forma, reproduz os três momentos que compõem o sistema de máquinas na fábrica. Com efeito, o amago daquele processo de trabalho se reconhece também na estrutura produtiva mundial. Assim, o sistema de transmissão do sistema de máquinas aparece na produção social como meios de comunicação, os energéticos constituem o motor do conjunto produtivo, os setores produtores de máquinas-ferramenta fazem o papel dos meios de produção e os nutrientes básicos deste sistema produtivo são as matérias-primas. Nestes termos, a *produção estratégica* é formada por quatro setores indispensáveis: aqueles ligados à produção dos meios de comunicação, à extração de matérias-

primas, de energéticos e os setores produtores de máquinas-ferramenta (CECEÑA e BARREDA, 1995, p. 11-12).

Isto ajuda a delimitar nosso problema, mas novamente estes setores são também hierarquizáveis, já que toda esta estrutura produtiva tem por fundamento um sistema de máquinas produtor de máquinas. O desenvolvimento dos setores produtores de meios de produção tem, portanto, prioridade estratégica sobre os setores produtores de meios de subsistência e, dentro dos primeiros, têm prioridade aqueles setores que produzem meios de trabalho sobre aqueles que produzem matérias-primas auxiliares e energéticas. No mesmo sentido, disto resulta uma hierarquização dentro deste ramo que outorga prioridade à fabricação de máquinas-ferramentas sobre as máquinas motrizes e os mecanismos de transmissão e dá centralidade estratégica àquelas máquinas-ferramentas produtoras de máquinas e particularmente aos setores focados na produção de tecnologia de ponta (CECEÑA e BARREDA, 1995, p. 18-19)⁴⁶.

Para além do acesso aos lucros extraordinários que o monopólio desta produção estratégica concede às burguesias imperialistas, a forma privada de sua generalização na produção social é também altamente lucrativa para as mesmas. Com efeito, ao redefinir as bases técnicas da modalidade produtiva vigente, estes setores definem padrões tecnológicos dificilmente contornáveis pelo conjunto das empresas capitalistas. A liderança econômica, nestes termos, significa portanto também a capacidade de definir como norma ou modelo – e com isso de gerenciar de maneira lucrativa – o padrão tecnológico vigente, cuja produção estratégica monopoliza. A relação fundamental entre produção estratégica e hegemonia mundial concentra, assim, historicamente os setores estratégicos nos países imperialistas centrais enquanto os outros países se mantêm subordinados à base técnica dos primeiros, transferindo-

46 “Lo paradójico de todo esto estriba en el hecho de que el capital establece sus prioridades estratégicas no a partir de la conciencia y la planificación de los empresarios, tecnócratas y dirigentes del estado sino más bien a través de un proceso ciego y automático, que sólo después de cometer innumerables errores, descubre paulatinamente aquello que le resulta esencialmente benéfico para su reproducción y desarrollo. Por ello, si bien la persecución del plusvalor extraordinario introduce caóticamente innovaciones técnicas en todos los frentes, solamente con la reiterada reproducción del capital se va dejando en claro la prioridad estratégica de aquellas ramas o sectores de los cuales dependen todos los demás. Es cierto, sin embargo, que en la medida que se desarrolla el proceso de concentración y centralización del capital, la profundización de la subsunción y de la división del trabajo crean bases para un combate de ese caos, sobre todo en el nivel de la producción estratégica ya que es justamente ahí donde se ubican los capitales de mayor magnitud, cuya escala promueve ya una cierta planificación sino también porque las exigencias del plusvalor extraordinario en torno a la innovación tecnológica son de tal monta que suponen cada vez más la participación del estado u otros entes de representación colectiva del capital. Esta contradicción es alimentada también por la disputa intercapitalista por la hegemonía mundial que conduce a la necesidad de priorizar ciertos rubros de producción y al establecimiento de una división internacional del trabajo correspondiente” (CECEÑA e BARREDA, 1995, p. 20-21).

lhes valor para produzir nos níveis técnicos estabelecidos e sustentando com isso sua liderança e hegemonia econômica mundial.

O novo paradigma eletroinformático não supera estas determinações. Na realidade, ao transformar a organização capitalista internacional reafirma estas características fundantes da divisão internacional do trabalho. Nesta nova modalidade da internacionalização do capital, as grandes multinacionais dos países imperialistas ao se reestruturarem produtivamente puderam, a partir dos avanços das forças produtivas, espriar mundialmente o processo produtivo, sem abrir mão do monopólio da produção estratégica e do controle sobre as cadeias produtivas mundiais que surgiram de sua reestruturação. A produção, neste sentido, se mundializou, mantendo os critérios da valorização imperialista diante da crise em curso.

A reestruturação produtiva se dirige, portanto, para a repartição mundial da produção em cadeias globais, cujo controle decisório permanece em mãos imperialistas. Assim, as multinacionais são capazes de aproveitar as vantagens espalhadas globalmente para sua valorização e reprodução. Com efeito, as novas possibilidades advindas dos avanços das forças produtivas permitem um distanciamento dos centros produtivos diretos em relação aos seus mercados consumidores prioritários, sem significar um alargamento dos tempos e custos logísticos ligados à circulação. Como diria David Harvey, a reestruturação produtiva passa a significar uma “ ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado” (2008, p. 140).

As grandes multinacionais impulsionam, com isso, a deslocalização de suas etapas produtivas diretas menos intensivas em conhecimento para mercados de trabalhos periféricos, nos quais os níveis de generalização e agudização da superexploração potencializam a extração de mais-valor. Ruy Mauro Marini (2000) ao caracterizar o processo explicita aqui a mundialização do próprio exército industrial de reserva. No outro polo, os maiores mercados consumidores permanecem nos países centrais europeus e nas altas esferas de consumo dos países dependentes. Ana Esther Ceceña qualifica o processo desta maneira:

[...] as características da força de trabalho em termos de preço, qualificação, docilidade, etc., dando à luz um padrão bastante heterogêneo de subsunção da força de trabalho, porém com características espaciais muito claras: As exigências de qualificações e disciplinas da força de trabalho são tão heterogêneas quanto o próprio processo [de trabalho]; por isso, as decisões de alocação das diferentes fases da produção, e esta é a novidade desta nova forma de integração internacional, dirigem-se de acordo com as características dos novos mercados de trabalho. Isto é, nem todas

as fases se descentralizam e nem todas o fazem na mesma direção. As fases que exigem pessoal de alta qualificação e disciplina tendem a permanecer dentro da zona dos países industrializados; as fases que requerem mão-de-obra abundante, resistente, “dócil” e pouco qualificada, onde a produtividade está mais relacionada com um uso intensivo e/ou prolongado da força de trabalho, são as que se transferem ao sul, às regiões semi-industrializadas ou subdesenvolvidas. (CECEÑA, 1991, p. 39 *apud* BREDA, 2020).

A nova modalidade de internacionalização produtiva gera portanto cadeias produtivas fragmentadas mundialmente. Este elemento é fundamental, pois demarca um importante contraste com a fase fordista anterior. Com efeito, naquele período a internacionalização do capital levou à instalação de filiais produtivas no seio das economias dependentes e gestaram, com isso, possibilidades de industrialização minimamente integradas nacionalmente nestes países. Não é o caso atual. A dispersão mundial das etapas da produção e o monopólio decisório central sobre a organização destas etapas impacta decisivamente as possibilidades soberanas de desenvolvimento capitalista na periferia. Se esta já não era uma realidade, como demonstrou a experiência desenvolvimentista latino-americana, os limites materiais para sustentar tal ilusão se estreitaram radicalmente na atual fase da acumulação capitalista.

Por fim, é preciso explicitar o aumento da demanda por matérias-primas que a reestruturação produtiva mundial impeliu. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho no centro agiganta as necessidades destas economias em insumos produtivos. Para o Brasil, este é um elemento especialmente relevante, já que, como veremos nos próximos capítulos, assumiremos parte desta demanda presente na divisão internacional do trabalho, enquanto as etapas produtivas industriais vão se transferindo para países asiáticos. Em poucas palavras, a reestruturação produtiva, ao conformar uma nova divisão internacional do trabalho, imprime novas requisições aos países dependentes, que, de sua parte, são impelidos à redefinirem seus padrões de reprodução do capital para responder às novas necessidades vigentes. Desindustrialização e reprimarização do padrão de reprodução no Brasil são, assim, facetas induzidas por uma nova organização do sistema mundial em resposta a crise vigente. Nos próximos capítulos tentaremos acompanhar estas reorientações societárias.

2 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Nosso trabalho, nesse capítulo, está ligado a um esforço de recuperação da gênese e do desenvolvimento históricos das relações sociais brasileiras. Acompanhados de pensadores críticos latino-americanos, trata-se no fundo de reconstruir teórica e coerentemente um fio condutor perante a complexidade do que denominamos a formação social brasileira. Este fio condutor tenta, portanto, expressar aquilo que foi dominante e decisivo em cada período e que, de certa maneira, determinou a unidade contraditória da imensa diversidade existente na nossa formação social ao longo dos séculos.

A diversidade citada, é preciso dizê-lo, longe de refutar as teses de Marx, requer do marxismo brasileiro a capacidade de particularizar as teses clássicas a partir do processo de vinculação da América Latina à acumulação primitiva, primeiro, e à divisão internacional do trabalho depois. É neste caminho que desvendamos uma estrutura e uma dinâmica econômica e social *sui generis* (MARINI, 2005a) no país. Esta necessidade se assenta no próprio desenvolvimento capitalista e sua criação de um sistema mundial cuja unidade sustenta-se na acumulação de capital mundial, mas que, para ser assegurada, conforma formas particulares de reprodução do capital. Aumentar o nível de concretude da análise, mas principalmente centrar a mesma na realidade brasileira permite, assim, explicitar as originalidades determinantes do capitalismo dependente no Brasil.

Para tanto, as próximas páginas trabalham numa periodização da formação social brasileira e se divide em três subcapítulos. Num primeiro momento, nos centraremos no período colonial para, depois, numa segunda parte, abordar a Independência brasileira e os processos societários fundamentais deste momento. Os dois próximos apartados tratam, respectivamente da articulação entre superexploração relações étnico-raciais e das distintas fases da industrialização no Brasil.

2.1. O Colonialismo no Brasil: acumulação primitiva mundializada, escravização e luta de classes

Para começar, parece-nos importante reafirmar – já o afirmamos no Capítulo 1 – o caráter e a vocação mundiais da chamada acumulação primitiva. Com isso, entendemos que a superação do feudalismo pelo capitalismo não foi determinada exclusivamente por elementos europeus, mas concorreram para este processo as movimentações mundiais, postas em marcha pela expansão comercial europeia. Neste sentido, o surgimento das classes capitalistas fundamentais na Europa Ocidental, a escravização de massas populacionais africanas para sua comercialização, o colonialismo, para citar apenas exemplos diretamente envolvidos com nosso objeto, são dimensões de um mesmo processo. Não faltam referências clássicas neste sentido. Desde o *Manifesto Comunista*, Marx e Engels, por exemplo, explicitaram esta característica da acumulação primitiva.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (MARX e ENGELS, 2008, p. 9-10).

Em outras palavras, se este é um processo que deve ser encarado em escala global, o Brasil colonial foi parte integrante fundamental deste movimento. Nas palavras de Agustin Cueva:

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo (CUEVA, 1983, p. 24).

O Brasil é incorporado neste movimento à força e o modo de produção capitalista não surge, com isso, de uma transição societária *autodeterminada*, mas da invasão de impérios extracontinentais e de suas necessidades.

A realidade vigente dos povos originários de então era diversa, mas é possível dizer que a chegada dos portugueses se deparou com duas situações predominantes. A primeira se refere aos povos coletores, caçadores e pescadores cujos exemplos clássicos são, em geral, amazônicos. E a outra era, provavelmente, majoritária e dá conta daquelas sociedades baseadas num modo de produção comunal⁴⁷, como os Guaranis por exemplo. Não existiam no Brasil

47 Para o argentino, radicado no Chile, Luis Vitale, o modo de produção comunal “se basaba en una relación de producción y distribución colectivas donde no existían explotadores ni explotados y en unas fuerzas productivas fundamentadas en la agricultura y en instrumentos para el trabajo en la alfarería y la elaboración de los metales”

altas civilizações como as inca e asteca que, como exceções no continente latino-americano, estavam estruturadas sobre um modo de produção classista e estatal. Portanto, o que ambas tinham em comum era, exatamente, o que dificultou, num primeiro momento, a acumulação europeia em nosso continente: a propriedade coletiva da terra e, em grande medida, também, dos meios de produção. Esta forma estrutural que os povos originários tinham de produzir e existir obstaculiza, decisivamente, a formação do proletariado necessária à economia colonial almejada pelas metrópoles europeias. Esta é, aliás, a base objetiva da histórica e permanente resistência originária que perdura até os dias atuais e o aniquilamento necessário que significou o colonialismo – e segue significando a dependência – a estes modos de vida⁴⁸.

Nestas condições, faltou, cronicamente, o trabalhador para a acumulação nas colônias. Com efeito, o horizonte espoliativo do projeto colonial, obviamente, não despertava qualquer interesse de vinculação por parte dos povos originários. Por outro lado, estes não estavam preparados para as necessidades produtivas da agricultura extensiva colonial por trabalho cooperado constante e disciplinado por séculos de destituição de seus meios de sobrevivência e de trabalho subordinado. Além disso, a expansão colonial requereu a destruição de suas bases comunais e a concentração das terras disponíveis propensas ao trabalho individual. O colonialismo significou portanto, perante a permanente resistência originária à escravização, o genocídio destes povos – apesar de sua escravização nas ocasiões necessárias.

Diante disto, duas medidas foram determinantes: a escravização de povos africanos e sua importação para a economia colonial brasileira e a monopolização do solo pela coroa portuguesa⁴⁹. O ressurgimento da escravidão como o sustentáculo fundamental de um sistema

(VITALE, 1992, p. 6). O elemento comunal se refere ao “trabajo conjunto que efectuaban las unidades domésticas – como el ayllu en la zona andina y el calpulli en Mesoamérica – dentro de la economía global de la tribu. Estas familias laboraban las parcelas que em usufructo les había concedido la comunidad, pero realizaban actividades comunes – en las que la producción era colectiva – y colaboraban con otras familias mediante un sistema cooperativo de trabajo” (VITALE, 1992, p. 8).

48 Arriscamos aqui estender, também, à propriedade coletiva, a afirmação de Marx sobre a incompatibilidade, nas colônias inglesas americanas, da propriedade privada capitalista com a propriedade privada fundada no trabalho do próprio produtor: “A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles. Onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio [ou comunal, no nosso caso particular]” (MARX, 2013, p. 835).

49 Não nos deteremos neste tema pelos limites desta tese, mas este processo é, absolutamente, incontornável e explica a centralidade do latifúndio e a própria gênese da burguesia local na formação social brasileira. É importante sinalizar que mesmo quando o monopólio da terra no Brasil deixa de ser uma prerrogativa da Coroa, a lógica de concentração fundiária permaneceu. Com efeito, se tomarmos a Lei de Terras de 1850 como exemplo, veremos que a passagem da doação real para os mecanismos de compra através de um Estado vendedor que tal lei instituiu reproduz e agrava a situação vigente. Ao se antecipar à possibilidade de uma abolição com reparação aos ex-escravizados através da propriedade de terra, a lei, por um lado, cria as condições

socioeconômico, neste período, guarda pouca ligação com a longínqua Roma antiga⁵⁰. A escravização vem suprir uma necessidade inadiável – de disponibilidade de força de trabalho abundante e disciplinada – da acumulação de capital nas colônias⁵¹. Tal necessidade será suprida na África Central e Ocidental – atualmente, nas regiões que correspondem à República Democrática do Congo e Angola e ao Benin e Nigéria, respectivamente – através do tráfico negreiro – aliás, totalmente legal. Este, por sua vez, alimentou imensas fortunas europeias e, mais particularmente, inglesas, quando esta nação monopolizou a atividade, para se tornar um dos pilares da acumulação primitiva que impulsionaria a Revolução Industrial inglesa⁵².

Para Clóvis Moura (2014), a escravização vai conformar o *ethos* das relações sociais brasileiras. Com efeito, decorre disto a étnico-racialização da própria divisão social do trabalho, das relações de produção e, portanto, da constituição das classes sociais no Brasil. Por um lado, o trabalho – forçado – foi destinado às pessoas africanas ou originárias escravizadas, enquanto o controle e a propriedade de sua produção estavam centralizados nas mãos de pessoas brancas metropolitanas, primeiro, e locais, mais tarde. Com isso, as classes trabalhadoras, no Brasil colonial, foram majoritariamente negras e indígenas e as classes dominantes, o poder econômico e político eram monopólio branco.

Esta realidade brutal foi combatida permanentemente pelo povo escravizado (MOURA, 2014). Com efeito, a rebeldia ao escravismo se manifestou de maneira constante através de fugas, sabotagens, roubos, assassinatos, quilombos, guerrilhas, insurreições, suicídios e inaugura a dinâmica da luta de classes no Brasil. Por isso é que, para Florestan Fernandes (2017), *a luta de classes se liga à luta de raças* e que a matriz de resistência surgida neste confronto é incontornável até a atualidade. Com efeito, data deste período, segundo Lélia

para sua marginalização socioeconômica e, por outro, concentra as possibilidades de aquisição de terra nas mãos das classes possuidoras de recursos financeiros suficientes.

50 É preciso dizer, no entanto, que a escravização de seres humanos aconteceu ao longo de toda a história humana e em todas as partes do globo. A distinção da escravização romana e colonial latino-americana é que ambos os sistemas socioeconômicos estavam embasados na escravização enquanto em outros momentos e lugares a escravização aparece como elemento secundário nas sociedades na qual se insere. Isto chegou, inclusive, a justificar a caracterização de um modo de produção escravista no Brasil neste período (GORENDER, 2016; MOURA, 2004, p. 149-150).

51 “Vista na perspectiva histórica, ela [a escravidão] faz parte desse quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava acostumando-se à ideia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção” (WILLIAMS, 1975, p. 9).

52 “Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 829).

Gonzalez (1981)⁵³, a primeira experiência brasileira de efetiva democracia racial – os quilombos.

2.2 Independência e dependência: classes sociais, subordinação, necessidades centrais e transferências de valor

A transição do colonialismo à dependência, no fundo, acontece sem rupturas estruturais com o estatuto colonial (FERNANDES, 2005). Este é um elemento decisivo, pois apesar de estarmos agora diante de uma nação formalmente independente, esta permanece subordinada às nações centrais (MARINI, 2005a) – em especial à Inglaterra neste período – e o Estado, assim como seu regime político passam se organizar como monarquia constitucional. O fundamento por trás disto se encontra nas relações sociais brasileiras que, apesar da Independência, permanecem intactas. Neste sentido, as classes dominantes do Império são as mesmas do período colonial, enquanto, na ausência da abolição da escravidão, a classe trabalhadora segue escravizada. Nas palavras de Dennis de Oliveira, o racismo é “*elemento estruturante* das divisões de classe, uma vez que o processo transitório do modo de produção do escravismo colonial para o capitalista aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior” (*grifo do autor*). (DE OLIVEIRA, 2016, p. 34).

Não há, portanto, qualquer surpresa nas permanências societárias que marcam este momento. A subordinação brasileira é fruto da reprodução do horizonte dominante moldado por séculos de colonialismo. As raízes destes traços de nossa formação devem, portanto, ser buscadas nos primórdios de nossa inserção econômica. Desde os tempos coloniais, a sociedade brasileira se estrutura a partir e em função da expansão mercantil europeia e de suas necessidades. Como indica Sergio Bagú (1992):

Cuando castellanos y portugueses tocan las costas americanas, la existencia de un activo mercado internacional europeo es un hecho desde hace mucho tiempo. Un hecho que está recondicionando toda la economía continental, en particular la de las zonas occidentales. [...] el descubrimiento y colonización de América, son episodios

⁵³ Nas palavras de Lélia Gonzalez, “[Zumbi] transformou-se no símbolo da resistência e da luta por uma sociedade alternativa, onde negros, índios e brancos fossem considerados a partir daquilo que os torna iguais: sua humanidade, e organizados a partir dos critérios democráticos com a justa distribuição dos frutos do seu trabalho. E não há dúvida de que Palmares foi a primeira tentativa de criação dessa sociedade igualitária, onde existiu uma efetiva democracia racial. Por aí se pode compreender porque os movimentos negros do período pós-abolição tiveram nela e em Zumbi a garantia histórica e simbólica de suas reivindicações” (GONZALEZ, 1981, p. 4).

en medio de esa formidable revolución comercial que está conmoviendo toda Europa. Hay en el Viejo Mundo un mercado internacional que absorbe con avidez una variedad de productos de otros continentes; en menor escala hay también ciertas regiones, sobre todo los Países Bajos, que se encuentran en condiciones de colocar sus productos manufacturados en mercados lejanos.

Castellanos y portugueses, al ponerse en contacto con esta nueva realidad americana [...] estuvieron movidos por una misma necesidad, por un igual propósito: hallar algo que pudiera ser vendido en el mercado europeo con el mayor provecho posible. Lustros después de iniciada una colonización sólida y permanente, América es aun para las metrópolis ibéricas mucho más importante como proveedora que como consumidora (BAGU, 1992, p. 60).

Neste contexto, fornecíamos metais preciosos e gêneros exóticos e contribuíamos para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, fortalecendo, por um lado, o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa e sustentando, por outro, o sistema manufatureiro europeu. Este movimento foi, sem sombra de dúvidas, decisivo para o surgimento da grande indústria no centro do capitalismo mundial (MARINI, 2005a).

As classes dominantes do Brasil *independente* são herdeiras daqueles portugueses mencionados por Sergio Bagú. Neste sentido, surgiram, se consolidaram e seguem se reproduzindo subordinadas às classes dominantes mundiais e, mesmo que de maneira conflituosa por vezes, estas classes vinculam seu horizonte às necessidades estrangeiras, já que fazendo-o concentram poder e riqueza. O Estado brasileiro, de sua parte, também se erige sobre estas relações sociais e sobre este horizonte dominante. Não é de se estranhar, portanto, que classes dominantes subordinadas no sistema capitalista mundial fundem um Estado também subsoberano (OSORIO, 2014b). Do mesmo modo, classes dominantes latifundiárias e escravagistas gestaram um Estado *à sua própria imagem*, produtor e reproduzidor, portanto das desigualdades raciais vigentes – ao caráter burguês e patriarcal do Estado capitalista, o Estado no Brasil ganha um caráter subsoberano e racista.

As necessidades estrangeiras, no entanto, estão em transformação no momento de nossa Independência. Com efeito, a mesma coincide, no século XIX, com a Revolução Industrial inglesa. Nosso eixo de gravitação, aliás, já vinha se transferindo da metrópole portuguesa à Inglaterra e nosso papel na nova divisão internacional do trabalho se transformando. As necessidades colocadas pela nascente indústria e pelos resultantes societários que a mesma imbricou nos países centrais reconfiguram a demanda posta à periferia latino-americana. Este movimento tem rebatimentos profundos sobre a formação socioeconômica brasileira, já que a forma como a América Latina se integra no mercado mundial define as estruturas internas necessárias para atender a estas demandas.

Como se vê, o caráter exportador das economias latino-americanas está determinado pelos traços mais fundamentais de nossas formações. Com efeito, esta característica estruturante orienta para o exterior a realização das mercadorias produzidas nas economias dependentes. Nossas classes dominantes lucram, assim, assumindo o fornecimento de alimentos e matérias-primas necessário às classes dominantes centrais. No entanto, as economias dependentes, ao se especializar na produção de bens primários agropecuários e minerais, na realidade, contribuem, decisivamente, para a especialização produtiva industrial central⁵⁴ e o decorrente monopólio central sobre a produção de ramos estratégicos da produção capitalista⁵⁵. Para possibilitar esta especialização da sociedade central e sustentar a concentração populacional urbana decorrente foi preciso garantir o fornecimento dos produtos agropecuários necessários à subsistência daquela população. Além disso, o surgimento da grande indústria demandava quantidades cada vez maiores de matérias-primas para a produção. A América Latina incorpora estas tarefas e contribui para outro movimento que nos parece essencial.

Se a pauta de exportação não muda em sua composição – continuamos exportando bens primários –, o que muda é a função que o fornecimento destes componentes cumpre na estrutura capitalista mundial. Ao fornecer e baratear as mercadorias que incidem sobre o valor do capital constante e dos bens-salário da classe trabalhadora europeia, a América Latina passa a contribuir para que o eixo da acumulação capitalista no centro se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Isto não se dá, no entanto, sem contradições. Vejamos, com Marini (2005a), o que engendra este deslocamento na dinâmica de acumulação no centro do sistema capitalista:

[...] o aumento na capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital (p. 147).

Os países centrais tentam resolver esta contradição tratando de rebaixar o valor do capital constante – fundamentalmente, das matérias-primas que adquirem no mercado mundial e que a América Latina é das principais fornecedoras.

54 “divisão [internacional do trabalho] que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” (MARX, 2013, p. 523).

55 “Manter prerrogativas monopolistas sobre determinados bens ou conhecimentos tem implicações na capacidade de apropriação de valor” (OSORIO, 2012, p. 77).

De fato, desde o século XIX, a América Latina, nos marcos da divisão internacional do trabalho, fornece matérias-primas em quantidades cada vez maiores e a preços cada vez menores ao velho continente, contrabalanceando a tendência apresentada anteriormente. Se analisados com atenção (CEPAL, 1949), os termos de troca no mercado exterior desfavorecem, sistematicamente, os países produtores de bens primários em relação aos países exportadores de produtos manufaturados. Enquanto os preços dos primeiros tendem a diminuir com o tempo, os segundos mantêm-se relativamente estáveis.

O que se observa, no plano do mercado internacional, são, na realidade, mecanismos de transferência de valor, baseados na capacidade produtiva dos países envolvidos. Dois destes mecanismos devem ser salientados. O primeiro diz respeito à troca de mercadorias da mesma esfera de produção – mercadorias manufaturadas, por exemplo. Neste âmbito, as nações que apresentam maior produtividade do trabalho e, portanto, produzem mercadorias com menor valor unitário, ao trocá-las, não precisam necessariamente diminuir seu valor-de-troca, obtendo, assim, um lucro extraordinário. O segundo mecanismo utilizado para burlar as leis de troca no mercado internacional é possível quando duas nações trocam mercadorias de diferentes esferas de produção – manufaturados e bens primários, por exemplo. Aí opera, simplesmente, a lei do monopólio: o fato de estarem trocando mercadorias que a nação desfavorecida não tem a mesma possibilidade de produzir, permite elevar seu preço acima do valor real da mercadoria. Ao fim, a maior produtividade vigente nas economias centrais e a condição de monopólio que exerce sobre suas mercadorias duplica, portanto, a transferência de valor: adiciona-se àquele lucro extraordinário da maior produtividade, a ilusão permitida pelo monopólio. Para Marini, o monopólio

implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda a mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla (MARINI, 2005a, p. 152).

2.3 Superexploração e racialização da classe trabalhadora

Curioso notar que, mesmo nas condições descritas acima, o Brasil seguiu e segue reproduzindo seu papel na economia internacional, produzindo, inclusive, volumes cada vez maiores de bens primários destinados à exportação. No entanto, esta possibilidade se baseia no aumento da exploração do trabalhador, no âmbito produtivo – seja intensificando o trabalho,

seja aumentando simplesmente a jornada de trabalho. Chegamos, assim, à essência contraditória da inserção da América Latina no mercado mundial nos termos propostos por Marini (2005a):

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. [...] Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 2005a, p. 153)

Neste ponto está uma das chaves centrais da peculiaridade da formação social latino-americana. Tendo no mercado mundial o eixo central de sua economia, mas, principalmente, encontrando-se em posição subalterna nesta estrutura, a busca pelo valor transferido às nações centrais exacerba a necessidade pela extração de mais-valor. A particularidade das burguesias latino-americanas é que estas baseiam tal extração, prioritariamente, no aumento da exploração do trabalhador e não precisam recorrer ao desenvolvimento das suas forças produtivas. Fazem-no recorrendo àquilo que Marini denominou superexploração do trabalho⁵⁶.

A superexploração é, para Marini (2005a), o recurso generalizado pelas burguesias latino-americanas diante de sua subordinação na divisão internacional do trabalho. Permite, assim – através da intensificação do trabalho; da prolongação da jornada de trabalho; e da redução da capacidade de consumo do trabalhador –, conformar taxas de extração de mais-valor que suportem a evasão posterior de valor para os países imperialistas. O autor a define nos seguintes termos:

[...] a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho do trabalhador], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [redução da capacidade de consumo do

56 A rigor, é preciso anotá-lo, trata-se de superexploração da *força de trabalho*. Como sustenta Jaime Osorio, referindo-se ao texto *Dialética da dependência* (2005a), “la lectura del conjunto del libro no deja dudas que se refiere a la violación del valor de la fuerza de trabajo” (*grifo do autor*). (OSORIO, 2013, p. 11). Ainda sobre o tema, os textos de Marini: “Sobre a Dialética da Dependência” (2005b) ou “Las razones del desarrollismo” (2007).

trabalhador], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005a, p. 156)

Neste sentido, a superexploração, é, na realidade, uma *forma particular de exploração* que se assenta na seguinte característica fundamental: a violação do valor da força de trabalho. Nas palavras de Jaime Osorio:

A superexploração dá conta das formas assumidas pela violação do conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, nos processos de produção e circulação. Dá conta, então, das formas de violação do valor da força de trabalho. Quando a exploração capitalista adquire características que implicam a desconformidade do valor de troca da força de trabalho, estamos falando de uma exploração capitalista que assume um caráter superexplorador (OSORIO, 1975 apud LUCE, 2012, p. 121).

Ao contrário do que se poderia indagar, esta não é uma ideia estranha ao universo marxiano. Já vimos como, no livro III de *O Capital*, ao tratar das causas contra-arrestantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro, a redução do salário abaixo de seu valor aparece como “uma das causas [contra-arrestantes] mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 274). Portanto, mesmo se Marx não dá tratamento mais detido à superexploração pelos pressupostos básicos impostos por seu nível de abstração⁵⁷, ele indica a superexploração como possibilidade concreta. É, somente, com a generalização de modalidades de exploração assentadas sobre a violação do valor da força de trabalho, nos países dependentes, que se impõe a criação desta nova categoria para dar conta da realidade imperante.

Marini o faz, assim, para caracterizar um vazio teórico que tem sua importância no fato da superexploração corresponder, exatamente, ao traço fundamental das formações latino-americanas. A superexploração é, neste sentido, um dos fundamentos da forma particular de reprodução do capital na América Latina – a dependência – e representa a contratendência

57 A explicação de Marx sobre a composição da jornada de trabalho e a necessidade capitalista de redução do tempo de trabalho necessário para diminuir o valor da força de trabalho, em seção dedicada à análise da produção do mais-valor relativo indica, exatamente, tal pressuposto. O funcionamento ‘puro’ ou ‘pleno’ do modo de produção capitalista e, portanto, da lei do valor, justifica a impossibilidade da violação do valor: “[...] o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário [se houvesse, portanto, superexploração]. Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral” (MARX, 2013, p. 388-389, grifo nosso).

própria do capitalismo dependente à transferência de valor à qual está submetida na divisão internacional do trabalho (LUCE, 2012, p. 122).

Além disto, é preciso refletir sobre a possibilidade da generalização da superexploração da força de trabalho no Brasil. Por um lado, a mesma se assenta no eixo exportador do conjunto da economia. Como o ciclo capitalista se realiza aqui por meio do comércio exterior, o consumo do trabalhador, cuja massa está excluída, inclusive do mercado de trabalho, não interfere na realização das mercadorias estratégicas da economia dependente. Enquanto nas economias centrais, a formação do mercado interno se configurou como o eixo privilegiado de realização do ciclo do capital, nas economias dependentes, a esfera de circulação das mercadorias está determinada pela demanda externa e permite, por isso, a depreciação do consumo da massa trabalhadora. As condições periféricas colocam, portanto, o trabalhador, primeiro, numa posição produtora em relação às mercadorias dinamizadoras ou estratégicas das economias dependentes, já que não depende de seu consumo a realização destas mercadorias. A acumulação capitalista nestas terras pode, assim, desgastar a força de trabalho disponível a níveis inimagináveis no centro.

Este movimento tem, ainda, outras repercussões basilares. Como vimos, separa, decisivamente, a produção, baseada na superexploração do trabalho, da circulação que tem, no mercado internacional, seu eixo principal – ainda que não exclusivo como veremos adiante. A acumulação brasileira, ao deprimir, sistemática e sem limites, a capacidade de consumo do trabalhador, define o mercado externo como saída predominante para a produção, enquanto os consideráveis lucros gestados neste processo geram uma capacidade de consumo, das classes dominantes, que não pode encontrar na produção interna sua satisfação. Cria-se, com isso, uma cisão entre a esfera de consumo do trabalhador e uma alta esfera de consumo – suntuosa ou de luxo – que só encontra satisfação pela importação de produtos estrangeiros⁵⁸.

Há, no entanto, ainda, outra faceta de nossa formação que permite a generalização da superexploração da força de trabalho no Brasil. Para explicitá-la, temos de voltar à 1888 e à abolição da escravidão no país. Com efeito, este é um processo decisivo para compreender a superexploração em sua historicidade.

58 “A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera ‘baixa’, onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir –, se baseia na produção interna, a esfera ‘alta’ de circulação, própria dos não-trabalhadores – que é aquela que o sistema tende a ampliar –, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação” (MARINI, 2005a, p. 165).

De pronto, é preciso vincular as desigualdades no bojo das relações étnico-raciais na sociedade brasileira com a conseqüente produção de uma ideologia racista no Brasil. Com efeito, foi preciso, desde tão cedo quanto a Conquista, justificar, legitimar e naturalizar a violência e a superexploração, primeiro, colonial e capitalista, depois, contra imensos contingentes humanos. Isto passou por um largo processo de racialização do mundo. Europeu, por exemplo, passou de um identificador geográfico específico para um indicador sociopolítico e racial bastante distinto do original e termos novos, como índios, mulatos, negros, surgiram para dar conta dos gradientes raciais necessários à hierarquia nascente. Nas palavras do peruano Aníbal Quijano:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América [...]. [Esta] foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal [...]: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 117).

A racialização do mundo foi, por sua vez, respaldada científica e teologicamente e, no campo do pensamento social, se consolidou no Brasil uma tradição *eugenista* hegemônica no trato da temática racial. Este, aliás, não é um traço brasileiro. A idéia de que a presença indígena e negra condenava as sociedades nacionais ao atraso vigente foi hegemônica na totalidade do continente latino-americano por longo período e, no Brasil, teve representantes do porte de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana – esta hegemonia ideológica só seria substituído por aqui no bojo da derrota do nazifascismo e do desenvolvimentismo pelo mito da democracia racial brasileira.

Disto decorreu uma estigmatização do negro e do indígena brasileiro, profundamente enraizado em todos os âmbitos da vida social. Como afirma Cristiane Sabino,

[...] o processo de enfrentamento da insurreição escrava pelas classes dominantes perpassou também pelo campo ideológico, resultando num constructo no imaginário social do que é o negro, a partir das rebeldias e da contestação da ordem realizada pelo

escravizado. Se as rebeldias eram ativas, o negro era informado como perigoso, inimigo, animal, bruto, violento, etc. Se passivas, era preguiçoso, incapaz, sem intelecto, etc. (SABINO, 2020, p. 150).

No momento da abolição, esta era, portanto a perspectiva dominante e a importação de mão de obra *livre* europeia como política estatal para substituir a mão de obra escravizada surge, assim, inclusive, como uma solução para o que Abdias Nascimento (2017) denomina de a *mancha negra* na sociedade brasileira. De fato, diante do trabalhador negro recém-liberto, o imigrante europeu chegava com aura de progresso, de disciplina e de trabalho. A priorização de seu emprego nos centros produtivos da economia brasileira relegou, com isso, os trabalhadores negros ao subemprego e ao desemprego ou, nas palavras de Florestan Fernandes, “como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção” (FERNANDES, 2017, p. 29).

Estamos diante do processo histórico que conformou na classe trabalhadora brasileira as cisões raciais decisivas para a reprodução capitalista. A expulsão, após a abolição, dos trabalhadores negros dos centros produtivos conforma uma superpopulação relativa negra, relegada às franjas marginais do exército industrial de reserva (MOURA, 2014; SABINO, 2020). Conforma-se, portanto, uma massa trabalhadora negra cuja a maior utilidade, diante da estreiteza da economia dependente, é pressionar os salários para baixo e possibilitar a generalização da superexploração da força de trabalho. Cristiane Sabino (2021) explica isto da seguinte forma:

A enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição: a criação de uma imensa franja marginal de trabalhadores, muito além de um exército industrial de reserva, a qual jamais pôde ser incorporada à dinâmica econômica restritiva do capitalismo dependente. Esta será formada de maneira esmagadora pelos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, os quais, deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e do acesso à riqueza produzida, dados os mecanismos de imobilização dos/as trabalhadores negros/as criados em concomitância com o nascimento e expansão do trabalho livre no Brasil. Do ponto de vista de uma análise dialética, o que cumpre evidenciar é que, estar à margem dos processos produtivos não significa não exercer sobre ele nenhuma determinação, ao contrário, a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia (SABINO, 2021).

Nestes termos, entende-se melhor, por um lado, o racismo como esta forma das relações sociais brasileiras se (re)produzirem de maneira étnico-racializadas – ou seja, produzindo e reproduzindo desigualdades étnico-raciais – e suas consequências ideológicas, políticas, sociais e econômicas. Por outro lado, fica salientada a vinculação fundante do racismo e da

superexploração na formação social brasileira, como vimos acima, tanto para a generalização da segunda, quanto, como quer Silvio Almeida (2018), para sua *normalização*.

2.4 Industrialização: substituição de importação, integração monopólica e subimperialismo

2.4.1 As primeiras ondas de industrialização: do século XIX ao fim do Estado novo

De início, para adentrar o tema da industrialização no Brasil, voltemos ao século XIX e ao novo ciclo expansivo do capitalismo central. A chamada segunda revolução industrial, em especial na Inglaterra, impulsionou um salto de produtividade e do próprio volume de produção que repercutiu na demanda por matérias-primas e de alimentos no nosso país. Como vimos acima, o papel assumido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho requeria a produção de tais produtos em quantidades cada vez maiores e assumir estas novas requisições gerou uma modernização do sistema produtivo dependente. Com efeito, se generalizam, neste ímpeto, relações capitalistas nos setores estratégicos para a produção destas mercadorias e são introduzidos novos métodos produtivos nestes âmbitos, aumentando nossa capacidade produtiva neste âmbito.

A abolição cumpre um papel importante neste processo. De fato, a reprodução do trabalhador escravizado como um custo interno da produção foi um significativo obstáculo à industrialização. A generalização do trabalho assalariado desobriga a burguesia de tal responsabilidade e a industrialização, nas palavras de Francisco de Oliveira, “significará a tentativa de ‘expulsar’ o custo de reprodução do escravo do custo de produção” (2003, p. 66).

Neste bojo, a expansão do assalariamento vai acarretar, por sua vez, um aumento do mercado interno no país e a criação de diversos setores produtivos complementares, ligados ao setor agroexportador. Estes novos setores também criam novos empregos assalariados que, de sua parte, fortalecem o mercado interno brasileiro. Este mercado, mesmo se é um espaço importante para a absorção da produção industrial central, vai igualmente possibilitando que setores produtivos complementares se liguem ao mesmo. Com isso, a primeira onda de industrialização brasileira – antes mesmo do período de *substituição de importações* – está

ligada a este movimento societário que impulsiona o surgimento e a necessidade de produção de produtos industriais para a modernização do setor agroexportador, para os setores complementares e para o abastecimento do mercado interno por mercadorias de baixo custo. Vânia Bambirra ao descrever o processo capta sua contraditoriedade da seguinte maneira:

[...] é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado (BAMBIRRA, 2012, p. 77).

É preciso notar, no entanto, que a industrialização acontece atrelada às necessidades e, inclusive, com recursos da agroexportação. O próprio surgimento do empresariado industrial é um produto simbiótico das oligarquias agrárias brasileiras, como é o caso emblemático do envolvimento da oligarquia cafeeira paulista em atividades industriais. Neste sentido, o setor industrial precisa do setor agroexportador como condição de sobrevivência e de expansão e por isso é que Florestan Fernandes afirma que “[a]qui não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária” (2005, p. 246).

Isto determina os termos particulares da revolução burguesa no Brasil. Com efeito, a mesma se distancia dos exemplos europeus – em especial francês – em que a ascensão da burguesia cumpre um papel revolucionário na superação da sociedade feudal. Por aqui, a íntima ligação entre oligarquia agrária e burguesia industrial faz com que “a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais” (OLIVEIRA, 2003, p. 63). Não se trata, portanto, apenas do peso da hegemonia oligárquica no período, mas da conformação da própria burguesia à situação societária dependente. Nas palavras de Florestan Fernandes, a burguesia no Brasil

[...] florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua, intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto (FERNANDES, 2005, p. 241).

Isto ocorre porque a dominação burguesa brasileira está, de um lado, determinada por uma mentalidade burguesa adquirida por sua socialização comum e sua forte atração pela

oligarquia. Mas sua dependência em relação ao setor agroexportador e sua subordinação às classes dominantes centrais contribuem decisivamente para que seus conflitos e antagonismos se acomodem facilmente dentro de um horizonte compartilhado entre burguesia industrial, oligarquia agrária e burguesia central. Entende-se, assim, as razões pelas quais “estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador” (FERNANDES, 2005, p. 242).

A Revolução de 1930 expressa esta situação societária. A agitação social engendrada pelas transformações sociais que fizeram surgir uma nova burguesia industrial, novos setores médios ligados ao mercado interno e um novo proletariado passam a pressionar os antigos grupos dominantes para acessar melhores posições políticas. Para Ruy Mauro Marini,

O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado (MARINI, 2012, p. 74-75).

Surge, portanto, um poder oligárquico-burguês deste processo e vem daí a ideia de Vânia Bambirra de uma *hegemonia burguesa comprometida* (2012) vigente na sociedade brasileira a partir da Revolução de 1930. Assim mesmo, é nestas condições que se reorientará a ação estatal para a consolidação ao longo do próximo período da predominância de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. Nos termos de Francisco de Oliveira, “[t]rata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente” (2003, p. 35).

Este processo acontece em meio a uma profunda crise do sistema capitalista mundial. Este período inicial está imerso em meio a duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a crise mais aguda que o capitalismo já encarou (1929). É sintomático que o início daquilo que se conhece como *substituição de importações* no Brasil corresponda às restrições da capacidade de produção e exportação dos países centrais. Esta situação cria, de fato, o “vazio, mas não a alternativa de rearticulação” (OLIVEIRA, 2003, p. 62). Tal alternativa teve de repousar, num primeiro momento, nas forças socioeconômicas e políticas internas para impulsionar uma segunda onda de industrialização. Estas forças se alicerçaram nas bases produzidas por aquela primeira onda que tinha estruturado um mercado nacional e um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado a partir de relações capitalistas (BAMBIRRA, 2012, p. 75).

O compromisso oligárquico-burguês dos anos 1930 impulsiona, então, um novo padrão de acumulação, reorientando os capitais gerados no setor exportador para o setor industrial. A

expansão industrial decorrente consolida a posição hegemônica da burguesia industrial, oferecendo um projeto de desenvolvimento econômico e social de caráter nacional. Com efeito, no Brasil, o primeiro período varguista (1930-1945) expressa, para além do compromisso oligárquico-burguês, o auge e a consolidação política dos interesses da burguesia industrial brasileira. Seu projeto passou por políticas protecionistas que buscavam impulsionar a industrialização e pela larga adequação das relações de produção ao novo padrão industrial capitalista, no qual a instituição de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho através da legislação trabalhista terá um papel decisivo. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

Ao mesmo tempo que cria as condições para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort, é a cumeira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia [...] reverta à situação pré-anos 1930 (OLIVEIRA, 2003, p. 65).

A hegemonia oligárquica, no entanto, decorrendo da capacidade que os produtos agropecuários tinham no mercado internacional de gerar os recursos necessários para a importação dos subsídios à industrialização, obrigou que o padrão industrial mantivesse as condições de reprodução das atividades agrícolas, preservando as posições políticas e econômicas da oligarquia brasileira. Por isso, a legislação trabalhista não afeta as relações de produção agrárias e as políticas do período mantêm intacta a estrutura fundiária no campo. Além disso, nos períodos de crise do setor exportador, o Estado intervém, resguardando os interesses das oligarquias – para proteger os interesses do sistema em seu conjunto, é bom notar.

Vânia Bambirra nos mostra, portanto, que

[...] a conquista do controle do poder por parte dessas burguesias não se dá de forma completa, pois os inimigos enfrentados durante todo esse período de lutas que conduzem tais burguesias ao poder são, evidentemente, as oligarquias (latifundiárias, mineradoras, financeiras e comerciais). Contudo, os interesses dos industriais, embora em choque com o sistema de dominação oligárquico [...], não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação inclusive como uma condição de sobrevivência. Questiona-se os obstáculos mais agudos ao industrialismo, exige-se a flexibilização do Estado e busca-se a participação dos interesses do capitalismo industrial no controle do poder. A oligarquia não se encontra, portanto, definitivamente, liquidada; mantém seus privilégios básicos, mas abre as portas do sistema de dominação para a burguesia industrial (BAMBIRRA, 2012, p. 91-92).

2.4.2 A integração monopólica dos sistemas produtivos: de 1945 à 1964

Desde o fim do Estado Novo, mas principalmente a partir de 1950 começam a se deteriorar as condições que sustentam o compromisso oligárquico-burguês e que conformam a base do padrão industrial brasileiro vigente. A expansão do setor industrial, de fato, requer cada vez mais recursos, enquanto o setor agroexportador enfrenta importantes dificuldades no mercado mundial para obtê-los. Isto vai comprometendo a complementariedade existente até então.

Por outro lado, o fim da segunda guerra mundial abre uma nova etapa do capitalismo com a divisão do mundo em dois grandes blocos: o bloco socialista, liderado pela União Soviética e o bloco capitalista, sob hegemonia estadunidense. A consolidação hegemônica dos Estados Unidos sobre o bloco capitalista prenuncia um novo momento ascendente da acumulação capitalista, como vimos, inaugurando uma nova onda longa expansiva. O imenso desenvolvimento das forças produtivas decorrente do conflito, ao se concentrar, principalmente, em mãos estadunidense, elevam-no a um novo patamar de produtividade no bloco capitalista e permitirá o processo de *integração monopólico* que seguirá por todos os países capitalistas (BAMBIRRA, 2012, p. 123).

A busca dos capitais centrais por espaços de valorização encontra, no Brasil, uma economia pré-estruturada pelas duas ondas industriais vistas acima, um setor industrial a procura de recursos para sua expansão e uma força de trabalho pronta para ser superexplorada. O único empecilho está no protecionismo vigente que acaba encarecendo os produtos estrangeiros.

A saída encontrada cria uma nova etapa da industrialização brasileira. Nesta modalidade, o capital estrangeiro virá se instalar em território brasileiro, integrando-se, portanto ao sistema produtivo nacional. Assim, ao invés de vender o maquinário obsoleto das economias centrais, o capital estrangeiro se incorpora à economia dependente industrial através da abertura de filiais, da aquisição de empresas brasileiras, de fusões com o capital nacional, da celebração de convênios intergovernamentais, entre tantas outras modalidades que permitem um investimento estrangeiro direto. Este movimento do capital estrangeiro distingue-se dos anteriores, pois, primeiro, vai ter nas indústrias periféricas seu espaço de valorização privilegiado. Isto acontece, centralmente, pelo avanço da indústria de bens de capitais nos países centrais que encontrou naquela necessidade de aumento da produtividade da indústria

dependente uma importante demanda para a expansão de sua produção. Mas, também, pela aceleração do ritmo do progresso técnico, nos países centrais, que impôs prazos muito mais curtos à renovação do maquinário industrial e impeliu a exportação, para a indústria periférica, deste maquinário, ainda não amortizado, mas já obsoleto. Marini desvela o significado deste novo processo da acumulação mundial:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observa-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo mais longe, pode-se distinguir na economia internacional, escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. (...) O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos. (MARINI, 2005a, p. 174-175)

É assim que coincidem o anseio por tecnologia capaz de aumentar a produtividade do trabalho nos países dependentes com uma nova divisão internacional do trabalho que supria a necessidade das economias centrais de exportar tal tecnologia. Isto se traduz em importantes fluxos de capitais provenientes dos centros imperialistas para as economias periféricas. Nas palavras de Vânia Bambirra:

Progressivamente, o capital estrangeiro penetra no setor manufatureiro, abrindo e dominando os novos setores produtivos, além de, em muitos casos, expulsar os empresários nacionais do controle dos setores produtivos tradicionais em funcionamento, deixando a tais empresários a alternativa da falência, dada a impossibilidade de concorrer com o capital estrangeiro, ou da integração, neste caso como sócio menor (BAMBIRRA, 2012, p. 133).

Estamos, assim, diante do processo de integração e de submissão da burguesia industrial às classes dominantes imperialistas. Este será um fator decisivo para o abandono das ambições nacionalistas e reformistas burguesas. Aliás, é preciso sublinhar que no período anterior ainda é possível conceber um caráter nacional da burguesia – dentro dos estreitos limites colocados pelo desenvolvimento capitalista dependente e sua intrínseca vinculação com o sistema capitalista mundial. Com efeito, a conjuntura internacional favoreceu uma concentração do controle imperialista no setor agroexportador, enquanto a sua modernização, como vimos, permitiu o surgimento de um setor industrial explorado por um empresariado brasileiro. Seu fortalecimento e seu ascenso político se dão, afirmando um projeto próprio para o país que,

apesar de coexistir e incluir no poder a dominação imperialista, tinha como horizonte o desenvolvimento nacional. Tal horizonte é liquidado na etapa atual em que a grande empresa multinacional detém uma hegemonia crescentemente esmagadora. Nestes termos é que podemos caracterizar o processo de integração monopólico do sistema produtivo brasileiro como um processo no qual “juntamente com a desnacionalização dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia” (BAMBIRRA, 2012, p. 98).

Esta tendência advém, no fundo, do próprio caráter fundamentalmente mundial do capitalismo. Com efeito, a ideia de uma economia dependente se desenvolvendo nacional e autonomamente sem romper com o sistema capitalista mundial se demonstrou, afinal, uma ilusão. A nova etapa de integração monopólica, iniciada em 1945, intensifica a tendência à mundialização própria do capitalismo e a penetração do capital estrangeiro é consequência da dependência que a industrialização brasileira apresenta em relação aos subsídios industriais das economias imperialistas – maquinário, equipamentos e matérias-primas industriais. Uma vez terminado o conflito e liberado o capital estrangeiro, este se volta para a exportação destes itens, não mais como mercadoria no mercado mundial, mas enquanto capital diretamente investido na indústria dependente. O domínio vai se desenhando dado o monopólio central das fases tecnológicas industriais mais avançadas, o que permite a imposição de suas condições à economia dependente. Neste sentido, explicita-se o “entrelaçamento e complementariedade entre os setores industriais dos países desenvolvidos e dos países dependentes, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista de ambos” (BAMBIRRA, 2012, p. 139).

A utilização monopólica de tecnologia mais avançada, por sua vez, dá vantagens substantivas à empresa multinacional, garantindo-lhe a extração de taxas de mais-valor superiores à empresa nacional. A tendência é, portanto, uma exacerbação da concentração, centralização e monopólio do capital na economia dependente. Neste contexto, a saída das pequenas e médias empresas que atuam nas condições produtivas médias – não dispendo das facilidades do grande capital estrangeiro – recai sobre o trabalho e sua superexploração. Longe, no entanto, de desfavorecer o capital estrangeiro, este processo superexploratório, incorporado pelas multinacionais, engendra uma generalização e agudização da superexploração do trabalho nas economias dependentes. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas poupa mão-de-obra assalariada, restringindo, portanto, o mercado interno brasileiro num momento em que sua expansão é absolutamente crucial para a burguesia industrial. Tal tendência – de agudização da superexploração – também orienta os produtos industrializados duráveis para esferas mais altas de consumo.

A empresa multinacional contribui, assim, para o acréscimo da exploração sobre o trabalhador – forma prioritária que o capitalista assegura o aumento da extração de mais-valor na sociedade dependente. Deriva disto que o aumento da oferta de mercadorias industriais se dá através de uma exploração redobrada. É assim que “a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (MARINI, 2005a, p. 171) e, longe, portanto, de superar as mazelas estruturais da dependência, atualiza a premência de uma saída revolucionária para esta condição (OSORIO, 2009). Diante da estreiteza do mercado interno e da dificuldade de expandi-lo diante da forte concentração de renda, estruturalmente impostas pela superexploração, a indústria brasileira encontra graves problemas de realização para os bens que produz. Isto, nos inícios da década 1960, toma contornos dramáticos para este padrão de reprodução industrial e vem daí a pressão crescente por parte da burguesia industrial pela abertura de novos mercados e pela expansão do mercado interno. As Reformas de Base apontam, neste sentido, para uma necessidade burguesa daquele momento.

Além disto, coincide com este momento a diminuição do investimento estrangeiro direto na economia brasileira. No entanto, o que é mais grave é a própria dinâmica deste investimento que, na realidade, aumenta as transferências de valor para as economias imperialistas. Com efeito, os lucros obtidos pelo capital estrangeiro são pouco reinvestidos na economia brasileira e são, prioritariamente, reenviados para as economias centrais. Vânia Bambirra demonstra, a seguir, a orientação e a intensidade dos fluxos de capital para fora do país e o conseqüente aprofundamento da dependência em relação ao capital estrangeiro:

Esses mecanismos acumulativos, em espiral, derivam da forma como as empresas imperialistas funcionam: dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa, que aumenta indiretamente através dos pagamentos de royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia. Esta descapitalização se reflete nos déficits dos balanços de pagamento. Para suprir esses déficits são requeridas “ajudas” externas, por meio de empréstimos. Os empréstimos aumentam os serviços da dívida externa e esta aumenta ainda mais os déficits, aumentando progressivamente a necessidade de mais capital estrangeiro. Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros.

O capital estrangeiro se torna assim uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizador e capitalizador. É como o dependente químico: as drogas o matam, mas necessita delas para seguir vivendo (BAMBIRRA, 2012, p. 143).

Por outro lado, como vimos, o setor agroexportador já não consegue oferecer os recursos necessários à expansão industrial e aquela complementaridade entre indústria e agroexportação

vai se rompendo. A insuficiência de divisas diante da crise do setor agroexportador e da remuneração do capital estrangeiro começa a ameaçar o conjunto do sistema industrial enquanto, noutra direção, as transformações societárias gestam uma ascensão reivindicativa das classes trabalhadoras. Com efeito, a organização e politização dos trabalhadores, já vinha dando sinais de vitalidade. No entanto, é ao longo da crise dos anos 1960 que estes setores se radicalizam e vão se consolidar como um sujeito relevante nos rumos da sociedade brasileira. Se levarmos em conta que data deste momento a consolidação das Ligas Camponesas, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, a radicalização do movimento estudantil, a existência de uma ala militar progressista e a presença de governadores como Miguel Arraes e Leonel Brizola, entende-se que as classes dominantes tinham agora que enfrentar também a resistência das classes populares. Nas palavras de Ruy Mauro Marini:

O desenvolvimento econômico que o país viveu desde a segunda década do século XX havia conduzido a uma crise que pôde ser contornada, em 1954, graças ao insuficiente grau de acirramento das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 1960, porém, tais contradições assumiam um caráter muito mais grave, não somente a partir do ponto de vista das relações externas, como alegam muitos, mas também desde as oposições que tinham se desenvolvido no próprio interior da sociedade. À ruptura vertical, que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras do campo e da cidade (MARINI, 2012, p. 90).

Neste quadro de intensas disputas, uma radicalização também se faz sentir no seio da esquerda com o surgimento de diversas organizações políticas cujo horizonte estratégico questiona o horizonte reformista vigente no governo e no principal partido de esquerda do momento, o PCB. A criação da Polop – Organização Revolucionária Marxista; o racha no PCB que deu lugar ao surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o surgimento da Ação Popular, assim como a reunião dos organismos de massas – CGT, Comando Geral dos Sargentos, União Nacional dos Estudantes, etc. – na Frente de Mobilização Popular denota a uma força cada vez maior da classe trabalhadora, mas também de sua posição crítica ao reformismo.

As classes dominantes, também, forjaram suas organizações neste cenário. Os latifundiários opondo-se à reforma agrária se reuniam na Sociedade Rural Brasileira, que rapidamente passou a formar milícias armadas. Na cidade, a tendência foi a mesma e governadores como Carlos Lacerda (RJ) e Ademar de Barros (SP) também financiaram milícias como as Milícias Anticomunistas ou a Patrulha Auxiliar Brasileira. Os industriais, de sua parte,

formaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) destinado a reunir fundos para a oposição ao governo Goulart, enquanto o imperialismo estadunidense atuava intensamente com vultosas verbas da Aliança para o Progresso para a organização de uma oposição entre governadores, militares e empresários. Neste contexto, o apoio burguês foi se retirando do governo de João Goulart, ao que se somava a direitização das classes médias em meio à crise vigente e à atuação anticomunista decidida da Igreja católica. Neste bojo, a direita volta a mobilizar massas em demonstrações públicas como as Marchas da família, com Deus, pela Liberdade.

A opção progressista de João Goulart nesta conjuntura com a bandeira das Reformas de Base, assumida pelo governo e pelo movimento sindical e popular, se defronta, assim, com o abandono do apoio militar e burguês. A aposta de uma transição pacífica, sustentada, inclusive, pelos militares, não havia preparado os trabalhadores e suas organizações para o que estava por vir. Com efeito, quando em abril de 1964, o presidente João Goulart se exila no Uruguai diante do golpe militar em curso, a Constituição vigente é suspensa sem a resistência das massas e a insurreição popular necessária para a reversão do cenário em curso. Este processo forjaria a ditadura militar que perduraria no Brasil pelos próximos 21 anos.

2.4.3 A ditadura militar: subimperialismo e milagre econômico

O golpe de 1964 colocou as Forças Armadas numa posição inédita. Pela primeira vez, assumiram diretamente – como instituição – a gestão do Estado. Em geral, sua intervenção na vida política brasileira é comum historicamente, mas se limitava à condição de juiz entre diferentes correntes civis. Esta novidade, que se tornou paradigma para situações similares na América Latina, tem raízes na gravidade da crise vigente no período, mas também em mudanças bastante específicas que a concepção estratégica militar brasileira sofreu com a vinculação das Forças Armadas à estratégia do Pentágono ao longo do período anterior (1945-1964). Tais modificações estão ligadas à uma reorientação estratégica estadunidense no contexto da Guerra Fria. Nas palavras de Ruy Mauro Marini:

La primera vertiente de la contrarrevolución latinoamericana es el cambio de estrategia global norteamericana, que interviene a fines de los años cincuenta y principios de los sesenta, y que es implementada decididamente por el gobierno de

Kennedy. Su principal motivación es el hecho que de que Estados Unidos, en tanto que cabeza indiscutible del campo capitalista, se ve enfrentado a una serie de procesos revolucionarios en distintas partes del mundo como Argelia, Congo, Cuba, Vietnam, que arrojan resultados diferentes pero que hacen temblar la estructura mundial de la dominación imperialista. Esto se acompaña de la modificación de la balanza de poder entre Estados Unidos y la Unión Soviética, que implica un mayor equilibrio entre ambos. Todo ello conduce al cambio de planteamiento estratégico norteamericano, que pasa de la contemplación de una respuesta masiva y global, en un enfrentamiento directo con URSS, a la de una respuesta flexible, capaz de enfrentar al reto revolucionario dondequiera que éste se presentara (MARINI, 1978).

A resposta flexível mencionada se traduz por uma reorganização da resposta militar e pela reformulação de sua doutrina orientadora. Neste bojo, surgem as doutrinas de contrainsurgência e de segurança nacional que vão reposicionar as Forças Armadas brasileiras perante a luta de classes em curso. Para tanto, se consolida uma estratégia que tem na necessidade de aniquilar o inimigo interno – este, inclusive, identificado ao comunismo – a sustentação política e ideológica para a justificação de uma intervenção contrarrevolucionária militar mais ampla e direta diante dos acontecimentos daquele período.

O caráter da ditadura brasileira, no entanto, deve ser compreendido como a extensão do processo de consolidação da grande burguesia monopólica no bloco no poder. Nas palavras de Sonia de Mendonça e Virginia Fontes, “O golpe de 1964, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955” (1988, p. 21). Ao contrário da ditadura chilena, por exemplo, cujo papel foi a reversão do padrão industrial em curso; no Brasil, a ditadura veio resolver em favor de certas frações das classes dominantes a reprodução do padrão vigente.

Com efeito, a integração monopólica da burguesia brasileira ao imperialismo – em especial, o imperialismo estadunidense – nesta etapa precisou de um Estado

[...] que se preocupa fundamentalmente de los intereses de las fracciones monopólicas, nacionales y extranjeras, y establece, pues mecanismos selectivos para favorecer su acumulación; las demás fracciones burguesas deben subordinarse a la burguesia monopólica, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopólico (MARINI, 1978, s/p).

A ditadura tem de encarar, portanto, três tarefas fundamentais: reunir o capital necessário à reprodução capitalista; assegurar o acesso aos mercados necessários à realização capitalista; e dobrar a resistência dos trabalhadores e prevenir qualquer alternativa social.

A primeira dimensão é, no fundo, o principal obstáculo para a acumulação – “a existência de fontes de investimento em volume compatível com o porte da estrutura produtiva

implantada” (FONTES e MENDONÇA, 1988, p. 22) – e teve também três frentes de atuação para sua resolução. Por um lado, a retomada passou pela intensificação da superexploração. Uma nova legislação salarial e trabalhista, já em 1965, garantiria os termos de uma nova organização sindical – mais assistencialista e domesticada – para levar a cabo o arrocho salarial e a retirada de direitos contra a classe trabalhadora necessários ao objetivo previsto. Neste período, os trabalhadores perdem, por exemplo, a estabilidade no emprego garantida anteriormente e seu direito a greve é, de fato, suspenso. Por outro lado, se disponibilizou maiores recursos para a acumulação ao restringir os créditos para as frações não-monopólicas do capital. Neste sentido, o corte de crédito para pequenas e médias empresas viabilizou o favorecimento do financiamento do grande capital monopólico presente na economia brasileira.

Por fim, o considerável aumento do gasto público através de endividamento estatal proporcionou importantes recursos para a acumulação, agigantando o papel do Estado para a reprodução capitalista neste período. O protagonismo econômico do Estado nacional se expressa por sua atuação ativa como comprador, inclusive e principalmente, de bens estrangeiros, seus investimentos nas áreas de infraestrutura e no fortalecimento de grandes *trustes* nacionais competitivos no mercado internacional, assim como, fomentador das exportações através de subvenções para os produtos estratégicos. Para Marini,

La importancia del papel del Estado en el ciclo propiamente dicho (y no en terminos más generales en la creacion de condiciones para la valorizacion, donde esse papel es aún más amplio) es considerable, dada la capacidad que tiene de transferir hacia si parte de la plusvalia generada por el capital privado, la de producir él mismo plusvalia y, finalmente la de captar parte del capital variable em los salarios pagados a la fuerza de trabajo. Esto explica, em cierto modo, el peso que tiene la inversion pública en la economia dependiente. En el caso de Brasil, por ejemplo, el Estado participa em la formacion de capital fijo, es decir, instalaciones y maquinarias, con un 60% del total anual, quedando solo un 40% para el capital privado (MARINI, 1979, p. 4).

A realização das mercadorias produzidas na economia brasileira, de sua parte, teve de ser encarada e novos mercados tiveram de ser abertos ao Brasil para a reprodução capitalista. Com efeito, a agudização da superexploração dificultou o fortalecimento do mercado interno e a economia dependente recorre à exportação de seus produtos industriais e se volta, prioritariamente, com isso, a partir de meados da década de 1960, a produzir para mercados alheios às necessidades nacionais.

Este novo arranjo exportador do padrão industrial brasileiro foi denominado por Ruy Mauro Marini de subimperialismo. Em suas palavras,

[...] la élite militar que encabeza el golpe no sólo interviene en la lucha de clases, sino que presenta todo un esquema económico-político, el cual consagraba definitivamente la fusión de intereses entre ella y el gran capital. Ese esquema fue el subimperialismo, la forma que asume el capitalismo dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y del capital financiero (MARINI, 1971, p. 1, grifo do autor).

A nova divisão regional do trabalho que esta etapa expressa, por um lado, a possibilidade engendrada pela criação de polos industriais periféricos capazes de assumir antigas tarefas da indústria central, mas, por outro, a impossibilidade de seus mercados internos, restringidos pela generalização da superexploração do trabalho, de absorver a nova produção de bens suntuários em expansão. Este panorama, no Brasil, pressionou para uma política regional político-econômico expansionista⁵⁹, ainda que o mercado interno brasileiro tenha crescido neste período⁶⁰.

Neste cenário, como vimos, o capital estrangeiro desempenha um papel central e empenha-se, como sócio majoritário desta iniciativa, em garantir as condições da expansão comercial. Esta associação tem como base as possibilidades extremamente lucrativas que o país oferece na exploração estrangeira de mão-de-obra nacional superexplorada, assim como, na abertura irrestrita ao capital estrangeiro – o que lhe destina parte importante da remuneração do sucesso da expansão comercial. Esta aliança irrestrita, desde o Brasil, cobra altos custos em termos de monopolização estrangeira da economia nacional, principalmente, nos setores industriais e na exploração de matérias-primas. Por outro lado, na ótica imperialista, a associação progride dentro de óbvios limites e o desenvolvimento de setores avançados, estratégicos aos interesses centrais, passa, quando tenta acontecer, por agudas tensões imperialistas.

A presença do capital estrangeiro, desde esta nova divisão internacional do trabalho, implica graves agudizações da dependência. Num primeiro momento, se mantém a dinâmica que transfere valor para as economias imperialistas. Portanto, este capital que dinamiza a economia nacional pelo seu imenso afluxo, não se movimenta, unicamente, para dentro desta

59“O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho (...) um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital (...) dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros” (MARINI, 1992 *apud* LUCE, 2011, p. 1).

60 Joga um papel importante para tanto a crescente capacidade subimperialista de transferir e reter valor extraído nos países vizinhos com base na superexploração. Nacionalmente, isto permite um maior poder aquisitivo das classes burguesas ligadas ao subimperialismo, mas também, a incorporação de setores médios para quem parcelas deste valor, também se destinam.

economia, mas, pelo contrário, é, sistematicamente, redirecionado para os centros imperialistas, após sua valorização na economia dependente, o que implica em importante sangria dos recursos disponíveis. Considerado deste ponto de vista, o investimento estrangeiro tão central para a reprodução da economia brasileira, só corresponde a uma reposição parcial desta transferência de valor que opera nas economias dependentes. Este cenário é, ainda, agravado pelo fato de a economia dependente não assegurar os bens de capital necessários para sua produção, reprodução e expansão. Este capital é, como vimos, estrangeiro, e implica novas transferências para a remuneração deste maquinário, mas, também, uma profunda dependência tecnológica. Chegamos, portanto, à seguinte situação:

[...] así como dicho ciclo depende del flujo circulatorio externo de capital dinero, depende tambien (...) de medios de produccion proporcionados por el exterior. (...) por tanto, el ciclo de capital de esa economia se encuentra doblemente articulado y es doblemente dependiente respecto al exterior. Esa circulacion se encuentra parcialmente centrada en el exterior, tanto en lo que se refiere al capital dinero, como en lo que respecta al capital mercancias. (MARINI, 1979, p. 6)

É assim que o subimperialismo não rompe com os traços fundamentais da formação socioeconômica dependente. Pelo contrário, permite sua expansão comercial de bens inacessíveis às massas populares, justamente, sobre uma superexploração agudizada. Embasa, na realidade, toda a transferência de valor aos centros imperialistas – que, aliás, limita, ainda mais, a capacidade de realização da economia dependente – nesta compressão do nível de vida dos trabalhadores, agudizando as contradições presentes no arranjo anterior. Para tanto, não tem outra saída a não ser impor às classes trabalhadoras estes patamares de superexploração e dismantelar qualquer possibilidade de reação por parte do trabalho. No Brasil, esta necessidade das classes dominantes só pôde ser cumprida sob um arranjo político duramente repressivo, relegando à história do país 21 anos de ditadura civil-militar.

A ditadura civil-militar brasileira, em seu sentido histórico, teve, portanto, seu papel definido pela consolidação de uma nova etapa subimperialista da economia dependente diante da nova divisão internacional do trabalho dos monopólios financeirizados. Um arranjo assentado na subordinação imperialista, na transferência de valor para as economias centrais, na produção industrial e na superexploração, que, para viabilizar seu ciclo reprodutivo, apoia-se na monopolização econômica, no endividamento nacional, na expansão comercial externa e no protagonismo estatal, por um lado, e no aniquilamento físico dos projetos alternativos em curso ou em gestação e na fascistização do Estado, por outro. Eis, fundamentalmente, as bases subimperialistas sobre as quais repousa o *milagre econômico* até meados da década de 1970.

A segunda metade da mesma década dá lugar ao esgotamento do arranjo vigente e ao ascenso das lutas da classe trabalhadora. A recessão que segue prenuncia as importantes transformações que tomarão forma ao longo da década seguinte e abre espaço para a busca de saídas alternativas à ditadura. Neste contexto, a oposição consentida ao regime vai impondo vitórias importantes dentro da estreita institucionalidade autoritária, enquanto vão surgindo novos atores políticos e sociais no cenário da luta de classes. Com efeito, o novo sindicalismo, o Movimento Sem-Terra, o Movimento Negro Unificado datam deste período e pressionam para um novo regime político no Brasil. Destas movimentações surge a grande Campanha pelas Diretas Já e a fundação de novos partidos políticos.

No polo oposto, no entanto, as classes dominantes também buscam por uma saída, no caso, liberal-conservadora. Os próprios militares começam a planejar uma *descompressão controlada* e sua *abertura lenta, gradual e segura*. Assim, ao passo que a mobilização popular vai arrancando as concessões da ditadura e interrompendo a contrarrevolução (FERNANDES, 1985), como denota a revogação do AI-5 já em 1978 e a Lei da Anistia em 1979, as classes dominantes conseguem frear e dosar o processo de abertura para que não desague numa ruptura radical com a ordem vigente. Com efeito, a Constituinte só é instaurada em 1987 e as próprias eleições diretas para a presidência da república só acontecerão em 1989. Estes acontecimentos, no entanto, de certa maneira, já se encontram localizados em outro momento histórico. Um momento de profunda reconfiguração societária cujas características veremos no próximo capítulo.

3 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO ATUAL E O BRASIL DO SÉCULO XXI

3.1 Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórico-metodológica

A proposta teórica do padrão de reprodução do capital pode servir de mediação entre níveis mais abstratos de análise e níveis mais concretos. Nesta perspectiva, nos alimentamos das contribuições para a caracterização geral feita para inserir neste contexto as “formas cómo el capital se reproduce en períodos históricos específicos y en espacios económico-geográficos y sociales determinados” (OSORIO, 2004, p. 36). Chega-se, assim, segundo Jaime Osorio, por meio desta proposta teórico-metodológica, às perguntas clássicas da economia política: “qué se produce, cómo se produce, para quiénes se produce” (OSORIO, 2014b, p. 19).

Para Marini, a noção de padrão de reprodução do capital alude, precisamente, à relação entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição de bens. Neste sentido, a reprodução de um padrão do capital, para o autor, está ligada às exigências concretas que aquelas estruturas enfrentam para assegurar a realização de valor e mais-valor em escala crescente (MARINI, 1982, p. 11). As decisões do âmbito da política econômica, de sua parte, cumprem um papel importante para o favorecimento ou bloqueio de determinados padrões, mas não devem ser confundidas com o padrão em si.

Portanto, é possível falar em padrões de reprodução do capital quando identificamos, na trajetória concreta da acumulação capitalista, a conformação de formas particulares de valorização do capital, em determinado período e espaço. Isto é possível, pois o desenvolvimento capitalista prioriza ramos e setores produtivos específicos no curso da acumulação. Estes, por sua vez, se diferenciam para dar conta da produção e circulação de valores-de-uso determinados. Isto está relacionado às vantagens que estes ramos e setores oferecem em relação a outros e, em uma economia dependente, às necessidades provenientes das economias imperialistas. Neste movimento, ao se envolverem muitos capitais ou os capitais mais importantes, dinâmicos e poderosos, certos ramos e setores produtivos vão se transformando nos pilares ou eixos da acumulação e da reprodução do capital de uma determinada economia. O capital configura, portanto, hierarquias ou prioridades decisivas para sua valorização em determinados espaços e momentos e da identificação destes eixos decisivos depende a caracterização de um padrão de reprodução do capital prevalecente.

Ao encarar a reprodução do capital nestes termos, explicitam-se os valores-de-uso nos quais se encarna a valorização capitalista e, com isso, abre-se a problematização acerca das particularidades geradas pela imposição da lógica de certo eixo de acumulação sobre o conjunto da reprodução de uma economia. De fato, a proposta teórica do padrão de reprodução do capital carrega, fundamentalmente, esta possibilidade de reintegração das dimensões do valor e do valor-de-uso. Como diria Jaime Osorio, esta é uma proposta central, “porque los procesos que derivan de la producción de valores de uso específicos en la valorización del capital son diferenciados. No es lo mismo acumular capital produciendo cañones, que produciendo salchichas” (2014b, p. 19). E mais: “[l]as derivaciones económicas, políticas y sociales de esta diferencia son de enorme significación” (2014b, p. 22).

Daí a proposta desta tese de localizar estes eixos produtores de determinadas mercadorias que constituem os valores-de-uso prioritários para os capitais que atuam no Brasil e que definem, portanto, uma forma particular de reprodução dos capitais envolvidos. De fato, esta delimitação é decisiva na medida em que determinado valor-de-uso recorre a esquemas próprios de organização da reprodução do capital que acabam por induzir características fundamentais às sociedades em que o mesmo está sendo produzido. Uma economia que privilegia a produção de bananas demanda certo volume de investimento, tipo de mão-de-obra, equipamentos, maquinário e determinado espaço de realização completamente distintos de uma economia que, estrategicamente, centra sua produção em sistemas de informação e comunicação, por exemplo. As mercadorias decisivas de uma economia são capazes, portanto, dentro dos limites do sistema mundial e da formação socioeconômica existente, de imprimir uma dinâmica e estrutura própria às sociedades em que são produzidas através das necessidades de sua reprodução.

Estes limites do sistema mundial e da formação socioeconômica subsequente impuseram na América Latina uma preponderância de padrões de reprodução exportadores. Isto está ligado, como vimos em parte anterior, (1) à forma particular de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho que oferece vantagens às classes dominantes para a exportação de mercadorias necessárias às economias centrais; (2) à superexploração da força de trabalho que determina certo estreitamento do mercado consumidor interno; e, com isso, (3) à necessidade de buscar a realização da produção em mercados externos. Veremos que tal característica se reafirma no período estudado. Para Jaime Osorio:

Desde aqui podemos comprender el enorme peso que los patrones exportadores han jugado en la historia económica de América Latina o la significación que las

exportaciones han jugado incluso en la etapa del patrón industrial. Ello habla de una tendencia profunda del capital dependiente a generar estructuras productivas que apuntan a dar las espaldas a las necesidades del grueso de la población trabajadora. Esta tendencia no es ajena – sino consustancial – a la tendencia a la superexplotación, y ambas constituyen dos de las principales características de la reproducción del capital en las economías dependientes, en momentos aminoradas, pero nunca superadas las dinámicas que las desatan (OSORIO, 2014b, p. 28-29).

A orientação da produção para mercados estrangeiros é uma tendência própria do capitalismo. Isto se coloca pela vocação expansiva do capital imposta pela necessidade de ampliação do volume de mercadorias frente ao aumento tendencial da composição orgânica do capital e da queda tendencial da taxa de lucro. É a única saída para seguir aumentando a obtenção de lucros⁶¹. No entanto, esta tendência ao se desenvolver em sociedades dependentes cujas economias nunca foram estruturas organicamente equilibradas, mas que, pelo contrário, sofrem, como vimos acima, de desequilíbrios estruturais dramáticos, não encontram mercados suficientes para sua realização interna e se orientam, portanto, para o exterior.

Dito isto, a partir da proposta teórica dos padrões de reprodução do capital, é preciso, por outro lado, examinar o capital como esta relação social que, para além de produzir valor excedente a partir da produção de mercadorias, gera as condições necessárias para a reprodução cotidiana de sua relação básica – capital x trabalho –, mas também as modalidades particulares de sua reprodução em determinado momento e espaço específicos, isto é, valores-de-uso nos quais se encarna o valor, tipo de meios de produção requeridos, formas de exploração vigente, organização da produção, etc. Neste sentido, é possível falar em reprodução do capital quando o mesmo é capaz de viabilizar, enquanto nada lhe impeça de prosseguir, continuamente, seu ciclo de produção e circulação (D – M ... P ... M' – D'). Ou, nas palavras de Jaime Osorio, temos um padrão de reprodução do capital “cuando en espacios geoeconómicos y en periodos históricos determinados, el capital ha trazado (descubierto) un camino específico para reproducirse y valorizarse, el cual tiende a repetirse en sus procesos fundamentales” (OSORIO, 2014b, p. 21).

Para apreender o padrão atual de reprodução do capital, com isso, é preciso, em um segundo momento, seguir as pistas dos ciclos de reprodução e circulação dos capitais envolvidos com estas mercadorias decisivas da economia dependente. Há, portanto, que encarar, detidamente, as fases deste ciclo: a circulação, a produção e, novamente, a circulação.

61 Nas palavras de Marini, “Se desprende de allí que cuanto más se eleva la inversión total y la composición orgánica del capital, tanto más debe ampliarse el mercado; la extensión de la realización es, pues, función y condición del incremento de la acumulación” (MARINI, 1982, p. 11).

Assim, teremos analisado as três fases do movimento do capital em busca de sua valorização e reprodução. Segundo Marx:

O processo cíclico do capital apresenta-se em três estágios, que segundo a exposição do primeiro volume [de *O Capital*], constituem as seguintes séries:

Primeiro estágio: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M.

Segundo estágio: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção.

Terceiro estágio: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M-D.

A fórmula para o ciclo do capital monetário é, portanto:

D-M...P...M'-D', sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor (grifos do autor, MARX, 2014, p. 107).

Ruy Mauro Marini nos deixou pistas importantes neste âmbito em seu texto *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979). Para o mesmo, na primeira fase de circulação, o desafio está em determinar a origem do capital dinheiro. Quais fontes compõem na economia para iniciar o ciclo? Mas, também, quais são as particularidades que o peso destas fontes imprime sobre o ciclo? Marini (1979) indica três fontes principais do capital dinheiro presente na economia dependente latino-americana: o capital privado interno, o investimento estatal e o capital estrangeiro. Ainda com o mesmo autor, por definição, entendemos capital privado interno como aquela parte do mais-valor gerada no interior da economia que, deduzidos os gastos improdutivo do capital, se apresenta no início do ciclo. É importante notar que, com isso, consideramos que “la plusvalía generada en la economía nacional e invertida en ella es inversión nacional, independentemente de la nacionalidade de los que detentan títulos de propiedad sobre ella” (MARINI, 1979). O investimento estatal, por sua vez, pode provir daquela parte do mais-valor – e de trabalho necessário, é preciso salientar (BEHRING, 2021) – transferido ao Estado através de impostos ou fruto do processo direto de exploração que o Estado estabelece com suas empresas públicas. É preciso, no entanto, ter clareza que nem todo gasto estatal é produtivo e há que localizar a parte do investimento destinado à acumulação de capital, mesmo que de maneira ampla, ou seja, considerando investimentos produtivos diretos e investimentos improdutivo que, indiretamente, beneficiam o capital em sua acumulação.

Por fim, o capital estrangeiro pode se apresentar como investimento direto na economia dependente, de maneira exclusiva ou compartilhada com capitais nacionais, ou como investimento indireto através de empréstimos e financiamentos. Se, no primeiro caso, a

remuneração do capital estrangeiro se dá pela apropriação direta do mais-valor gerado no processo no qual está envolvido, no segundo a remuneração se dá, além das cotas de amortização, sob a forma de juros deduzidos do mais-valor gerado – graças a sua contribuição, mas sem que precise assumir os riscos da participação direta no âmbito da produção. É importante ainda notar que o capital estrangeiro, como vimos, gera consideráveis transferências de valor para fora da economia dependente e, no fundo, representa somente a restituição parcial do capital drenado para o exterior.

Avançando nesta fase de circulação do ciclo, deparamo-nos com o momento em que o capital sob forma dinheiro toma a forma de mercadorias necessárias à produção, efetivando a compra de meios de produção e força de trabalho. Aqui é necessário estudar a origem, por um lado, dos trabalhadores empregados no ramo em foco e, por outro, das matérias-primas, terras, instalações, maquinário e equipamentos utilizados neste processo produtivo específico.

Na fase seguinte, estamos diante da produção, propriamente dita, e já não importa a origem do capital envolvido – apesar desta fase estar condicionada pela primeira, obviamente –, o que importa é a forma como os elementos materiais da produção são postos em movimento pela força de trabalho para produzir mais-valor e valores-de-uso específicos. Há neste momento que identificar as condições de produção das diferentes frações do capital nos ramos estudados, já que a situação do grande capital – normalmente, estrangeiro – influi, decisivamente, sobre o funcionamento da média e pequena empresa – em geral, nacional, aliás. Isto, por sua vez, rebate sobre o custo médio de produção, define o grau e a generalização da superexploração da força de trabalho, as possibilidades de lucros extraordinários, assim como, os contextos de monopolização e centralização do capital e a extensão e morfologia dos exércitos industriais de reserva nas economias dependentes. Por fim, há que verificar a correspondência entre estrutura produtiva e capacidade real de consumo das massas trabalhadoras, o que nos leva à última fase do ciclo do capital.

Neste novo momento de circulação, é preciso distinguir três categorias de mercadorias que chegam ao mercado para realizarem seu valor. A primeira diz respeito aos bens de consumo necessários ou bens-salários e são bens que constituem o consumo básico – histórica e geograficamente, determinado – das classes trabalhadoras: definem, portanto, o valor da força de trabalho. A segunda se refere aos bens suntuários cujo consumo não é um item ordinário do consumo básico do trabalhador e se dá, com isso, em geral, pelos setores mais abastados da sociedade. Por fim, a terceira categoria indica os bens de capital, ou seja, as matérias-primas, os bens intermediários e as máquinas que servem a produção. Aqui a análise se orientará para

a estipulação do peso de cada categoria, assim como, do destino das mesmas – se mercado interno ou estrangeiro, por exemplo – para caracterizar novos elementos e impactos da orientação da configuração do espaço de realização da estrutura produtiva das economias dependentes.

3.2 As transformações contemporâneas no Brasil: neoliberalismo e novo padrão de reprodução do capital

As décadas de 1980 e 1990, no Brasil, foram de grandes transformações. Estas se inserem no plano do reordenamento burguês mundial em curso diante da crise da década de 1970 que vimos no primeiro capítulo. No entanto, estas transformações respondem, dentro destas coordenadas, às exigências que a recomposição da hegemonia burguesa coloca no país. Como explica Elaine Behring,

A dominação burguesa foi arranhada no processo de redemocratização, como explicitou o pleito eleitoral de 1989, no qual uma candidatura expressando aqueles processos de organização dos trabalhadores e das camadas médias chegou perto de ganhar as eleições para a Presidência da República (BEHRING, 2008, p. 113).

A recomposição burguesa, diante do novo quadro do capitalismo mundial, guarda sua natureza específica, portanto, como um processo de obstrução das potenciais conquistas que o ascenso das lutas sindicais e populares vinham apontando. Com efeito, a dimensão da reorganização social, sindical e política da classe trabalhadora, na década de 1980, pode ser vislumbrada pela relevância de acontecimentos como a criação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, por exemplo. Sua intervenção organizada influencia, decisivamente, no próprio conteúdo contraditório da Constituição, recém aprovada em 1988, e nas importantes potencialidades que carregava para a conformação de avanços significativos no campo da democratização da vida social e dos direitos sociais. Este processo teve de ser, sistematicamente, obstaculizados no período posterior e, para tanto, dependeu de um realinhamento político das classes dominantes em torno de um horizonte *contrarreformista*. Nas palavras de Elaine Behring,

Do ponto de vista da reforma anunciada na Constituição de 1988 no Brasil, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito “welfariano” – em especial no capítulo da Ordem Social –, pode-se falar também de uma contra-reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de uma *reforma* democrática no país, que muito possivelmente poderia ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando inacabadas tarefas democrático-burguesas em combinação com outras de natureza socialista – ou seja, empreender reformas democráticas, num país como o Brasil, significa a ultrapassagem do Estado de direito burguês, já que elas tendem a ultrapassar a si mesmas, considerando-se a cultura visceralmente antidemocrática da burguesia brasileira (BEHRING, 2008, p. 129).

Este alinhamento político, no entanto, encontrou resistências importantes no seio do bloco dominante, já que a reorganização do sistema capitalista mundial também conferiu às transformações em curso um caráter destrutivo. A nova divisão internacional do trabalho que surge neste período exigiu a desarticulação do padrão industrial vigente no Brasil para que o mesmo assumisse tarefas distintas dali em diante. O desmonte desta estrutura produtiva dá dimensões da envergadura das transformações em curso e é um elemento explicativo da adesão tardia do Brasil ao neoliberalismo e das resistências burguesas envolvidas. Com efeito, a acomodação das diferentes frações burguesas no novo arranjo societário e, principalmente, a perda de posições daquelas frações mais diretamente ligadas ao padrão industrial em detrimento das frações financeiras levaram a um período de hesitações e indefinições que durou, praticamente, até meados dos anos 1990.

A inviabilização do padrão industrial, no entanto, é um processo de ordem estrutural e já remonta ao início da década de 1980, quando o aumento radical e unilateral da taxa de juros estadunidense – como vimos no capítulo 1, a *Effective Fed Funds Rate* – encontra uma situação desfavorável às exportações latinoamericanas. Com isso, ao passo que a diminuição destas exportações, somada a queda nos preços destas matérias-primas no mercado mundial escasseou as divisas disponíveis na economia brasileira; o aumento vertiginoso dos montantes a pagar em dólar diante das novas taxas de juros estadunidense também configurou uma restrição monetária sem precedentes no país. Tendo em vista a dependência que o padrão industrial tinha de tais recursos, a nova situação econômica, no fundo, vai enterrando as possibilidades de sua reprodução.

Entende-se, assim, a ligação das transformações societárias brasileiras com o reordenamento imperialista em curso e sua contribuição para o reforço da hegemonia dos Estados Unidos em tempos de crise. Com efeito, as movimentações estadunidenses para reestruturar seu sistema produtivo mundialmente e fortalecer seus fluxos financeiros agigantam seus déficits fiscais. Tais déficits, para serem contrabalanceados, dependem também da

expansão das transferências de valor das economias dependentes rumo à economia estadunidense e o aumento da taxa de juros estadunidense, neste sentido, é só mais uma expressão da ofensiva deste país para assegurar tais transferências.

As crises decorrentes das dívidas na América Latina são, portanto, a contrapartida do reordenamento capitalista em curso e guardam pouca ligação com o “peso do Estado desenvolvimentista” ou “os privilégios do funcionalismo público”, como a ideologia neoliberal viria propalar mais tarde. O processo subsequente de estatização desta dívida viabilizou a socialização da crise vigente, comprometendo o fundo público com as transferências de valor para o centro e com a remuneração das frações financeiras do capital. Isto impeliria uma profunda reorientação estatal para assegurar a produção dos enormes superávits fiscais necessários para o pagamento da dívida e o *ajuste fiscal permanente* (BEHRING, 2008) que seguiria denotaria já a unificação das classes dominantes no Brasil com o novo arranjo neoliberal requisitado pelas transformações em curso e pela ascensão política dos trabalhadores.

Tal unificação precisaria, ainda, superar as esperanças burguesas em torno de uma possível recuperação e atualização do padrão industrial brasileiro. Para tanto, tiveram papel destacado o fracasso dos planos de estabilização (1986-89) – do qual o Plano Cruzado é, por sua envergadura, o mais emblemático – e os embates no seio da Assembleia Constituinte (1986-1988) para que se constituísse a percepção de que a crise do padrão industrial tinha elementos estruturais e que a saída aos impasses colocados naquela conjuntura passava pela implementação de um projeto de cunho neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

A consolidação desta posição e sua implementação estatal começará a partir da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e terá nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) uma fase de ampliação e consolidação – os governos petistas (2003-2006, 2007-2010, 2011-2014 e 2015-2016), é preciso dizê-lo, serão também de continuidade e aperfeiçoamento em muitos aspectos neoliberais, apesar de combinarem elementos progressistas importantes em determinadas áreas. Para compreender as movimentações subsequentes, no entanto, é preciso notar que, ao lado da crise do padrão industrial brasileiro, as transformações mundiais vão, de sua parte, criando novas exigências para a economia brasileira. Estas novas requisições vão se cristalizar no estímulo imperialista para a transformação do padrão de reprodução vigente no Brasil e na emergência de um novo papel para o país na divisão internacional do trabalho. Para Jaime Osório, este processo vai gestando um novo padrão de reprodução do capital: o *padrão exportador de especialização produtiva*.

Ao assumir este novo papel, se redefinem as relações entre as frações burguesas no bloco dominante e entre as classes dominantes e a classe trabalhadora. O fundamental, neste campo, nos parece, em primeiro lugar, a consolidação da posição hegemônica da grande burguesia financeira – em especial, estrangeira, mas também nacional e subordinada. Com efeito, a valorização do capital em termos especulativos e fictícios vai oferecer, através das instituições desta fração financeira da burguesia, uma saída lucrativa a todas as outras frações burguesas. Diante das grandes transformações em curso e das dificuldades da acumulação capitalista isto funcionará, nos termos de Luiz Filgueiras (2006), como uma espécie de *solda* para o pacto de classes em construção. A modernização e a abertura do sistema financeiro brasileiro começam, justamente, neste momento e terão na dívida pública, sua plataforma prioritária, apesar de não exclusiva, e nas elevadas taxas de juros e nos superávits primários de toda década de 1990 sua contribuição decisiva.

Em segundo lugar, é preciso tratar da abertura comercial, pois aí se encontra um dos maiores influxos para a desarticulação do padrão industrial brasileiro. Com efeito, a suspensão das proteções tarifárias que encareciam os produtos importados foi devastadora para a indústria nacional e produziu um largo processo de centralização e internacionalização do capital. A desindustrialização decorrente é um dos elementos-chave do novo padrão de reprodução e responde, no fundo, àquele desmembramento mundial do processo produtivo que vimos no primeiro capítulo. Nesta nova divisão internacional do trabalho não interessa o encadeamento produtivo industrial em escala nacional – em especial, nas economias periféricas. A assunção de etapas produtivas industriais, quando interessa, corresponde a etapas inferiores não estratégicas, como ilustra bem o caso clássico das *maquillas* mexicanas.

Isto consolida a grande burguesia industrial estrangeira e nacional – subordinada à primeira, quando consegue sobreviver aos novos tempos – no atual padrão e no bloco no poder. Segundo Osorio, é destacado o papel que este grande capital joga em nossas economias:

La masiva venta de empresas públicas llevadas a cabo entre la década de los ochenta y de los noventa y la centralización favorecida por el quiebre o debilitamiento de empresas privadas locales, tanto por el retiro de apoyos estatales a la industrialización, como por la crisis de los ochentas, permitió, el fortalecimiento de grandes capitales nacionales, así como de grandes capitales extranjeros. Estos capitales privados, nacionales y extranjeros, junto a un reducido pero poderoso grupo de estatales, constituyen los principales dinamizadores del nuevo patrón exportador en marcha (OSORIO, 2012, p. 35).

Além disso, para Carlos Moreira e Emmanuel Sebag, a combinação entre financeirização e abertura comercial induz a priorização, por parte das empresas estrangeiras,

de estratégias de valorização baseadas, centralmente, em lógicas financeiras. Este movimento, ao aprofundar transações de natureza patrimonial e de valorização fictícia, transforma as estratégias de produção e as modalidades de implantação das multinacionais no país, implicando o seu desengajamento produtivo e impactando, decisivamente, sobre a *desindustrialização* vigente (MOREIRA e SEBAG, 2014, p. 92). Com efeito, os autores retomam dois fatores cruciais para a transformação brasileira em plataforma de valorização financeira na década de 1990. O primeiro diz respeito àquela consolidação da abertura financeira e comercial e das rígidas políticas monetária e fiscal, que vimos anteriormente, enquanto o outro ponto, também presente acima, se refere àquelas reformas estruturais do sistema financeiro, necessárias à construção das condições para os lucros exorbitantes desta fração do capital desde então.

Dois outros aspectos nos interessam particularmente aqui. O primeiro é que a abertura comercial, ao intensificar a concorrência e centralizar o capital em mãos estrangeiras, vem acompanhada das transformações produtivas próprias desta nova fase da acumulação capitalista. Ou seja, as medidas de flexibilização laboral, terceirização e precarização do trabalho impactam profundamente o mundo e o mercado de trabalho a partir da década de 1990. Numa formação social em que a superexploração já é a forma particular de exploração generalizada e a proteção social se vê estruturalmente restringida, estas mudanças geram consequências brutais para a classe trabalhadora e, de quebra, enfraquecem a resistência ao neoliberalismo vigente desde a década de 1980. Este é um dado essencial para compreender a ofensiva burguesa no Brasil e a consolidação de sua hegemonia em termos neoliberais ao longo da década de 1990. Com efeito, não se entende a nova correlação de forças no Brasil, após o ascenso popular da década anterior, sem levar em conta o impacto da *acumulação flexível* sobre as condições de vida, o (des)emprego e as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores. Além disso, a unificação dos setores burgueses passou também pelo objetivo comum que configurou a intensificação da superexploração e a quebra da resistência dos trabalhadores.

A outra dimensão fundamental deste processo é o ganho de centralidade da exportação de bens primários. Como vimos, esta é uma característica estrutural e, portanto, recorrente dos padrões de reprodução no continente. O interregno do padrão industrial vigente, nas décadas de 1945 a 1980, na realidade, não reverteu tal tendência e a configuração atual reaproxima, com suas devidas e importantes diferenciações, a economia brasileira daqueles padrões exportadores agro-mineiros, presentes no continente desde meados do século XIX até o início do século XX. Estaríamos, assim, imersos em “nuevas formas de organización reproductiva que reeditan, bajo

nuevas condiciones, los viejos signos de la dependencia y del subdesarrollo”. (OSORIO, 2012, p. 32). O incremento significativo do valor das exportações brasileiras, desde 1980, confirma a tendência ao passar de, aproximadamente, 20 milhões de dólares a cerca de 230 milhões, em 2008, com um salto emblemático entre 2001 e 2005 – de 67 milhões para 134 milhões de dólares, aproximadamente. A participação deste setor no PIB brasileiro acompanha este aumento entre 1990 e 1998, mas passa de, apenas, 7,1% para 8,6% – peso, relativamente, pequeno quando comparado com os 33,8% chilenos ou os 32,1% mexicanos. Neste sentido, o grau da condição exportadora brasileira parece se diferenciar relativamente do restante do continente.

Assim mesmo, a lógica permanece e reatualiza-se o papel das exportações na garantia de divisas para a reprodução capitalista. Num momento em que a balança de pagamentos tende a pender negativamente diante do aumento das importações advindas da abertura comercial e da desindustrialização e que volumes importantes de recursos se esvaem para a remuneração do capital financeiro, o setor exportador e as frações burguesas ligadas ao mesmo ganham posições importantes no padrão de reprodução e no bloco no poder vigentes. Por outro lado, é no bojo deste processo que a sustentação de juros elevados e de câmbio apreciado incide, decisiva e negativamente, sobre a inserção competitiva internacional da produção industrial brasileira e impele à *reprimarização* da pauta exportadora nacional, segundo Sebag e Moreira. Chega-se, assim, atualmente, pelos dados apresentados no artigo, a um aumento significativo da participação dos produtos básicos nas exportações totais que passou de 28,9% em 2003 para 47% em 2012. Isto implica, combinado aos atrativos juros altos, em abundância de moeda estrangeira no país, portanto, em alta da moeda nacional e, novamente, em desfavorecimento da indústria brasileira e *reprimarização*. De fato, a participação do setor manufatureiro nas exportações regride de 54,3% para 37,2% no mesmo período.

Isto, ainda, encontra eco no aumento da demanda dos países centrais – e da demanda chinesa – por matérias-primas e produtos alimentícios. O Brasil vai responder exatamente a estas requisições da nova divisão internacional do trabalho e, ao fazê-lo, reespecializa sua estrutura produtiva na produção agroindustrial e mineral. Daí a ideia de uma especialização regressiva do atual padrão diante da reprimarização em curso na economia brasileira. O atual padrão ganha, assim, um caráter especializador da estrutura produtiva que repousa sobre a priorização de eixos específicos cujas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. A especialização, neste sentido, opõe-se às tendências diversificadoras possíveis e necessárias às economias locais (OSORIO, 2012,

p. 37). Ou seja, as economias latino-americanas restringem-se à especialização em ramos determinados como a produção de petróleo, de soja, a extração de minérios ou a montagem automotriz e perdem o horizonte que procurava estabelecer uma relação orgânica com o restante da estrutura produtiva local, já que atuam, prioritariamente, ligados ao exterior. Para Jaime Osorio:

Estos nuevos enclaves constituyen segmentos de grandes cadenas productivas globales bajo dirección del capital transnacional, que ya no obedecen a proyectos nacionales de desarrollo, siendo el capital mundial, por el contrario, el que define qué nichos privilegiar e impulsar en economías específicas (OSORIO, 2012, p. 38).

Em relação aos valores-de-uso prioritariamente exportados pelo Brasil, percebe-se um aumento do peso de mercadorias primárias ou com pequenas intervenções industriais. De fato, se juntadas, estas duas categorias – primárias e com pequenas intervenções industriais – chegam a totalizar, 44,5%, entre 2000 e 2002, chegando a 53,4%, entre 2007 e 2009. No que tange às manufaturas com alta, média e baixa tecnologia, estas baixam sua participação nas exportações de 47,1% para 39,1%, entre os mesmos períodos e, assim mesmo, nesta categoria predominariam, segundo Osorio, processos de montagem. Mas a *especialização* fica, ainda, mais clara se levarmos em conta que os cinco produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira, desde 2009, nunca significam menos do que 40% das mesmas e, no exemplo de 2016, são todos produtos primários – produtos relacionados à soja, às carnes, ao minério de ferro, ao açúcar e aos óleos brutos do petróleo.

Esta constatação importa ao retomarmos o tema da dependência científico-tecnológica. Com efeito, nota-se com facilidade, nestes termos, que o desenvolvimento de ciência e tecnologia não precisa ser uma prioridade das grandes burguesias latino-americanas. Em outras palavras, o padrão exportador de especialização produtiva não exige investimentos consideráveis nestas áreas e, mesmo nos setores em que esta exigência existe, ela é sanada pelo recurso ao capital estrangeiro. Neste sentido, a dependência que se verifica neste campo está, centralmente, ligada aos altíssimos lucros provenientes do atual padrão, sem a menor necessidade de se mudar o patamar científico-tecnológico atual⁶².

62 Isto, de certa maneira, explica os ataques recentes ao ensino superior e à pesquisa científica públicos no Brasil do governo de Jair Bolsonaro. A Universidade aparece, com efeito, como um peso desnecessário em tempos de crise e busca por ajustes fiscais cada vez maiores. A reprodução do padrão atual parece, assim, prescindir da formação de quadros superiores e da produção de conhecimentos próprias das instituições universitárias e justificar seu processo de deslegitimação.

O êxito do setor exportador brasileiro explica-se, por sua vez, pela presença de uma grande demanda mundial pelos valores-de-uso produzidos e na rápida resposta desta economia a tal demanda, elevando a oferta destes produtos (*op. cit.*, p. 44). Em tabela apresentada, realmente, observa-se o aumento significativo de todos os produtos estudados no período. O óleo de soja, por exemplo, entre 2001 e 2008, tem uma valorização que supera os 350%, enquanto a própria soja e o minério de ferro, no mesmo período, têm seus preços aumentados em quase 230% e mais de 460%, respectivamente. Isto, sem dúvidas, remunerou de forma abundante os grandes capitais locais e estrangeiros que dão vida ao novo padrão bem como permitiu, no Brasil, o aumento do salário-mínimo e a ampliação das políticas sociais vigentes no último período. Contudo, essa dinâmica não impediu uma brutal concentração de riquezas e enorme desigualdade social.

Os mercados exteriores do novo padrão, de sua parte, destacam-se, se comparados ao restante da região, pela diversificação sobre os quais se apoia a realização brasileira. Neste atributo é que parece se localizar o suporte econômico para uma maior autonomia do Brasil em relação aos Estados Unidos no que diz respeito à política comercial externa e seu apoio a propostas de integração regional. De fato, os mercados das exportações brasileiras, em 2000, segundo Osorio, se equilibram em, praticamente, três quartos (3/4) iguais para América Latina, Estados Unidos e União Europeia, enquanto a situação, em 2007, favorece o mercado asiático (18%), em geral, e chinês (10%), em especial, em detrimento do mercado estadunidense (15%).

Há, contudo, um importante paradoxo do padrão atual: seu êxito exportador corresponde ao deterioro das condições de vida das classes trabalhadoras latino-americanas. Para o autor, isto se assenta sobre características estruturais da sociedade brasileira e da ofensiva burguesa para a consolidação das modalidades flexíveis de acumulação no país como vimos anteriormente e que configuram um dos pilares deste padrão. No entanto, é preciso sinalizar que os mercados consumidores das mercadorias-chave deste padrão não dependem da capacidade de consumo dos produtores destas mercadorias, já que os mercados priorizados se encontram no estrangeiro. Desenha-se, assim, uma situação em que a estrutura produtiva local se distancia das necessidades das maiorias brasileiras. Por outro lado, como vimos, o interesse das economias periféricas, em grande medida, depende da possibilidade do capital que aqui opera poder rebaixar o valor da força de trabalho. Nas palavras de Jaime Osorio:

El deterioro de los salarios y en general de las condiciones laborales apunta así al centro de la dinámica y reproducción del nuevo patrón exportador. Al igual que en la segunda mitad del siglo XIX e inicios del XX, el gran capital que opera en la región

está más preocupado por el nivel de vida de la población de los mercado hacia donde exporta, y del poder de consumo de los trabajadores que allí se encuentran, que de la población asalariada local. Para dicho capital, los trabajadores locales importan más como productores que como consumidores (OSORIO, 2012, p.2012).

Uma primeira série histórica, apresentada pelo autor, é emblemática. Apesar do ano-base (1982) do índice (100) se localizar em plena *década perdida* – ou seja, em momento de radical investida contra os salários das classes trabalhadoras –, o que se distingue no caso brasileiro é uma grande dificuldade para alcançar, 16 anos mais tarde, em 1998, o nível de remuneração do ano-base: 100 em 1982, 96 em 1985, 75 em 1990, 87 em 1995 e 102 em 1998. Chega-se, ainda, a proporção de quase um sexto (15,4%) do total de trabalhadores brasileiros, em 2007, a receberem até dois dólares por dia, segundo tabela disponibilizada por Osorio, a despeito do descenso deste percentual que atingia 30,5 em 1992. Finalmente, a pobreza relativa identifica-se pela queda da participação dos salários no PIB brasileiro que, se em 1990 representavam 53,5% do PIB, em 2004, estes alcançam somente 42,9% em tendência de baixa constante, aproximando-se dos níveis de 1970 (40,7%), há três décadas, enquanto, em 2007, a população ocupada com jornada superior a 44 horas significa 35,5%.

Estamos, portanto, segundo Osorio, diante de um cenário em que a forma de reprodução capitalista tende a avançar, brutalmente, sobre o fundo de consumo dos trabalhadores. A desigualdade social é, com isso, um traço estrutural do atual padrão em marcha que vêm se acentuando nas últimas décadas constantemente. Osorio observa que a parcela recebida pelos 10% mais pobres da sociedade brasileira diminui de 1,1% em 1990 para 0,8 em 2008, enquanto a parcela dos 10% mais ricos passou de 41,8% para 48,7% no mesmo período.

Outro elemento importante passa pela caracterização do lugar do mercado interno no atual padrão. Moreira e Sebag, assim como Luiz Filgueiras (2018), divergem de Jaime Osorio neste ponto e nos apresentam elementos importantes neste âmbito. Para eles,

É preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período pode-se observar uma política de valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma ampliação do crédito à pessoa física (MOREIRA e SEBAG, 2014, p. 96).

Longe de representar uma defesa acrítica de um novo ciclo de desenvolvimento autônomo, os autores buscam, apenas, explicitar a incorporação dos trabalhadores brasileiros na realização da produção capitalista em nível mundial e na dinâmica financeira global. Isto

ficaria evidente pela crescente capacidade deste setor de adquirir bens duráveis através do acesso ao crédito.

Para os autores, um nítido indicativo desta tendência passa pela evolução positiva sustentada pelo emprego formal, no Brasil, desde 2003, mesmo em plena crise de 2008. Este é um dado que traz fôlego à tese, já que se sustenta no emprego formal e, portanto, na garantia do salário mensal, o acesso a linhas de crédito para o consumo das classes trabalhadoras. Por outro lado, este processo coincide, segundo os autores, com uma política de valorização do salário mínimo que trouxe uma revitalização relevante do mercado interno. Segundo os mesmos, o ganho real de mais de 70%, no período compreendido entre 2002 e 2013, afirma uma ascensão do poder de compra do trabalhador e do mercado interno.

Neste sentido, percebe-se que o período estudado pelos autores transparece a possibilidade de que a conjuntura de crescimento econômico e de baixa inflação criou a ampliação da participação da classe trabalhadora no mercado interno. Esta ampliação estaria, no entanto, intimamente, ligada ao aumento do crédito para estes setores. Dinâmica que, por sua vez, assenta-se nas recentes transformações produtivas mundiais, numa maior integração brasileira aos circuitos financeiros e produtivos mundiais e permitindo a necessária absorção da crescente produção de mercadorias pelas classes trabalhadoras.

Para os autores, encontra-se no aumento vertiginoso do crédito, daquele período, o ponto fundamental da dinâmica de ampliação do mercado interno brasileiro. Segundo eles, as operações de crédito do sistema financeiro brasileiro saltaram da ordem de 100 bilhões para, aproximadamente, 700 bilhões, de 2002 a 2012. Este processo nos parece, na realidade, acentuar um traço constitutivo da superexploração, ao financeirizá-lo. Com efeito, se tomarmos a definição de Marini (2005a), um dos elementos que caracterizam a superexploração é, precisamente, a conversão do fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação do capital ou, em outros termos, “a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. (MARINI, 2005a, p. 156). Ora, o endividamento familiar daquele período e, com isso, o destino de parte, cada vez mais importante, dos salários para a remuneração financeira do capital, através do pagamento de juros, por exemplo, pode ser encarado, como o faz Lapavitsas (2011), como *expropriação financeira dos rendimentos do trabalho* e, portanto, como mecanismo de superexploração da força do trabalho.

No fundo, se trata da *financeirização* dos rendimentos do trabalho, neste sentido em que parcelas crescentes dos salários se inserem em atividades financeiras e destinam-se à transações deste mesmo âmbito – estejam os trabalhadores em posição de devedores ou de detentores de

ativos, sejam as despesas materializadas em forma de pagamento de despesas com juros ou em taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros (AMARAL, 2013, p. 91-92). Como vimos, no capítulo anterior, esta foi, de fato, uma das bases do processo de *financeirização*, em âmbito global. Sua consequência, portanto, nos parece incidir, justamente, sobre um redobramento mundial da exploração do trabalho através do mecanismo acima explicitado.

Outro elemento importante que as considerações propostas trazem, influi sobre a conformação da oferta para o mercado interno brasileiro. De fato, a aceleração da procura por mercadorias no mercado interno cria, pela incapacidade produtiva nacional, um descompasso entre oferta e demanda. Este processo, segundo Moreira e Sebag, é sanado por um novo protagonismo do capital estrangeiro que, segundo os autores, cria novas estratégias de investimentos diretos na economia nacional e termina por enquadrar, definitivamente, o Brasil como mercado emergente na lógica do capitalismo financeiro global (*op. cit.*, p.101).

Realmente, percebe-se um incremento do investimento estrangeiro direto no país, nos últimos anos, que aumentou 37,4%, por exemplo, de 2010 para 2011, e que expressa, fundamentalmente, a busca por opções rentáveis por parte de capitais estrangeiros, sendo a aposta a sua valorização no mercado interno brasileiro, segundo os mesmos. O capital estrangeiro, no entanto, ao se instalar na economia nacional assume uma lógica coerente com sua dinâmica global financeirizada, subordinando a dimensão produtiva a critérios puramente financeiros e de curto prazo. Neste sentido, predomina, no país, o desengajamento produtivo das filiais e a prevalência de suas atividades comerciais e financeiras. Ou seja, “as filiais engajam-se numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza” (MOREIRA, 2003).

Este nos parece ser um ponto fundamental. Esta dinâmica conduz ao abastecimento do mercado interno, sobretudo, através das importações. Com efeito, os autores indicam que, por exemplo, no setor automobilístico, as compras internacionais assinalaram alta de 650% entre 2005 e 2010 e que 45,8% do crescimento do mercado interno em 2010 foi atendido pelas importações, ou seja, quase a metade do total. Em contrapartida, a produção nacional assinalou um incremento bem mais modesto comparativamente às compras internacionais: 75% entre 2005 e 2010 (MOREIRA e SEBAG, 2014, p.103). Segundo os autores, o caso da indústria automobilista é emblemático do processo de internacionalização produtiva, no Brasil, e

demonstra como o papel das multinacionais, na economia nacional, restringe-se no campo produtivo e concentra-se em fases posteriores de seu ciclo. Chegam, assim, a concluir que se:

[...] a reprodução do capital estrangeiro está igualmente associada ao crescimento do consumo doméstico. [E] As filiais das empresas multinacionais do setor industrial e de serviços beneficiam-se substancialmente da ampliação do mercado interno. Isto não implica a realização de grandes investimentos na expansão da capacidade produtiva.

Na verdade, o dinamismo do mercado consumidor, no contexto regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em detrimento das atividades produtivas. Portanto não se pode associar o desengajamento produtivo do capital estrangeiro à ausência de um mercado consumidor assalariado dinâmico e à consolidação de uma base primária exportadora. O duplo movimento de desindustrialização/reprimarização no caso brasileiro não se enquadra no padrão exportador de especialização produtiva. Na verdade, é um reflexo a subordinação do país a lógica financeira do capitalismo contemporâneo (MOREIRA e SEBAG, 2014, p. 104).

Com isso, apesar de Moreira e Sebag concluírem pela incoerência da caracterização de Jaime Osorio do atual padrão, baseando-se nestes elementos do mercado interno, nos parece que as duas teses não são completamente excludentes. Por um lado, se há um exagero da incapacidade de consumo das massas por parte de Osorio, é preciso sinalizar que a centralidade do mercado interno dada por Moreira e Sebag deve ser ponderada por sua dependência em relação às importações e, portanto, em relação aos recursos advindos do setor agroexportador, mineral e alimentício. São estes setores – estratégicos para Osorio no atual padrão – que podem garantir as divisas necessárias ao abastecimento do mercado interno. Além disso, as principais fontes de divisas passíveis de sustentar o mercado interno – os lucros reinvestidos do capital centrado no mercado interno, o capital investido na dívida pública e submetido aos altos juros, os lucros provenientes das exportações, os recursos das privatizações e os empréstimos – estão, por sua vez, submetidas às transferências de valor para as economias centrais através de diversas modalidades de remuneração do capital estrangeiro, dependendo de situações favoráveis para que o compromisso com o mercado interno não inviabilize a reprodução dos setores estratégicos do padrão vigente. O fato é que, no momento em que os autores escreviam seu artigo, a economia brasileira conseguia dividir o valor gerado entre todas as frações de classe que o reivindicavam e estavam contempladas as importações para o mercado interno. Nos parece, ainda, que isto passa também pelo produto de certa distribuição possibilitada pela sucção regional de valor por parte do subimperialismo brasileiro e indica a possibilidade de tendências conjunturais atenuarem a superexploração da força de trabalho em momentos favoráveis.

Para finalizar, é preciso aprofundar um pouco no tema do subimperialismo, já que, ao que nos parece, a fase atual do capitalismo imprimiu, também, novos traços ao fenômeno. A particularidade que o subimperialismo confere à economia brasileira é que, desde meados da década de 1960, como vimos no segundo capítulo, esta não só transfere valor para as economias centrais, mas consegue sugar excedentes de outras nações mais débeis e, portanto, reter, em sua economia, parte do mesmo. Esta estratégia não se descola do imperialismo vigente, nem, em geral, implica, necessariamente, melhores patamares de dignidade para os brasileiros. Na realidade, este mecanismo intermediário de cooperação antagônica e subordinada do subimperialismo brasileiro com o imperialismo dominante permite a valorização do capital internacional através de empresas brasileiras, desde a superexploração, o impulso estatal e em favor da grande burguesia brasileira. Até aqui, não há avanços em relação aquelas afirmações do segundo capítulo. O que nos interessa, no momento, é sublinhar, justamente elementos subimperialistas novos na contemporaneidade. Com efeito, defendemos que o que se assiste, na década de 1990 e 2000, com a abertura comercial na América Latina e a internacionalização do capital, em nível mundial, é uma retomada e uma reconfiguração do subimperialismo brasileiro.

A recolocação das grandes empresas brasileiras, no mercado internacional, neste processo de mundialização do capital, corresponde, na realidade, a uma estratégia de sobrevivência particular diante da concorrência desigual gerada pelo fim do protecionismo à indústria nacional. Esta estratégia se fundamentou, precisamente, na internacionalização destas empresas e, com isso, no surgimento de *multinacionais brasileiras* capazes de incidir num território tão extenso quanto a América Latina, o Caribe e, em período mais recente, o continente africano (LUCÉ, 2008, p. 2). Este movimento, no entanto, se dá, também, pela *financeirização* destas empresas que têm no capital financeiro internacional e nacional um de seus sustentáculos centrais. Basta mencionar a abertura do capital de grandes empresas nacionais nas bolsas de valores e o apoio estatal decisivo através de seus bancos de fomento (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por exemplo) com linhas de créditos e financiamentos privilegiados para se ter dimensão da importância da *financeirização* para o subimperialismo brasileiro.

A estratégia expansionista (de sobrevivência) atual envolve, portanto, um amplo leque de mecanismos de internacionalização, inclusive, financeiros. A compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, os processos de fusão e aquisição de firmas dos países do continente ou, mesmo, os investimentos diretos estrangeiros (IED)

brasileiros na América Latina, no Caribe e na África foram possibilitados pela *financeirização* destas empresas e são moeda corrente no cenário econômico brasileiro atual (AMARAL, 2013, p. 92). Os números apresentados por Mathias Luce (2008) são elucidativos, neste sentido. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), por exemplo, que passou a medir o IED dos *países emergentes*, este conjunto já representava 10% do montante global, em 2000. Neste bojo, três multinacionais brasileiras estão entre as cinquenta maiores nesta categoria de países: a Petrobras, a Vale e a Gerdau.

Ao que parece, a nova divisão internacional do trabalho deu lugar a uma nova divisão regional do mesmo que conta com o expansionismo brasileiro como elemento-chave. Com efeito, é notória a incorporação sucessiva, por parte das multinacionais brasileiras, de importantes ativos das economias vizinhas. Esta posição privilegia novas vantagens competitivas para a realização dos capitais subimperialistas brasileiros e subordina as nações vizinhas à hegemonia deste novo subimperialismo, ligada àquela divisão regional do trabalho (LUCE, 2008, p. 2). São emblemáticos desta movimentação as aquisições brasileiras, por exemplo, de terras e frigoríficos uruguaios. Somente a brasileira Marfrig, com as aquisições de 2006 e 2007, se alçou ao patamar de maior exportadora de carne do Uruguai – setor, absolutamente, central na economia do país que ocupa o lugar de primeira fonte de divisas através das exportações. Luce analisa:

¿Que nos tienen a enseñar los datos arriba? El hecho de un grupo extranjero como el Marfrig concentrar 1/3 de la faena realizada es indicador de la grandeza de la transferencia de valor hacia el exterior que se acometió sobre la primera actividad productiva de Uruguay. Se debe añadir otro hecho. Además del valor producido en la agroindustria e apropiado por las empresas brasileñas, hay la renta de la tierra extraída por los nuevos propietarios, que han venido comprando a bajo precio numerosas haciendas de los capitalistas locales, que se encuentran en posición de desventaja frente a oligopolios como Marfrig y Bertin. (LUCE, 2008, p. 3).

O caso argentino não é menos impressionante, se levarmos em conta que, historicamente, o país vizinho disputava o lugar atual brasileiro. A dilapidação do patrimônio nacional argentino para sustentar o receituário neoliberal definiu esta disputa com a transferência de ativos estratégicos da burguesia argentina para as multinacionais brasileiras. A Petrobras, por exemplo, incorporou empresas do porte da PECOM e da YPF, enquanto a FRIBOI, com financiamento do BNDES, adquiria o maior frigorífico argentino, a Swift Armour. Este é o motivo principal dos atuais protestos argentinos em relação ao Mercosul. O Brasil, de fato, deixa pouco espaço para a integração fora das coordenadas subimperialistas. A própria desnacionalização das economias latino-americanas, desde 1990, teve, neste sentido,

um protagonista importante nas multinacionais brasileiras, remetendo ativos e soberania dos países do continente em benefício da grande burguesia brasileira. Poderíamos, por isso, prolongar muito esta lista, no entanto, as atividades multinacionais brasileiras, estudadas por Mathias Luce (2008), no Paraguai, na Bolívia, no Peru e no Equador só fazem confirmar a tese de um *novo subimperialismo brasileiro*, cujo aspecto financeiro e multinacional é decisivo.

3.3 O comportamento do padrão atual de reprodução do capital no Brasil no século XXI

3.3.1 A etapa empírica e sua base de dados: advertências preliminares sobre o *Valor1000*

Iniciamos nosso percurso empírico preocupados em conseguir uma base de dados sólida para este momento. O desafio está em abarcar, por um lado, o conjunto das atividades econômicas brasileiras e, por outro, o período temporal recortado nesta tese. A delimitação dos setores econômicos estratégicos impõe que se disponha de dados que sejam comparáveis. Neste sentido, se trata menos da exatidão dos dados, já que a contabilidade burguesa impõe sérias limitações neste campo, e mais de conseguir denominadores comuns que permitam as aproximações e comparações necessárias ao trabalho proposto. Com efeito, no campo da contabilidade burguesa é preciso assinalar que a métrica utilizada não corresponde às categorias que estamos familiarizados no âmbito da teoria marxista.

Isto posto, podemos nos voltar para a base de dados que subsidia o ranking anual denominado *Valor1000*. A parceria entre o Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, cuja equipe responsável pelo ranking é liderada pelo Prof. William Eid Jr.; o Valor Data do Valor Econômico/Grupo Globo, coordenado por William Volpato; e o Serasa Experian gera, anualmente, o ranking das 1000 maiores empresas atuantes no Brasil que embasa o prêmio de mesmo nome e é publicado pelas Editoras Globos S/A em anuário dedicado ao mesmo. Esta base de dados é alimentada, basicamente, pelos balanços anuais das empresas que se inscrevem, voluntariamente, para participar de um concurso que tem como base, justamente, o ranking gerado pela comparação destes balanços.

Com a cessão dos dados, nos deparamos, então, com uma base bastante ampla e diante de alguns complicadores. O primeiro está ligado à negativa em ceder os dados relacionados aos

bancos, seguradoras e previdências. Com efeito, o *Valor1000* separa tais rankings daquele das 1000 maiores empresas. Na realidade, são outros três rankings – um para cada instituição financeira citada acima – cuja base de dados não nos foi repassada. Isto traz uma lacuna importante para o trabalho que segue. Poderíamos dizer que, de qualquer forma, nosso recorte poderia se voltar para o âmbito produtivo da economia nacional, no entanto, nos parece que a ausência destes dados impede as comparações necessárias e retira do cenário da análise um agente de primeira ordem da economia nacional. Neste sentido, esta é uma tarefa em aberto a ser encarada no futuro.

O segundo complicador diz respeito ao volume de dados disponível. O arquivo em formato Excel nos apresenta, de fato, 19 abas, referentes aos anos de 2000 a 2018, com, por exemplo, 25 variáveis de 1000 empresas para o ano 2000. O tamanho da tabela só cresce, na realidade. Em 2018, último ano do ranking, a tabela conta com 66 variáveis de 1065 empresas. Isto se deve a novas legislações que passaram a exigir novos balanços às empresas de capital aberto. Com isso, se, num primeiro momento, temos, basicamente, os dados do Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) e do Balanço Patrimonial das empresas, a partir de 2007, são somados, ainda, os itens da Demonstração do Fluxo de Caixa das empresas inscritas.

Como analisar esse volume de dados? Bem, é preciso ter em mente que minha trajetória acadêmica nunca havia chegado nem perto dos fundamentos necessários para o tratamento e a análise adequados dos dados de que disponho. Assim mesmo, empreendemos duas frentes. Na primeira, recortamos as variáveis que nos interessam e ficamos com a receita líquida, a origem do capital, os lucros líquidos, de atividade e financeiro, o ativo total, o patrimônio líquido e o endividamento oneroso das empresas a cada ano para construir uma base de dados que conseguisse explicitar a evolução do desempenho econômico das empresas e seus setores ao longo dos anos disponíveis.

Na outra frente, tratamos de fazer um curso de R, uma linguagem de programação para a manipulação, análise e visualização dos dados⁶³. Ao longo desta jornada, encontramos a segunda grande dificuldade para o estudo da base de dados escolhida: a permanente transformação das empresas estudadas e das formas de classificá-las pela equipe do *Valor1000*. Com efeito, tais mudanças vão de observações tão básicas como o nome da empresa à própria classificação da empresa em determinado setor de atividade. Não é difícil achar uma empresa que ao longo destes 18 anos mudou de nome e nos parece que as empresas mais relevantes têm

63 Para mais detalhes, o Projeto R para Computação Estatística é gratuito, de código aberto e está disponível em: <https://www.r-project.org/>

maior propensão ao fenômeno. Das 10 maiores do período por receita líquida, por exemplo, sete já mudaram de nome pelo menos uma vez; três o fizeram pelo menos duas; e a atual Cervejaria Ambev nos brinda com quatro nomes distintos entre 2000 e 2018. Isto pode parecer banal, contudo, ao somar o resultado anual de uma empresa com diferentes nomes ao longo do tempo a partir de tabelas anuais separadas, estas pequenas modificações se tornam, rapidamente, complicadores importantes.

Além disso, o desenvolvimento das ramificações das atividades das empresas estudadas, ao longo do tempo, traz dificuldades para a classificação das empresas ranqueadas. Há inúmeros exemplos de empresas que mudam de setor na classificação do *Valor1000*. O mais emblemático, por seu peso na economia brasileira, é a Petrobras e sua subsidiária Petrobras Distribuidora. Seu percurso é bastante ilustrativo das dificuldades enfrentadas na análise da base de dados. A Petrobras começa, em 2000, classificada no setor da indústria química e petroquímica – *Química e Petroquímica* – enquanto sua sucursal compõe o setor atacadista – *Comércio Atacadista*. No ano de 2005, ambas passam a integrar um novo setor, denominado *Petróleo e Gás*. O próprio setor atacadista, aliás, some do topo do ranking, visto que seus primeiros lugares estavam compostos por empresas que migraram para este novo setor *Petróleo e Gás* – além da empresa já mencionada é o caso das empresas Ipiranga, Shell, Esso e Texaco. Neste caso, optamos, simplesmente, por incluir, desde o início, tanto a Petrobras como aquelas empresas do setor atacadista no setor *Petróleo e Gás*.

Neste exemplo, outra mudança, ainda, interfere na análise. Em 2010, o *Valor1000* passa a considerar balanços consolidados em vez de balanços individuais como vinha fazendo até o momento, juntando, portanto, às empresas principais suas subsidiárias. A Petrobras Distribuidora, então, desaparece do banco e seus dados adicionam-se aos dados da Petrobras. Esta será, portanto, uma ressalva para as comparações entre anos anteriores e posteriores a 2010.

Há, no entanto, exemplos mais complexos de empresas que, simplesmente, alternam de setor de atividade. A atual Cosan é um bom exemplo desta alternância. Começa em 2008 como Cosan Combustíveis e Lubrificantes no setor *Petróleo e Gás*, muda entre 2010 e 2012 para o setor *Açúcar e Alcool*, assumindo seu nome atual e volta em 2013 ao seu setor original até 2018. Aqui, estamos, na realidade, diante de dois problemas. O primeiro esbarra na complexidade posta pela diversidade das atividades das grandes empresas e nos parece que a Cosan é um bom exemplo deste caso. Originalmente, esta é uma empresa ligada à produção sucroalcooleira – açúcar e etanol a partir da cana-de-açúcar – que, em 2008, faz sua primeira incursão nas

atividades de distribuição de combustível no atacado através da compra dos ativos da Esso (ExxonMobil) no Brasil – com o negócio também assume a produção e distribuição dos lubrificantes da marca Mobil. Segundo Artur Monte-Cardoso, “[o] novo negócio passou a ser o mais importante do grupo em vendas e a empresa se tornava uma gigante integrada, da produção à distribuição” (2014, p. 80). A importância da comercialização de combustível explica, assim, a classificação da empresa no setor *Petróleo e Gás* nos anos de 2008 e 2009.

No entanto, para entender sua volta ao setor *Açúcar e Alcool* é preciso seguir o desenvolvimento das atividades desta empresa, suas novas aquisições e sua associação ao capital estrangeiro. Com efeito, a partir de 2010, sua estrutura societária se complexifica e, ao que parece, o ramo da empresa responsável pela atividade sucroalcooleira fica a cargo de sua subsidiária Raizen, criada a partir de uma parceria (joint venture) com a Shell e uma importante injeção de capital estrangeiro neste ramo da empresa. Isto deve explicar a classificação da Cosan no setor *Açúcar e Alcool* entre 2010 e 2012. Ao que tudo indica, a Raizen era contabilizada nos números da Cosan através de seu balanço consolidado. A indicação da utilização do balanço consolidado aparece, inclusive, em 2010 – este é o único ano que o *Valor1000* indica se utilizou balanços individuais ou consolidados.

Entretanto, a partir de 2013, tanto a Cosan como a Raizen aparecem ranqueadas no *Valor1000* – a Raizen que aparece é, na realidade, os 50% que a Shell detém da mesma. Neste momento, a Cosan volta ao setor *Petróleo e Gás*. Com efeito, ao se juntar à Shell para criar a Raizen, a Cosan se vê, no *Valor1000*, destituída de metade das atividades sucroalcooleira da Raizen, mas amplia sua capacidade de distribuição de combustível com 50% da parceria com a Shell. Além disso, sobressai, também, seu braço empresarial ligado ao gás – a Compass Gás e Energia – que conta, inclusive, com a maior companhia de gás encanado do país – a Comgás – e tem na infraestrutura, escoamento e comercialização do gás advindo dos campos do pré-sal um pilar fundamental.

O prevailecimento destas atividades – comercialização de combustível e distribuição de gás – não quer dizer, no entanto, que não existam outros ramos empresariais com atividades distintas. Neste exemplo, ainda fazem parte da Cosan a Moove que produz e distribui lubrificantes; a Radar, cuja tarefa principal se encontra na compra, no arrendamento e na venda de terras agrícolas; e a Rumo, simplesmente, a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, que opera concessões com base ferroviária em seis estados da federação. Quer dizer, no fundo, o que sobressai é, somente, a predominância de certa atividade

empresarial sobre as outras, a partir dos balanços apresentados, que, portanto, pode variar ao longo dos anos.

Na realidade, este exemplo expõe as limitações da base de dados para lidar, diretamente, com setores de atividade. Com efeito, o que vimos acima traz problemas para a delimitação dos valores reais envolvidos em cada setor, já que os números apresentados, na realidade, expressam a soma de diferentes atividades e indicam, apenas, a prevalência de alguma atividade sobre as outras. A generalização impossibilitada, no entanto, teria sido de grande valia, pois nos pouparia o trabalho de analisar as empresas detidamente para determinar as mercadorias produzidas e, com isso, os ramos majoritários. Como vimos, contudo, foi, exatamente este estudo pormenorizado da trajetória empresarial da Cosan que nos permitiu compreender os dados fornecidos, confirmando a necessidade de aliar à base de dados do *Valor1000*, uma análise detida das maiores empresas selecionadas para explicitar as principais atividades das mesmas.

Por fim, há, ainda, outra ressalva importante. O próprio caráter da base de dados – um ranking organizado como concurso por edital – implica a perda de dados. A notoriedade que o prêmio ganhou no meio empresarial de certa maneira reduz o problema, mas, assim mesmo, a aparição dos dados de uma empresa no ranking, ainda, depende de uma inscrição voluntária. Há anos em que empresas, simplesmente, não participam. A Odebrecht, por exemplo, desde o ano de seu acordo de leniência no âmbito da operação lava-jato, em 2016, não participa do ranking. Contudo, mesmo que isto não fosse uma questão e que todas as empresas do país participassem todo ano, este não é um ranking de todas as empresas, mas das 1000 – ou, no nosso caso, das 50 – maiores empresas. Com isso, há anos em que determinada empresa está entre aquelas maiores e anos em que não. No ano em que ela está abaixo da linha de corte, perdem-se os dados. A própria aparição no ranking passa a conformar um indicador sobre a empresa. Com efeito, a estabilidade de uma empresa que está todo ano entre as maiores lhe permite somar toda sua receita ao longo do período estudado e lhe garante, portanto, uma vantagem em relação à empresa que passa um determinado número de anos fora do ranking – ao final, são milhões de reais a menos computados na receita total do período analisado.

Ainda é importante sinalizar que o ranking original hierarquiza as empresas por sua receita líquida. Mantivemos isto, num primeiro momento, mas no decorrer da investigação sentimos a necessidade de ranquear as empresas também por outras variáveis. Como veremos, isto nos ajudou a explicitar aspectos decisivos para nossa análise. Por último, resolvemos diminuir nossa base de dados e recortar o ranking nas 50 maiores empresas ao invés das 1000

sobre as quais dispúnhamos os dados. Recortamos, assim, **a cada ano**, as 50 maiores empresas e somamos seus resultados no campo que nos interessava. Como o ranking não é fixo, empresas podem fazer parte do ranking em determinado ano e dar lugar a outra empresa no ano subsequente, por exemplo. Com isso, ao final do período, temos uma base de dados de mais de 50 empresas. Na realidade, figuram o tanto de empresas que em algum momento estiveram entre as 50 maiores empresas do ano no quesito analisado. Se mantivermos a receita líquida como a variável ranqueadora, para o período que vai de 2000 a 2018, temos 123 empresas. Por outro lado, quando utilizamos o lucro líquido, este número sobe para 218 e, apesar de certa instabilidade na base de dados com este indicador, o lucro líquido nos dá pistas importantes para o próximo passo desta pesquisa. Ambas as tabelas podem ser encontradas completas no Drive disponibilizado para a banca⁶⁴.

Postas estas ressalvas preliminares, podemos passar aos dados extraídos do *Valor1000*.

3.3.2 Setores estratégicos: as maiores empresas da economia brasileira

Começamos explicitando a insignificância da presença brasileira na produção daqueles elementos estratégicos do padrão tecnológico vigente. Com efeito, segundo Diógenes Breda,

[...] entre las 20 mayores empresas de semiconductores (...) las mayores son estadounidenses (8), europeas (3), taiwanesas (3), japonesas (3), coreanas (2) y de Singapur (1). Algo semejante ocurre en la industria de hardware y software. En la industria de hardware, las mayores industrias se dividen entre empresas estadounidenses (15), taiwanesas (10), japonesas (10) y coreanas (3), que sin embargo abriga la más grande, Samsung. Ya en la producción de software, las empresas estadounidenses tienen participación mayoritaria: 31 de las 50 mayores empresas de software. Le siguen Japón (10) y Taiwán (10) (BREDA, 2015, p. 123)⁶⁵.

Como vemos, não há qualquer sinal de que o Brasil tenha empresas privadas ou estatais capazes de disputar a liderança econômica no paradigma tecnológico atual. Entre as 50 maiores empresas no Brasil, existem empresas do setor eletroeletrônico e da tecnologia da informação.

⁶⁴ Para ter acesso às tabelas, basta seguir o link:

https://drive.google.com/drive/folders/1FSibHh8QuWTh_7pF5HBgHoSip1UuZJcx?usp=sharing

⁶⁵ O autor alerta apenas que “en los casos de Taiwán y Singapur (...) habría que considerar el grado de autonomía que efectivamente tienen en la producción, pues pueden producir a partir de requerimientos de transnacionales estadounidenses, japonesas y coreanas del sector” (BREDA, 2015, p. 128).

No entanto, Ericsson, IBM, Nokia, Samsung, Siemens e Whirlpool são multinacionais estrangeiras. A deslocalização das plantas de montagem de seus produtos para o Brasil, obviamente, não transfere tecnologia para o país. Na realidade, apenas, nos relega os processos produtivos que já não precisam ser monopolizados e reduzem custos de produção e logística ao serem produzidos próximos dos mercados de destino por mão-de-obra superexplorada.

Isto não é nenhuma surpresa ou novidade. Entretanto, a dependência brasileira decorre também do direcionamento dos capitais atuantes no país para outras tarefas. Tarefas estas secundárias do ponto de vista da apropriação de lucros extraordinários no sistema capitalista mundial, apesar de absolutamente necessárias para a reprodução da hegemonia econômica mundial das burguesias imperialistas centrais.

É importante notar que estas coordenadas permitem uma precisão importante no debate sobre a industrialização brasileira necessária. De fato, entendemos agora melhor a direção para a qual deve apontar o desenvolvimento industrial para superar a dependência tecnológica vigente – e o tamanho da tarefa que as classes trabalhadoras tem diante de si, já que a burguesia brasileira orienta seus esforços no sentido oposto. Por outro lado, compreende-se porque um país pode se industrializar e continuar dependente. Com efeito, uma economia produtora de mercadorias industriais já não é exclusividade das economias imperialistas e, portanto, uma economia dependente pode ostentar um sólido parque industrial se esta for a requisição imperialista vigorante.

Vejamos então no que estão implicados os capitais que atuam no Brasil para delimitar os principais setores econômicos brasileiros. Para tanto, trabalharemos com as maiores empresas da economia brasileira. É uma primeira aproximação que permite vislumbrar setores preponderantes ao longo do século XXI no Brasil. A seguir, a Tabela 1 nos dá indicativos bastante representativos sobre o tema. Nesta, ranqueamos por sua receita líquida as 10 maiores empresas atuando no Brasil entre 2000-2018.

Tabela 1 – Ranking das 10 maiores empresas brasileiras por receita líquida em R\$ milhões entre 2000-2018

Nome da empresa	Setor de Atividade	Receita líquida 2000-2018
Petrobras	Petróleo e Gás	3.579.276,2
JBS-Friboi/JBS	Alimentos	1.089.215,9
CVRD/Vale	Mineração	1.052.609,2
Ultra/Ultrapar	Petróleo e Gás	597.452,6
Pão de Açúcar/Grupo Pão de Açúcar	Comércio Varejista	554.273,8
Braskem	Química e Petroquímica	471.895,2
Raízen Combustíveis/Raízen	Petróleo e Gás	459.237,1
Telefônica/Telefônica S.A.	Telecomunicações	442.540,0
Brahma/CBB-AmBev/Ambev	Bebidas e Fumo	427.630,8
Bunge Alimentos	Alimentos	408.035,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Para começar salta aos olhos o peso da Petrobras. Esta representa quase 40% da receita líquida apresentada. Com efeito, se somarmos as receitas líquidas das seis empresas que ocupam do 4º ao 10º lugar, o valor não alcança o resultado da estatal. Apesar deste destaque, não aparece aqui nenhuma outra empresa estatal – neste sentido, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, também, corrobora com o recuo. Além disso, a presença daquelas que já foram chamadas de *campeãs nacionais* se faz sentir: a JBS ocupa a 2ª posição e a Ambev está em 9º lugar. E o capital estrangeiro é majoritário em diversas empresas listadas acima: capital francês no Grupo Pão de Açúcar, capital holandês na Raízen e na Bunge, espanhol na Telefônica e belga na Ambev. Metade do ranking, portanto, é composto de empresas majoritariamente estrangeiras.

Outra constatação que nos interessa particularmente está ligada às mercadorias que estas empresas produzem. As maiores empresas da economia brasileira produzem, em primeiro lugar, matérias-primas: principalmente petróleo, gás e etanol, no caso da Petrobras, da Ultrapar e da Raízen; majoritariamente, minério de ferro, no caso da Vale; grãos e, em especial, soja e trigo, mas também açúcar e etanol no caso da Bunge. Em segundo lugar, produzem produtos alimentícios como as carnes da JBS e as bebidas da Ambev – mesmo o grupo varejista Pão de Açúcar está, na realidade, ligado à distribuição de alimentos no mercado interno e a Bunge é também uma empresa produtora de produtos alimentícios. Por último, a Braskem – parceria

entre Odebrecht e Petrobras – produz, principalmente, produtos plásticos que, por sua vez, são matéria-prima e insumo para a produção de outras mercadorias.

A primeira vista poderíamos suspeitar destas observações, já que estamos olhando apenas para 10 empresas. No entanto, se ampliarmos nosso escopo e extrairmos os 10 maiores setores de atividade presentes no ranking das 50 maiores empresas no Brasil, obtemos o seguinte panorama.

Tabela 2 – Ranking dos 10 maiores setores de atividade da economia brasileira por receita líquida em R\$ milhões entre 2000 e 2018

Posição	Setor	Receita líquida 2000-2018
1	Petróleo e Gás	5.923.025,5
2	Alimentos	2.968.226,5
3	Telecomunicações	1.570.816,3
4	Veículos e Peças	1.539.640,3
5	Comércio Varejista	1.525.587,5
6	Energia Elétrica	1.419.411,8
7	Mineração	1.052.609,2
8	Metalurgia e Siderurgia	1.036.604,2
9	Química e Petroquímica	567.918,7
10	Bebidas e Fumo	433.106,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

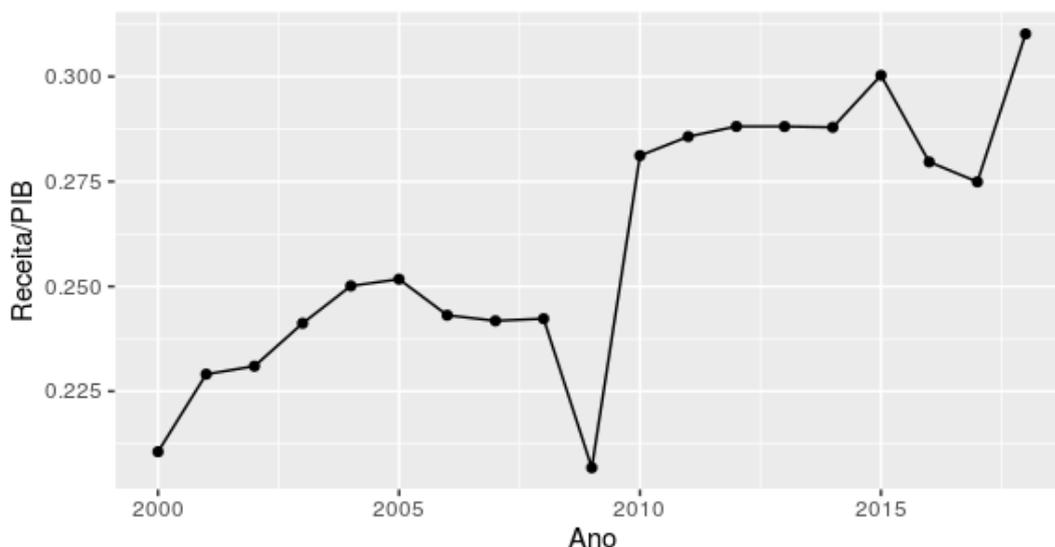
Novamente, é o domínio do setor de petróleo e gás que impressiona imediatamente. Por muito pouco, a receita líquida do setor não representa o dobro do segundo colocado. Isto se repete, aliás, para o setor de alimentos: o 3º lugar precisaria quase dobrar sua receita líquida para alcançá-lo. As duas primeiras posições – Petróleo e Gás e Alimentos – ocupam, portanto, suas colocações com enorme margem. Com isso, a predominância de setores agrominerais se confirma. Juntos estes setores – Petróleo e Gás, Alimentos e Mineração – somam 55% da receita líquida do período.

A tendência aliás não muda se tomarmos o conjunto das 1000 empresas que compõem o banco de dados utilizado. Neste caso, os setores agrominerais acima se juntam a empresas de ramos análogos – como açúcar e álcool, fumo, agropecuária, entre outros – para somar 47,7% da receita total do período.

O que se pode afirmar portanto é que as mercadorias produzidas até aqui pelas maiores empresas brasileiras ao longo do século XXI são necessárias às cadeias globais como matérias-primas e insumos industriais (petróleo, gás, etanol, minérios em geral, soja, resinas plásticas, etc.), por um lado, e, por outro, como mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (derivados dos grãos, do petróleo, as carnes, as bebidas, etc.). A economia brasileira se insere, assim, na divisão internacional do trabalho assumindo a produção necessária à especialização produtiva imperialista para o monopólio da produção estratégica atual. Isto acontece mesmo quando os setores brasileiros atuam na fronteira tecnológica vigente, já que os meios para produzir neste patamar não são produzidos de maneira soberana aqui e sua utilização depende da remuneração correspondente.

Assim mesmo, a burguesia brasileira segue aprofundando este padrão. Com efeito, a participação dos setores agrominerais na economia brasileiro é imensa. Se comparada ao PIB de 2000 a 2018 (R\$ 71,3 trilhões), a receita líquida das empresas agrominerais que figuram entre as 50 maiores empresas do país significa 15% do Produto Interno Bruto deste período. Aliás, o peso das maiores empresas na economia brasileira é, justamente, o objeto do gráfico a seguir que compara os dados da receita líquida que temos com o valor do PIB ao longo destes anos.

Gráfico 1 – Peso da receita líquida das 50 maiores empresas no PIB (%) entre 2000-2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

O gráfico acima nos parece bastante ilustrativo de um significativo aumento do peso das 50 maiores empresas estudadas em relação ao PIB brasileiro. Com efeito, vemos um movimento ascendente desta participação que sai dos 21% no ano 2000 para aumentar 10 pontos

percentuais até 2018, chegando, portanto, a significar 31% do PIB. É preciso levar em conta a passagem de balanços individuais para balanços consolidados em 2010 por nossa base de dados. Isto, sem dúvidas, eleva o número de empresas levadas em contas pelo ranking e deve ser responsável por parte da subida brusca que vemos entre 2009-2010. No entanto, os resultados recordes registrados tanto pela receita líquida, quanto pelo lucro líquido das maiores empresas brasileiras em 2010 – presentes, inclusive, na mídia naquele momento – parecem, na realidade, demonstrar um forte processo de centralização de capital no bojo da economia brasileira do século XXI.

3.3.3 O comportamento da receita líquida e dos lucros líquidos das maiores empresas no Brasil

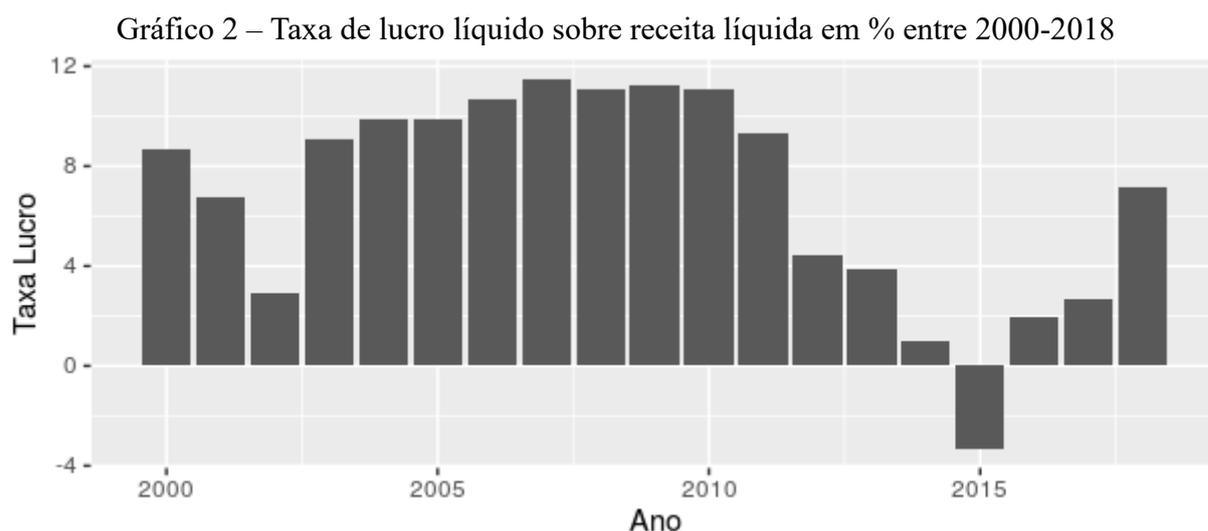
À primeira vista, é possível um certo estranhamento ao visualizar o gráfico 1. De fato, este parece contradizer a hipótese segundo a qual o auge do atual padrão já teria passado. Além disso, nada sugere ali que os bons resultados do mesmo teriam sido amparados na conjuntura comercial internacional favorável de 2005-2011, já que os resultados das maiores empresas no Brasil em termos de receita líquida estagnam neste período. O crescimento da receita indica, na realidade, outros períodos de pico: 2000-2004, 2014-2015 e, ainda, 2018 poderia estar constituindo uma nova tendência de ascenso para o padrão vigente.

Se articularmos isto com o panorama político do país, poderíamos mesmo afirmar que a estabilidade dos dois mandatos de Lula não teria repousado num desempenho especialmente satisfatório das maiores empresas atuantes no Brasil. A crise mundial, inclusive, parece ter pouco impacto no quadro geral e não justificaria um acirramento da luta de classes, a partir dos dados contemplados aqui. Não parece portanto haver dificuldades visíveis no desempenho econômico das empresas em decorrência da crise econômica mundial que um golpe precisaria reverter. Pelo contrário, após uma baixa significativa em 2009 que poderíamos interpretar como o principal efeito da crise, o que vimos foi uma retomada importante dos resultados da receita líquida e uma grande centralização de capital por parte das empresas estudadas.

Portanto, o próprio golpe, em 2016, não teria nem sido precedido por qualquer dificuldade empresarial, como demonstra a estabilidade dos resultados desde 2010, nem contribuiria para uma melhora neste âmbito, já que os resultados imediatamente posteriores indicam uma tendência de piora da receita líquida estudada. Por fim, o acirramento da crise

hegemônica em 2018 que levou à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência não teria qualquer vínculo com o desempenho das maiores empresas, já que é, justamente, neste ano que as maiores empresas deste padrão batem recordes em termos de suas receitas líquidas.

Na realidade, será preciso olhar para outra dimensão do desempenho econômico das maiores empresas para explicitar a insuficiência da receita líquida como indicador para nossa análise. Esta, no fundo, nos indica, apenas, o montante total das vendas de uma empresa, excluindo os impostos que incidem sobre as mesmas, os descontos dados neste processo e as devoluções retornadas. O fundamental, no entanto, está na massa de lucros que tal receita é capaz de realizar. Nestes termos, é acompanhando o lucro líquido das maiores empresas do ranking no Gráfico 2 que conseguimos observar os movimentos entre receita e lucro líquido presentes no período e nos aproximar do que, possivelmente, sobredetermina o comportamento das maiores empresas.

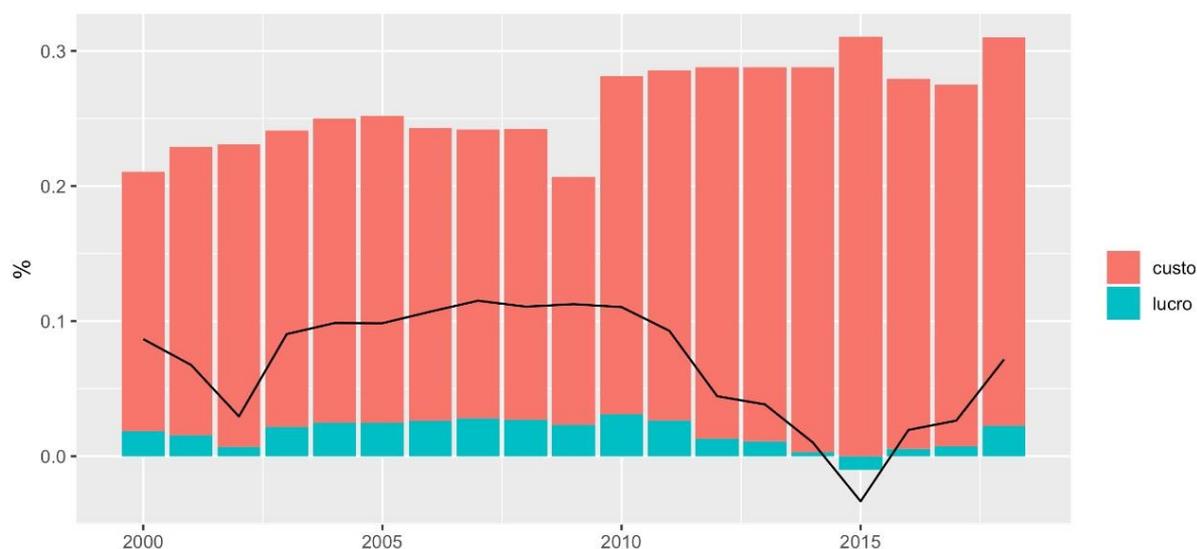


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

O gráfico acima nos indica, fundamentalmente, que os movimentos da receita e do lucro podem ser contraditórios. Não há, de fato, porque esperar uma correspondência entre os mesmos. Pelo contrário, há, por exemplo, momentos em que a receita líquida do conjunto das empresas cresce, enquanto a parcela destas vendas que se realiza como lucro diminui. Foi o caso entre 2000 e 2002 ou, mais drasticamente, entre 2010 e 2015. Por outro lado, o inverso, também, pode acontecer e a receita líquida pode diminuir enquanto a proporção dos lucros aumenta. Isto ocorreu nos biênios 2006-2007 e 2016-2017. O Gráfico 3, abaixo, explicita bem

tal movimento ao evidenciar, em barras, a proporção da receita líquida que se torna lucro líquido – ambos calculados sobre o PIB – e, em linha, a taxa do lucro líquido sobre a receita líquida.

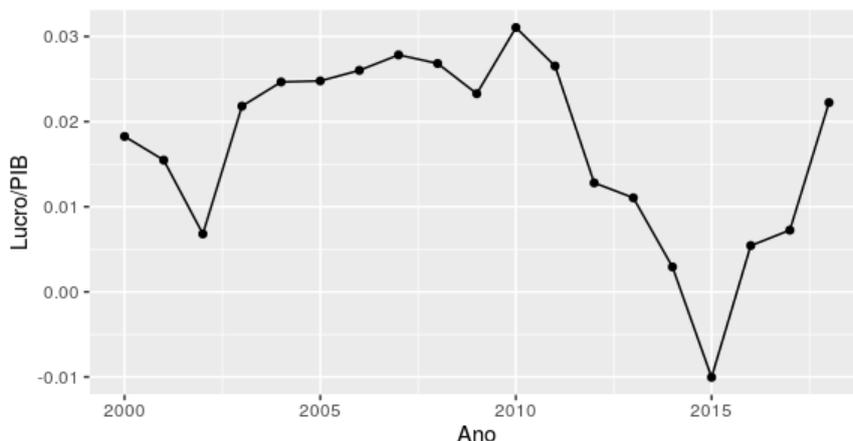
Gráfico 3 – Proporção do lucro líquido sobre a receita líquida e Taxa de lucro líquido sobre receita líquida entre 2000-2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Nestes termos, o que é preciso verificar é se a própria massa dos lucros líquidos é impactada, pois isto pode não acontecer. Com efeito, se o aumento da receita líquida compensar a diminuição da taxa de lucros, por exemplo, os lucros não caem. Por outro lado, a diminuição da receita líquida pode não reduzir os lucros, caso a taxa dos mesmos aumentar, no mínimo, proporcionalmente. Importa, portanto, agora acompanhar o lucro líquido das 50 maiores empresas para nos aproximarmos daquilo que, essencialmente, move as economias capitalistas.

Gráfico 4 – Lucro líquido sobre o PIB das 50 maiores empresas entre 2000-2018



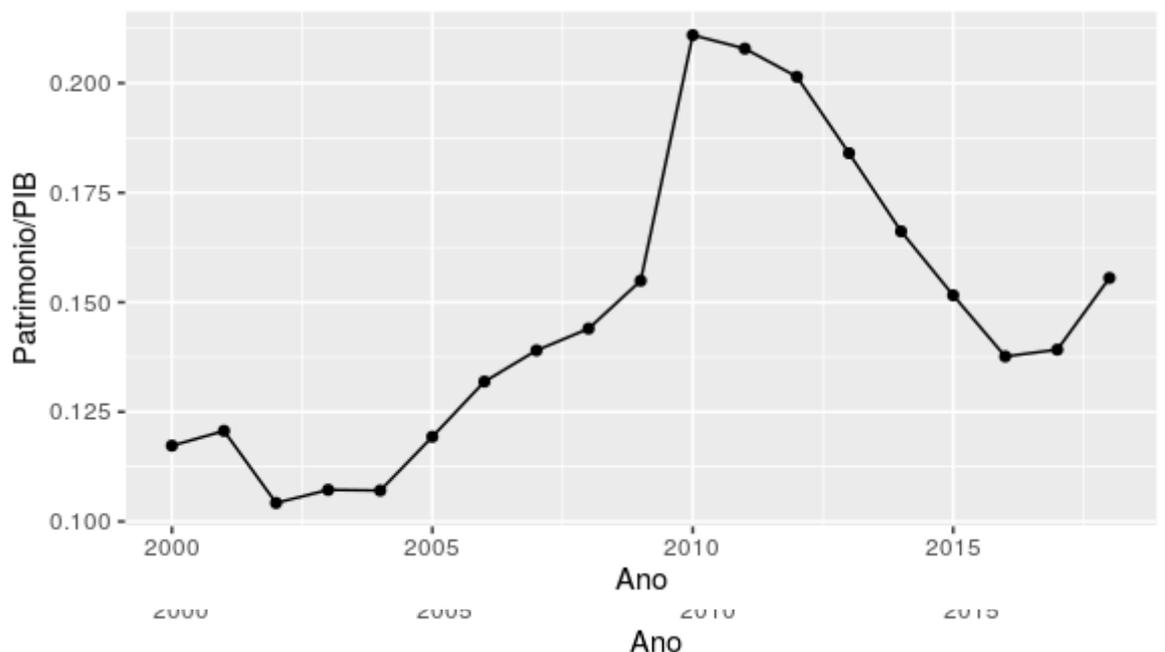
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021

Como vemos, no gráfico acima, o comportamento do lucro líquido é bem distinto do observado no Gráfico 1 que representa a receita líquida. De pronto, a série inicia em queda até 2003. Aquele momento corresponde justamente ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, à eleição de Lula para presidência e 2003 é o primeiro ano de seu governo. Isto coincide com a interrupção daquela tendência de queda. A partir dali, esta reversão eleva os lucros líquidos das maiores empresas do Brasil para um novo patamar que perdurou os dois mandatos de Lula na presidência até o primeiro ano do governo Dilma em 2011, apesar de certa turbulência presente desde 2008.

A derrocada que segue, no entanto, é impressionante. Com efeito, os lucros líquidos saem de seu ponto mais alto em 2010 para níveis negativos em 2015. Ao que tudo indica, esta tendência parece marcar o impacto da crise mundial no Brasil. Não obstante a chegada tardia, em 2011-2012, tal impacto não deixa dúvidas sobre a seriedade do processo em curso. Ao que parece, as empresas tentam compensar as baixas do lucro aumentando seu volume de vendas. Com efeito, este movimento é observável no Gráfico 1, em que a receita líquida, após queda em 2009, sobe para um patamar muito superior em 2010. O pico deste patamar, inclusive, é, precisamente, no auge da queda dos lucros em 2015.

Isto posto, todos os indicadores demonstram sérias dificuldades no período 2011-2015 para as empresas em foco. No Gráfico 5, a seguir, por exemplo, vemos como, após o movimento de centralização de 2010, o patrimônio líquido das 50 maiores empresas brasileiras entra numa queda que só começa a ser revertida em 2017.

Gráfico 5 – Evolução da relação entre Patrimônio líquido e PIB das 50 maiores empresas da economia brasileira entre 2000 e 2018



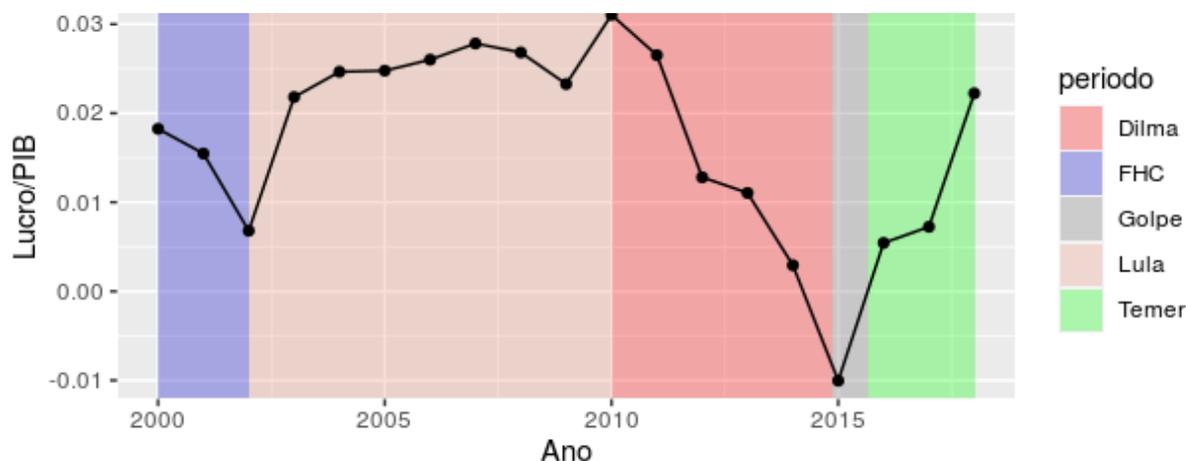
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

O mesmo movimento se confirma no campo do endividamento empresarial. O Gráfico 6 explicita o crescente aumento do endividamento das 50 maiores empresas da economia brasileira com um pico acentuado, exatamente, em 2015. A tendência parece ser revertida a partir de 2016.

É neste bojo que acontece, a partir de 2 de dezembro de 2015, o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff – afastada temporariamente em 12 de maio e definitivamente em 31 de agosto de 2016. E é neste ano que começa a recuperação que define o final do período entre o golpe em 2016 e os dois anos do governo Temer em 2017-2018.

Temos, assim, 3 pontos principais de inflexão que marcam a trajetória dos lucros líquidos ao longo do período analisado: 2003, 2011 e 2016. Como vemos, há certa correspondência entre os diferentes momentos econômicos localizados e os mandatos presidenciais. Estes momentos-chave nos ajudam a entender melhor o que aconteceu, ao permitir que associemos os movimentos econômicos com os mandatos presidenciais, como assinalado no Gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7 – Lucros líquidos sobre o PIB com período dos mandatos presidenciais assinalados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

As tendências registradas parecem, agora sim, apontar para a direção daquela hipótese segundo a qual o padrão exportador de especialização produtiva no Brasil atinge seu auge entre 2003 e 2010. Aqui é importante ter em mente, no entanto, aquela mudança na contabilidade do *Valor1000* em 2010, pois é possível que o aumento de 2011 tenha mais a ver com o aumento das empresas contabilizadas com os balanços consolidados. A queda verificada em 2011 poderia, assim, estar apenas continuando a tendência existente desde 2008. Com isso, o auge do padrão teria tido um intervalo ainda menor – entre 2003 e 2007, apenas – e entraria em crise já em 2008 com a eclosão da crise mundial.

De alguma forma, os impactos da crise podem ter, portanto, contribuído com as tensões que levaram ao golpe de 2016 no Brasil. Assim como, a destituição da então presidenta Dilma Rousseff, ao acelerar a agenda de contrarreformas reivindicadas pelas classes dominantes diante da crise em curso, pode ter corroborado para a reversão da tendência de queda dos lucros. Com efeito, os lucros líquidos das maiores empresas do Brasil voltam a subir desde então.

3.3.4 Padrão de reprodução do capital e reordenamento empresarial no Brasil: os setores industriais e os setores agrominerais

Para finalizar, há ainda um outro elemento do padrão atual que marcou a economia brasileira do século XXI. Com efeito, se olharmos detidamente o comportamento dos maiores

setores econômicos do Brasil, vemos que uma alteração importante começa ao longo dos mandatos de Lula na presidência. Trata-se de um ganho de posição dos setores ligados à produção agroindustrial e ao extrativismo mineral em detrimento de setores industriais. Isto marca a mudança dos setores estratégicos e portanto do padrão de reprodução do capital no Brasil, concluindo a transição aberta nos anos 1980 para o padrão exportador de especialização produtiva. Este parece ser, portanto, um novo marco da liquidação dos traços do padrão industrial anterior diante da nova configuração do sistema capitalista mundial.

Para desvelar este processo, comecemos por analisar as 25 maiores receitas líquidas do Brasil no final do governo FHC (2000-2002):

Tabela 3 – Receita líquida em R\$ milhões das 25 maiores empresas entre 2000-2002

2000-2002	2000-2018	Empresa	Setor	TOTAL
1	1	Petrobras	Petróleo e Gás	150.040,97
2	16	Petrobras Distribuidora	Petróleo e Gás	47.484,87
3	14	Volkswagen	Veículos e Peças	29.726,23
4	37	Ipiranga	Petróleo e Gás	26.371,04
5	8	Telefônica/Telefônica São Paulo/Telefônica Brasil	Telecomunicações	26.141,94
6	34	Shell	Petróleo e Gás	26.045,81
7	59	Furnas	Energia Elétrica	25.582,65
8	40	GM/General Motors	Veículos e Peças	22.313,70
9	5	Pão de Açúcar/Grupo Pão de Açúcar/GPA	Comércio Varejista	22.059,09
10	11	Carrefour/[Atacadão/Carrefour]	Comércio Varejista	21.725,75
11	41	Embratel	Telecomunicações	20.892,98
12	39	Telemar	Telecomunicações	19.976,52
13	3	CVRD/Vale	Mineração	19.602,30
14	25	Embraer	Veículos e Peças	19.056,92
15	56	Texaco/Texaco Brasil	Petróleo e Gás	18.522,82
16	58	Esso	Petróleo e Gás	17.953,47
17	17	Fiat Automóveis/FCA - Fiat Chrysler Automobiles	Veículos e Peças	17.871,99
18	49	Itaipu Binacional	Energia Elétrica	17.665,50
19	52	Brasil Telecom	Telecomunicações	17.066,99
20	79	Eletropaulo/Eletropaulo Metropolitana	Energia Elétrica	16.301,24
21	10	Bunge Alimentos	Alimentos	16.231,34
22	77	Varig	Transportes e Logística	15.824,03
23	9	Brahma/CBB-AmBev/AmBev/Cervejaria Ambev	Bebidas e Fumo	13.724,90
24	15	Cargill	Alimentos	13.608,62
25	29	Correios	Serviços Especializados	13.392,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

A composição das empresas, no geral, não difere significativamente do ranking de 2000 a 2018, já apresentado na Tabela 1. Alguns nomes mudam – a Ipiranga será incorporada pela Ultrapar e a Shell aparecerá mais tarde como Raizen, por exemplo, na Tabela 1 –, outros, como a Braskem (criada em 2002) ou a JBS, ainda não aparecem no ranking acima, mas, de resto, as grandes empresas que vão dominar o ranking do século XXI já estão presentes no início do século.

Assim mesmo, a colocação de distintas empresas difere sensivelmente. Chama a atenção, como já dito, a ausência da segunda maior empresa do período completo, por exemplo. A JBS/Friboi é nesta época inicial a 61ª colocada e nem aparece na tabela acima. A terceira

e a Cargill sobem no ranking entre 2003-2010; a JBS, finalmente, aparece entre as 50 maiores empresas do período; e a Ambev sai da 23ª colocação para a 15ª. A receita líquida do setor de alimentos cresce impressionantes 238,32% em relação ao período anterior, muito acima da média geral neste momento. No entanto, as empresas automobilísticas se mantiveram também entre as primeiras: a GM se mantém em 8ª, a Fiat sobe da 17ª para a 9ª colocação e, apesar de perder uma posição, a Volkswagen segue com a 4ª maior receita líquida do período. O setor de veículos e peças se conserva, assim, como o segundo maior em receita, inclusive, aumentando sua margem em relação ao terceiro colocado. Se não soubéssemos o que se passa em seguida, poderíamos afirmar que sua posição se solidifica no padrão de reprodução que vigora no Brasil.

Parece-nos que estes resultados estão de certa forma ligados entre si pela estratégia petista. Com efeito, a conjuntura comercial favorável às *commodities* permitiu um desdobramento importante para a economia brasileira. Ao longo dos dois mandatos em que Lula esteve na presidência, a situação favorável das reservas e da balança comercial brasileira abriu a possibilidade de importantes incentivos para o consumo no país – desde a abertura de linhas de crédito baratas e a diminuição de impostos sobre produtos industrializados (IPI) até a valorização do salário-mínimo. Esta parece ser uma explicação possível para a estabilidade do setor de veículos e peças.

Passada esta conjuntura, começa a inversão entre os setores de alimentos e veículos e peças. Em 2011, no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, eclode a crise no Brasil. Esta foi particularmente aguda para o setor automotivo, enquanto o setor de alimentos segue crescendo. A tabela abaixo ilustra bem a situação.

Tabela 4 – Receita líquida das 25 maiores empresas da economia brasileira entre 2011 e 2016

2011-2016	Nome da empresa	Sector	TOTAL
1	Petrobras	Petróleo e Gás	1.771.932,0
2	JBS-Friboi/JBS	Alimentos	684.161,0
3	CVRD/Vale	Mineração	566.603,2
4	Ultra/Ultrapar	Petróleo e Gás	384.265,5
5	Pão de Açúcar/Grupo Pão de Açúcar/GPA	Comércio Varejista	331.343,2
6	Raízen Combustíveis/Raízen	Petróleo e Gás	269.002,9
7	Braskem	Química e Petroquímica	250.673,4
8	Gerdau	Metalurgia e Siderurgia	237.030,7
9	Brahma/CBB-AmBev/AmBev/Cervejaria Ambev	Bebidas e Fumo	224.551,9
10	Cosan	Petróleo e Gás	220.035,5
11	Telefônica/Telefônica São Paulo/Telefônica Brasil	Telecomunicações	217.424,5
12	Eletrobras	Energia Elétrica	211.015,4
13	Carrefour/[Atacadão/Carrefour]	Comércio Varejista	203.492,5
14	Bunge Alimentos	Alimentos	199.836,1
15	BRF Brasil Foods/BRF	Alimentos	179.681,2
16	Odebrecht	Construção e Engenharia	172.363,5
17	Oi	Telecomunicações	163.095,7
18	Cargill	Alimentos	158.425,8
19	Wal-Mart/Walmart	Comércio Varejista	145.674,8
20	Claro/Claro Telecom	Telecomunicações	137.996,6
21	Fiat Automóveis/FCA - Fiat Chrysler Automobiles	Veículos e Peças	131.133,5
22	Volkswagen	Veículos e Peças	127.545,5
23	Copersucar	Alimentos	124.507,9
24	Marfrig	Alimentos	123.662,3
25	Cemig/Cemig Distribuição	Energia Elétrica	108.506,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Novamente, as mudanças não acometem a liderança da Petrobras que segue em seu posto com 2,5 vezes a receita líquida da JBS que ocupa a segunda posição. Mas é, justamente, o salto da JBS para sua colocação atual que denota uma mudança. Com efeito, no período anterior, a empresa estava na 24ª colocação, aparecendo pela primeira vez entre as 25 maiores. Além disso, o setor de alimentos dobra sua presença no ranking com seis empresas entre as 25 maiores, ao invés das três do período anterior. No outro polo, a Fiat Automóveis e a Volkswagen são, neste momento, as duas empresas do setor de veículos e peças, no qual, no período anterior, se encontravam quatro empresas. Além disto, as mesmas perdem, respectivamente, 12 e 18 posições no ranking. Se tomarmos, inclusive, a taxa de crescimento da receita líquida das 70 maiores empresas ranqueadas, entre as cinco piores, três são do setor automobilístico – Fiat, Mercedes e Volkswagen, com esta última perdendo 50% de sua receita no período. Isto se reflete na posição dos setores entre 2011-2016.

Tabela 5 – Receita líquida dos 15 maiores setores da economia brasileira entre 2011 e 2016 em R\$ milhões

2011-2016	Setor	TOTAL
1	Petróleo e Gás	2.707.699,7
2	Alimentos	1.608.042,3
3	Comércio Varejista	785.803,3
4	Energia Elétrica	703.688,2
5	Telecomunicações	688.477,8
6	Veículos e Peças	597.715,1
7	Mineração	566.603,2
8	Metalurgia e Siderurgia	492.641,3
9	Química e Petroquímica	261.080,3
10	Bebidas e Fumo	224.551,9
11	Construção e Engenharia	172.363,5
12	Transportes e Logística	106.931,8
13	Serviços Especializados	98.815,9
14	Comunicação e Gráfica	85.945,2
15	Farmacêutica e Cosméticos	73.180,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

De fato, enquanto o setor de alimentos salta da quarta para a segunda colocação, o setor de veículos e peças passa de segundo para sexto em relação ao período anterior. Para ter um parâmetro, se a receita líquida do setor de petróleo e gás cresce 1,5 vezes de um período para outro, a de alimentos cresce 3,5 vezes e a de veículos e peças diminui 12%. No campo dos lucros líquidos, o movimento não é distinto, como vemos, na tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Lucros líquidos dos 19 maiores setores da economia brasileira entre 2011 e 2016 em R\$ milhões

2011-2016	Setor	TOTAL
1	Petróleo e Gás	113.508,6
2	Energia Elétrica	80.585,3
3	Bebidas e Fumo	75.692,8
4	Mineração	71.026,6
5	Serviços Especializados	43.001,3
6	Telecomunicações	39.583,1
7	Alimentos	26.004,4
8	Metalurgia e Siderurgia	23.717,6
9	Comunicação e Gráfica	14.650,6
10	Empreendimentos Imobiliários	13.086,3
11	Água e Saneamento	11.018,3
12	Transportes e Logística	8.863,0
13	Comércio Varejista	8.584,5
14	Química e Petroquímica	7.634,0
15	Construção e Engenharia	7.539,2
16	Materiais de Construção e Decoração	6.398,6
17	Farmacêutica e Cosméticos	5.538,3
18	Mecânica	5.373,1
19	Veículos e Peças	4.913,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Historicamente, a margem de lucros do setor de alimentos é particularmente estreita. Isto não impede que este se encontre em 7º lugar – era o 15º no período anterior. A melhor posição do setor de alimentos em termos de lucro é ocupada justamente neste momento. O setor de veículos e peças, de sua parte, é o 19º – em último no ranking apresentado. Se olharmos para esta mesma tabela, ranqueando os setores pela variação de seus lucros ao longo do período, obtemos a tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Variação acumulada em % dos 19 maiores setores da economia brasileira em termos de lucros líquidos entre 2011 e 2016

2011-2016	Setor	Variação (%)
1	Comunicação e Gráfica	552,38
2	Água e Saneamento	494,94
3	Transportes e Logística	272,78
4	Alimentos	221,31
5	Química e Petroquímica	177,60
6	Mineração	129,09
7	Comércio Varejista	123,47
8	Mecânica	68,40
9	Serviços Especializados	64,57
10	Farmacêutica e Cosméticos	44,07
11	Bebidas e Fumo	26,19
12	Metalurgia e Siderurgia	-3,24
13	Telecomunicações	-24,03
14	Petróleo e Gás	-27,93
15	Energia Elétrica	-33,10
16	Materiais de Construção e Decoração	-72,90
17	Construção e Engenharia	-74,46
18	Empreendimentos Imobiliários	-92,19
19	Veículos e Peças	-117,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Acima, vemos o tamanho do estrago da crise mundial no setor de veículos e peças. No outro polo, encontramos, junto com os setores do comércio varejista, da mineração, da indústria química e petroquímica, o setor de alimentos com variações positivas altas. O primeiro colocado, no entanto, surpreende e merece um parêntese. Não é frequente tal posição para o setor de comunicação e gráfica. Assim mesmo, esta posição é bastante emblemática se considerarmos que tal setor no Valor1000 é, fundamentalmente, composto pela Rede Globo e que sua tendência crescente no que tange seus lucros líquidos chega a seu ápice em 2015 – ano decisivo para o processo que se concretiza com o golpe jurídico-parlamentar no ano seguinte com participação ativa, justamente, desta empresa. Com efeito, é difícil explicar o ótimo desempenho desta empresa em plena crise no Brasil, sem explicitar sua centralidade na disputa hegemônica em curso no período. Em outras palavras, ao que parece, tal centralidade foi muito bem remunerada.

Consumado o golpe, o biênio 2017-2018 é de recuperação para as maiores empresas do Brasil. A receita líquida que estagnou com leve tendência de baixa entre 2016-2017, volta a subir em 2018, enquanto os lucros já estão em um patamar acima de 2014 em 2016 e em 2018

quase alcançam os níveis do início da crise em 2011 ou daquele novo patamar de 2003. Na Tabela 8 abaixo, podemos observar os resultados das 25 maiores empresas da economia brasileiras ranqueadas por suas receitas líquidas.

Tabela 8 – Receita líquida das 25 maiores empresas da economia brasileira entre 2017 e 2018 em R\$ milhões

2017-2018	Nome da empresa	Setor	TOTAL
1	Petrobras	Petróleo e Gás	633.531,0
2	JBS-Friboi/JBS	Alimentos	344.850,2
3	CVRD/Vale	Mineração	243.015,1
4	Raízen Combustíveis/Raízen	Petróleo e Gás	190.234,2
5	Ultra/Ultrapar	Petróleo e Gás	170.705,4
6	Cosan	Petróleo e Gás	109.051,4
7	Braskem	Química e Petroquímica	107.260,5
8	Carrefour/[Atacadão/Carrefour]	Comércio Varejista	104.547,0
9	Brahma/CBB-AmBev/AmBev/Cervejaria Ambev	Bebidas e Fumo	98.130,6
10	Pão de Açúcar/Grupo Pão de Açúcar/GPA	Comércio Varejista	94.022,0
11	Telefônica/Telefônica São Paulo/Telefônica Brasil	Telecomunicações	86.669,6
12	Gerdau	Metalurgia e Siderurgia	83.077,1
13	Bunge Alimentos	Alimentos	80.425,0
14	Cargill	Alimentos	79.799,5
15	Claro/Claro Telecom	Telecomunicações	64.268,1
16	BRF Brasil Foods/BRF	Alimentos	63.657,8
17	Eletrobras	Energia Elétrica	62.851,8
18	Copersucar ¹	Alimentos	57.671,3
19	CPFL	Energia Elétrica	54.881,5
20	Via Varejo	Comércio Varejista	52.618,0
21	ArcelorMittal Brasil	Metalurgia e Siderurgia	51.576,6
22	Fiat Automóveis/FCA - Fiat Chrysler Automobiles	Veículos e Peças	50.886,6
23	Wal-Mart/Walmart ²	Comércio Varejista	50.304,6
24	Marfrig	Alimentos	48.293,0
25	Neoenergia	Energia Elétrica	46.471,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

O que vemos acima é, além da diminuição da diferença de receita entre as empresas de petróleo e gás⁶⁶, a consolidação do setor de alimentos no ranking das maiores empresas do Brasil. O número de empresas do setor se mantém significativo neste biênio. Eram duas empresas de 2000 a 2002, três em 2003-2010 e as seis de 2011-2016 se encontram, novamente,

66 Isto explicita, na realidade, uma perda de mercado da Petrobras em relação às outras empresas concorrentes. Com efeito, neste biênio a receita da Petrobras corresponde a 1,35 vezes a receita das outras empresas do setor que constam no ranking das 25 maiores. No período 2011-2016, isto correspondia a 2,71 e entre 2003-2010, chegou a 5,3. Como vemos, esta é uma tendência de mais longo prazo, que, entretanto, ganha fôlego no pós-golpe na gestão de Pedro Parente na Petrobras. A política de preços – ou Paridade de Preços Internacionais (PPI) – exercida desde 2016, ao fixar o preço dos combustíveis distribuídos pela estatal com base no preço dos mesmos no mercado internacional, acaba garantindo condições de preço favoráveis para as empresas estrangeiras que atuam no país – e que, muitas vezes, importam os combustíveis para a comercialização, justamente, ao preço internacional. A despriorização do refino, a privatização da capacidade logística da Petrobras e a abertura da exploração do Pré-Sal através de concessões de ampla concorrência são outros elementos do mesmo movimento de fragilização da estatal e favorecimento das concorrentes – em sua maioria estrangeiras – no setor de petróleo e gás.

em 2017-2018. Enquanto isso, só resta a Fiat do setor automotivo no ranking. Ao olharmos na Tabela 9 para a receita dos setores chegamos ao ápice de notar a aproximação do setor de alimentos da receita do setor de petróleo e gás.

Tabela 9 – Receita líquida dos 15 maiores setores da economia brasileira entre 2017 e 2018 em R\$ milhões

2017-2018	Setor	2017	2018	TOTAL	Varição
1	Petróleo e Gás	499.331,5	632.524,5	1.131.856,0	26,67%
2	Alimentos	373.828,2	457.666,4	831.494,6	22,43%
3	Comércio Varejista	187.998,1	203.816,8	391.814,8	8,41%
4	Energia Elétrica	176.481,4	159.286,8	335.768,2	-9,74%
5	Mineração	108.532,0	134.483,1	243.015,1	23,91%
6	Telecomunicações	115.236,7	114.765,9	230.002,6	-0,41%
7	Metalurgia e Siderurgia	75.759,8	100.387,4	176.147,2	32,51%
8	Veículos e Peças	74.256,0	84.525,9	158.781,9	13,83%
9	Química e Petroquímica	49.260,6	57.999,9	107.260,5	17,74%
10	Bebidas e Fumo	47.899,3	50.231,3	98.130,6	4,87%
11	Eletroeletrônica	20.054,1	23.028,0	43.082,1	14,83%
12	Serviços Especializados	17.336,9	18.175,9	35.512,7	4,84%
13	Transportes e Logística	15.861,1	17.751,5	33.612,6	11,92%
14	Água e Saneamento	14.608,2	16.085,1	30.693,3	10,11%
15	Comunicação e Gráfica	14.801,7	14.678,9	29.480,6	-0,83%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

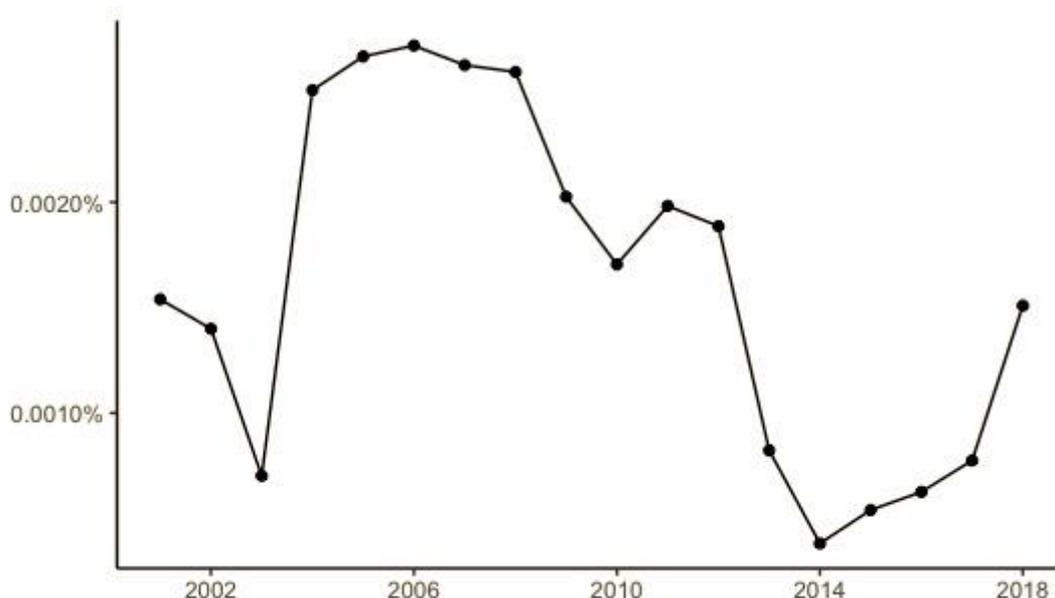
Com efeito, a relação entre o setor de petróleo e gás e o setor de alimentos que já chegou a 4,6 entre 2000-2002, no período atual regrediu para, apenas, 1,4, fundamentalmente, com base no crescimento do setor de alimentos. Além disso, os setores de mineração e metalurgia e siderurgia ganham terreno sobre o setor de veículos e peças. A conjuntura pós-golpe parece, portanto, consolidar a preponderância dos setores de alimentos e de mineração no padrão de reprodução do capital vigente no Brasil. O setor de alimentos se mantém em patamares elevados de receita e lucro, conseguindo mesmo aumentar sua margem de lucro historicamente baixa.

Este longo percurso em que acompanhamos os setores de alimentos e de veículos é, na realidade, representativo de um movimento mais amplo. Trata-se do avanço ao longo do século XXI no Brasil de setores agroindustriais e extrativistas minerais em detrimento de setores chaves do padrão industrial anterior. Ao observar a classificação dos setores por suas receitas líquidas, por exemplo, vemos que o que adiantamos em relação ao setor de veículos e peças ocorre com outros setores industriais, tais como o setor eletroeletrônico e o de tecnologia da informação – respectivamente, em 11º e 14º em 2000-2002 e que passam para a 17º e a 22º colocações entre 2000 e 2018. Por outro lado, setores mais ligados à produção agroindustrial e mineral extrativista ganham importância. De fato, como já vimos, o setor de alimentos passa da

6º para a 2º posição, enquanto o petróleo e o gás mantêm sua liderança com folga, a mineração passa do 10º lugar para o 7º e o setor de bebidas e fumo vai de 12º para 10º.

Este ganho de terreno por parte dos setores agroindustriais e extrativistas minerais é ainda mais nítido no campo dos lucros líquidos. No gráfico a seguir, agrupamos o conjunto dos setores agroindustriais presentes no Valor1000 e comparamos seus lucros líquidos com o conjunto dos setores industriais⁶⁷. A curva é a diferença entre as cifras de cada um sobre o PIB.

Gráfico 9 – Diferença entre os lucros líquidos dos setores agroindustrial/extrativista mineral e os setores industriais em % do PIB



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Valor1000, 2021.

Num primeiro momento, o que se explicita é que o conjunto dos setores agroindustriais e extrativistas minerais ostenta lucros líquidos sempre superiores aos setores industriais no século XXI. No entanto, se tal diferença parecia estar diminuindo no final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o novo patamar econômico dos governos Lula se traduziu num impulso significativo da distância entre ambos. Com efeito, ao final do primeiro mandato de Lula, em 2006, esta chegou a aumentar 178,16% em relação ao início da série em 2001. A queda

67 Neste caso, estamos comparando os lucros líquidos com base na totalidade das 1000 empresas presentes por ano no Valor1000. O conjunto agroindustrial e extrativista mineral é composto dos setores de Álcool e Açúcar, Agricultura, Agropecuária, Alimentos, Bebidas, Fumo, Papel e Celulose, Mineração e Petróleo e Gás. Por vezes a Siderurgia e a Metalurgia formam um mesmo setor com a Mineração, causando um pequeno gargalo se o objetivo fosse a precisão dos dados. Por outro lado, o conjunto industrial é composto pelos setores da Construção Civil, Eletroeletrônica, Mecânica, Plásticos e Borracha, Tecnologia da Informação, Têxtil, Couro e Vestuário e Veículos e Peças.

desta diferença parece acompanhar o impacto da crise mundial, já em 2009, apesar de certa recuperação entre 2011-2012, alcançando praticamente a igualdade dos lucros líquidos dos dois conjuntos em 2014. No entanto, a tendência é revertida a partir de 2015 e se mantém em alta até onde nossos dados alcançam, em 2018.

Ao que tudo indica, portanto, o desmantelamento do padrão de reprodução industrial é um processo contínuo ao longo do século XXI. Processo este que acompanha a consolidação de setores produtores de matérias-primas e alimentos próprios do novo padrão exportador de especialização produtivo. Se olharmos para o direcionamento do fundo público, através do Orçamento Público, as conclusões são similares. A Tabela abaixo mostra a evolução do orçamento pago das Funções Agricultura e Indústria de 2010 a 2021 e a relação do orçamento da Agricultura sobre a Indústria.

Tabela 10 – Orçamento pago das Funções Agricultura e Indústria e a relação de ambas

Ano	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	AGRICULTURA/INDÚSTRIA
2010	17.604.289.299,81	2.843.984.069,83	6,19
2011	17.506.700.616,22	2.975.457.475,55	5,88
2012	17.711.113.490,67	3.260.616.195,78	5,43
2013	15.866.893.646,41	3.089.017.431,29	5,14
2014	15.468.364.213,17	3.200.910.817,09	4,83
2015	24.933.667.352,45	2.770.527.788,00	9,00
2016	25.626.227.411,82	2.687.877.801,91	9,53
2017	19.156.861.827,95	2.701.920.164,83	7,09
2018	19.067.879.941,98	2.440.319.436,60	7,81
2019	17.103.386.030,67	1.979.262.415,88	8,64
2020	14.681.406.312,09	1.765.371.783,24	8,32
2021	16.803.484.836,37	1.591.476.227,90	10,56

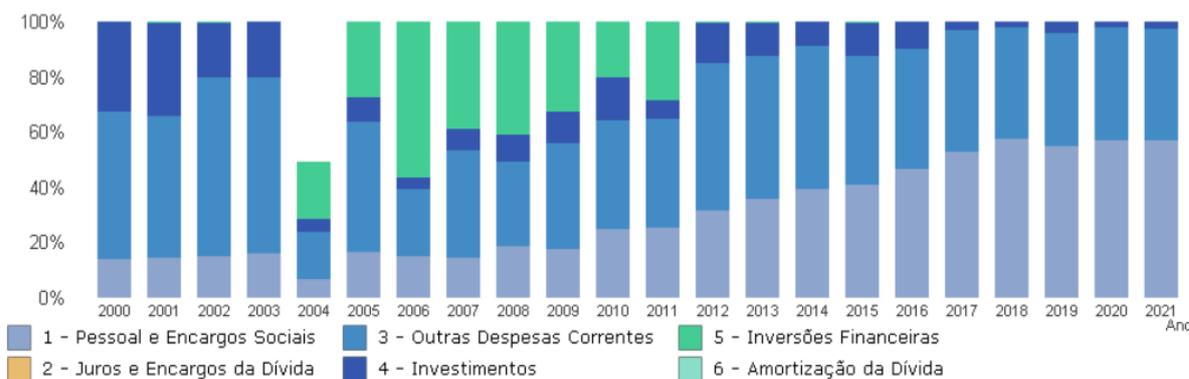
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Siga Brasil, 2022.

Os dados são bastante ilustrativos da situação acompanhada. De um lado, o orçamento da Função Agricultura se mantém, relativamente, estável no quadro geral. Começa em 2010 com R\$ 17,6 bilhões e chega em 2021 com R\$ 16,8 bilhões. Uma leve diminuição de -4,5% ao longo do intervalo e um pico significativo no biênio 2015-2016 em que o recurso pago chega a R\$ 25,6 bilhões, significando um aumento de 45,6% em relação a 2010. Do outro lado, se encontra a Função Indústria que, ao longo do período, perde simplesmente 44% de seu orçamento pago. A Função inicia numa tendência de alta entre 2010 e 2014, no entanto, a partir daí, a queda acentuada dos recursos reverte completamente o quadro.

Além disso, impressiona o volume de recursos destinados à Agricultura em relação à Indústria. No início da nossa série, em 2010, o orçamento pago para a Agricultura foi 6,19 vezes maior que o orçamento pago para a Indústria. Esta relação vinha diminuindo e chega ao seu menor nível em 2014 – ano em que a Agricultura recebeu 4,83 vezes mais recursos que a Indústria. No entanto, já em 2015, esta relação volta a aumentar e, em 2021, o orçamento pago para a Agricultura foi 10,56 vezes maior que o da Indústria.

No gráfico abaixo, ainda, vemos o gasto da Indústria separado pelos diferentes grupos de natureza de despesas.

Gráfico 10 – Composição da Função Indústria por grupos de natureza de despesas (em %)



Fonte: Painel do Orçamento Federal, 2021.

No geral, são dois grandes grupos. As despesas correntes são aquelas utilizadas para a manutenção e funcionamento da estrutura e do pessoal existentes e, no gráfico, estão identificadas com os números 1, 2 e 3. Por outro lado, as despesas de capital contribuem para a geração de novas estruturas e denotam, portanto, novos investimentos para obras e aquisições.

A tendência no gráfico explicita desde 2004 uma diminuição expressiva das despesas de capital. Com efeito, as despesas de investimento e as inversões financeiras vão minguando e entre 2019-2021, não há qualquer inversão financeira nas despesas da Indústria e o investimento chega a ínfimos 2,16% em 2020 – em 2006, no auge das despesas de capital, as mesmas atingiram 60,66%. Em contrapartida, o peso das despesas correntes aumenta muito. No entanto, ao contrário do que se poderia pensar, não se trata de aumento do valor absoluto da despesa, mas um aumento relativo. O mesmo valor diante da diminuição dos recursos totais que vimos destinados à Indústria aumenta seu peso relativo.

Dentro das despesas, há ainda um outro movimento relevante: o aumento das outras despesas correntes em detrimento das despesas de custeio com pessoal e encargos sociais. Há duas hipóteses possíveis aqui. A primeira explicita simplesmente uma diminuição do número de servidores públicos empregados na área e a diminuição dos concursos públicos do período corrobora essa explicação. Enquanto a segunda hipótese poderia explicitar uma diminuição da importância dos salários reais do funcionalismo público e a priorização da remuneração baseada em benefícios e auxílios que são contabilizados como outras despesas correntes no Orçamento Público.

Ao que nos parece, portanto, a perda de posição industrial é uma das tendências fundamentais do período estudado. A queda de recursos do Orçamento Público e o declínio dos setores industriais consolidam a tese de um novo padrão centrado na exportação de matérias-primas e alimentos. O próprio enfraquecimento do setor automobilístico é emblemático pela centralidade que o mesmo teve no padrão anterior. A notícia do fechamento das fábricas da Ford em 2021, após 100 anos fabricando veículos no país, parece coroar um dos processos centrais para a compreensão da conjuntura atual e, esperamos, para sua superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta tese com o nítido sentimento que esta é uma investigação inacabada. Esta afirmação é feita, obviamente, sem qualquer carga negativa, mas como um balanço sincero das páginas acima. Nos parece que ainda estamos delimitando melhor um problema e que o que avançamos são considerações preliminares a serem aprofundadas e melhor delineadas para a caracterização do período estudado.

Há ausências importantes que gostaríamos de sinalizar, pois orientarão os próximos passos daqui para frente. Já no primeiro capítulo são três as questões teóricas e históricas que nos incomodam. A primeira é a apropriação do método marxista. Gostaríamos de ter desenvolvido isto melhor. O tempo foi um limite, mas as páginas dedicadas ao tema não nos parecem satisfatórias. Uma incursão mais profunda neste âmbito seria importante no futuro. A segunda e a terceira questão se interligam e dizem respeito à caracterização da reconfiguração capitalista dos anos 1970. Este é um processo decisivo para o nosso tema e teria sido importante uma melhor aproximação dos autores clássicos – ficamos muito instigados pelas leituras rápidas que fizemos dos textos de Ernest Mandel, por exemplo – assim como, um aprofundamento no debate sobre o imperialismo. Esta é talvez a maior ausência do primeiro capítulo, já que a dependência é inconcebível sem imperialismo. As poucas páginas que dedicamos ao tema nos parecem, por isso, insuficientes.

O segundo capítulo passou por algumas versões. Na realidade, desde o TCC que venho trabalhando a formação social brasileira e sinto que as discussões no doutorado – entre as pacientes e generosas orientações da Prof^a. Elaine Behring, as disciplinas, os ciclos de debate no Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) e no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS) e a qualificação – me permitiram um arejamento que não está completamente contemplado no segundo capítulo. A apropriação de novos autores – dos quais é preciso marcar a importância de Clóvis Moura, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes – precisa ainda de certa “digestão” que está, na realidade, em pleno processo de maturação.

Ainda assim, a incorporação da dimensão étnico-racial à análise das relações sociais brasileiras foram um salto na compreensão da realidade brasileira que precisa ser aprofundado, mas que já indica um caminho teórico-metodológico para o adensamento das categorias *dependência* e *superexploração*. Por outro lado, a ausência de uma análise do patriarcado na

situação dependente e suas consequências sobre as classes sociais étnico-racializadas e a classe trabalhadora, em especial, é uma lacuna grave.

No terceiro capítulo, há três temas que nos preocupam. O primeiro tem a ver com a caracterização das décadas de 1980 e 1990. Entre a transição democrática, o neoliberalismo e o novo padrão de reprodução do capital, este é um momento decisivo de nossa história recente que, ademais, já foi largamente estudado, mas que nesta tese foi abordado muito superficialmente. Teria sido importante uma explicação que conseguisse explicitar os vínculos entre as transformações mundiais, a ofensiva burguesa no Brasil e as mudanças no padrão.

Isto nos leva a uma preocupação mais séria em relação ao próprio conceito de padrão de reprodução do capital. Este é um guia fundamental dos nossos estudos e pesquisas nos últimos anos e o próprio Prof. Jaime Osorio é um destes mestres raros na academia com o qual tenho o privilégio de dialogar. No entanto, a noção de padrão nos parece poder levar – como toda tentativa de tipologia, aliás – a um certo engessamento da realidade social e dos processos de transformação em curso, além de uma homogeneização das realidades nacionais latino-americanas dentro de um mesmo conceito. É uma chave explicativa decisiva da situação atual que, para ser útil, precisa, portanto, ser confrontada às movimentações históricas próprias do período e do país caracterizados. Penso que na minha trajetória, a ausência deste confronto começa apenas a ser superado e esta tese sofre, de certa maneira, deste problema.

A pesquisa empírica, de sua parte, teve restrições importantes. Inicialmente, a exploração dos dados do *Valor1000* eram uma primeira etapa da investigação. No entanto, não conseguimos seguir o curso da mesma e, apesar de conseguir adiantar algumas considerações nas páginas anteriores, seria preciso levar adiante a pesquisa para confirmá-las e traçar um panorama mais amplo e rico da situação estudada. Esta é uma tarefa futura que esperamos poder levar adiante agora coletivamente em espaços da pesquisa universitária.

Por fim, há uma lacuna que perpassa a tese toda. Com efeito, este era um dos aspectos da contribuição do nosso trabalho, mas que não pudemos abordar pelos limites que nos foram impostos. As contribuições da Prof^a Elaine Behring sobre o *fundo público* – com as quais só tive contato ao longo deste doutorado – e os debates que pudemos ter sobre o tema instigaram o princípio de uma reflexão sobre as mediações necessárias para o entendimento do fundo público diante do caráter dependente de nossa formação social. O direcionamento do fundo público num país dependente talvez possa ser explicado pela subsoberania própria de nossos Estados, por exemplo. O caráter racista do Estado dependente brasileiro poderia contribuir para explicar também a orientação do fundo público para a hipertrofia de mecanismos coercitivos.

A *punção* do trabalho necessário para a conformação do fundo público não seria mais uma dimensão da superexploração? Como as particularidades dependentes do ciclo do capital e sua articulação com os padrões de reprodução do capital vigentes impactam a constituição e o papel do fundo público? Ou ainda, não seriam as transferências de valor para o centro uma chave explicativa decisiva para a compreensão do fundo público e da sangria de recursos desatada pela dívida, por exemplo? Estas são algumas das perguntas que surgiram deste debate e que começam apenas a serem encaradas em trabalhos que, infelizmente, não foram incorporados nesta tese.

Além disso, os dados do Orçamento Público teriam contribuído muito para o acompanhamento da ação estatal em meio às transformações estudadas. Estes aparecem apenas lateralmente nas páginas anteriores, mas poderiam ter conformado um dos pontos fortes da tese. Tivemos, inclusive, esta confirmação ao analisar preliminarmente as funções econômicas do orçamento do governo Bolsonaro em artigo coletivo do GOPSS e as conclusões batem com as caracterizações acima.

Com efeito, a predominância da função Agricultura é óbvia e só confirma o peso dos setores agropecuários no direcionamento do fundo público brasileiro, já que a maior parte dos recursos desta função não são destinados à agricultura familiar. Outra confirmação se encontra na comparação entre as Funções *Agricultura* e *Indústria*. O peso da Função *Agricultura* entre as Funções econômicas parece mesmo indicar a especialização produtiva em curso na América Latina e o reforço no Brasil exatamente daqueles setores agropecuários estudados com a contribuição do Estado brasileiro. Por outro lado, o pequeno orçamento da Função *Indústria* explicita a perda de contralidade dos setores industriais brasileiros. A diminuição progressiva de seu orçamento autorizado é bastante ilustrativa: foram R\$ 2.240.727.325,00 em 2019, R\$ 2.147.917.941,00 em 2020 e R\$ 1.805.941.876,00 em 2021.

Uma apreciação detida da Função *Indústria* confirma, inclusive, o comprometimento de grande parte de suas subfunções com a Função *Administração*, responsável pela maioria das despesas correntes. Mas se focarmos nossa apreciação nas subfunções especificamente da Função *Indústria* aparece a importância dos recursos destinados à... mineração! Além de haver uma subfunção própria para a mesma, esta é a maior entre 2019-2020 e fica em segundo por muito pouco em 2021. Isto nos permite compreender o peso do setor extrativista mineral na economia brasileira e seu reforço através do direcionamento do fundo público. Permite também vislumbrar a orientação do projeto industrial em curso em nossa sociedade e de certa forma

contribui para a confirmação da hipótese que a especialização produtiva brasileira aponta para uma reprimarização da economia de nosso país.

Enfim, estas são apenas algumas indicações da importância de vislumbrar o direcionamento do fundo público na análise da situação atual. O fato de não ter conseguido incorporar esta dimensão empobrece nosso trabalho, mas fica como desafio para os próximos passos.

Em suma, parece-nos que pudemos vislumbrar como as primeiras décadas do século XXI foram ricas em transformações importantes para o período que vivemos. Esperamos ter contribuído para a explicitação do caráter dependente do Brasil atual. No fundo, ao confirmar que os setores estratégicos da economia brasileira não são os setores estratégicos da produção capitalista mundial, só fizemos comprovar o óbvio: não somos uma economia capaz de disputar a liderança econômica no mundo capitalista atual. Como vimos, estamos subordinados a tal liderança e contribuimos para sua reprodução enquanto tal.

No período abordado, esta condição nos parece reafirmada tanto ao longo dos governos petistas, quanto no momento que sucede o golpe de 2016. Com efeito, o que vimos foi uma reconfiguração dos setores estratégicos da economia brasileira em que os setores agroindustriais e extrativistas minerais ganharam terreno. Ao que tudo indica é uma aceleração da transição aberta nos anos 1980 para o padrão exportador de especialização produtiva e tal processo acontece em pleno governo Lula. Somente a mistificação do mesmo pode permitir que o *ciclo progressista* seja apresentado como uma via para a superação da dependência.

Neste sentido, o desvelamento das transformações em curso ali traz questionamentos para a própria caracterização do projeto petista. Nos parece difícil sustentar a ideia de que os governos Lula e Dilma foram novo-desenvolvimentistas. As experiências reformistas latino-americanas clássicas, em sua concepção desenvolvimentista, tinham um compromisso com o fortalecimento da burguesia nacional industrial e da industrialização que, mesmo que de maneira equivocada, guardavam uma relação com a superação da dependência. O petismo parece querer enxergar no empresariado brasileiro uma versão atualizada da burguesia nacional industrial. No entanto, como vimos, o empresariado no Brasil se atualizou, financeirizando-se e acompanhando requisições imperialistas numa direção que recoloca os setores ligados à produção de alimentos e de matérias-primas no centro da reprodução capitalista do país. Não há qualquer indicio que isto possa produzir algo distinto do que a reprodução da dependência brasileira.

Assim mesmo, o petismo foi destituído por um golpe. Pode parecer um contrassenso. No entanto, isto também nos ajuda a caracterizar os governos petistas. Com efeito, o projeto petista difere dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Bolsonaro pela conciliação de classes proposta. A reprodução da dependência se dá por isso em termos diferentes. A subordinação segue, as burguesias imperialista e dependente prosperam, o realinhamento dos setores estratégico é incentivado, mas uma parcela minoritária do fundo público é destinada às demandas da classe trabalhadora. Este pacto de classes tem êxito por um período considerável das duas primeiras décadas do século XXI, mas sua reprodução encontra uma barreira intransponível na eclosão da crise mundial no Brasil. Neste sentido, este esgotamento demonstra apenas a estreiteza que a dependência impõe, inclusive, para projetos de conciliação diante de classes dominantes comprometidas umbilicalmente com a reprodução da dependência em seu próprio benefício.

O governo Dilma cai, portanto, diante da radicalidade da agenda necessária às classes dominantes para a reconfiguração do padrão de reprodução do capital em curso em pleno acirramento da crise mundial no Brasil. Então cai parecendo o último dique de contenção, enquanto estava mais para filtro. Mas o extremismo de Bolsonaro no fundo dá a dimensão do alinhamento necessário no momento atual. Se quisermos outro exemplo histórico de reconfiguração para o padrão exportador de especialização produtiva em plena crise mundial basta lembrar que as classes dominantes chilenas e imperialistas das décadas de 1970-80 tiveram de recorrer ao sanguinário regime de Augusto Pinochet. Este parece ser o padrão de dominação imposto pelas profundas transformações necessárias às classes dominantes neste processo quando a luta de classes se acirra em pleno aprofundamento da crise capitalista.

O governo Bolsonaro não é portanto um acidente, mas é fruto de transformações mais profundas no padrão de reprodução do capital no Brasil, de uma crise mundial, do acirramento da luta de classes e de uma crise de hegemonia. De alguma forma, o período anterior criou condições propícias para sua aparição, ganho de forças e triunfo eleitoral. Isto faz o petismo de alguma maneira também responsável, apesar da ofensiva ter partido das classes dominantes. Diante da situação colocada, a escolha destas classes foi e segue sendo o bolsonarismo. Assim mesmo, é preciso dizer: os governos petistas contribuíram com a situação atual.

Esta afirmação é acida para os tempos atuais em que o retorno do petismo se mostra a alternativa mais palpável para nos tirar do atoleiro. Assim mesmo, é preciso fazê-la para preparar os tempos vindouros. A história não se repete e a reedição das primeiras décadas do século XXI nos parece uma ilusão que, apesar de sua utilidade eleitoral, mistifica a estreiteza

das possibilidades de um governo de conciliação nos tempos atuais. Além disso, mistifica a orientação socioeconômica dada ao Brasil naquele momento. O povo brasileiro terá de produzir outra orientação para os rumos da sociedade brasileira se quiser superar a situação atual. Orientação que tenha na superação da dependência e, portanto, do capitalismo seu Sul.

Tal orientação, de sua parte, terá que se deparar com a realidade dos padrões vigentes para transitar por uma transição efetivamente socialista. De fato, será preciso responder como encarar a centralidade dos setores agroindustriais e extrativistas minerais nas nossas sociedades? Seria muito distinto se nossas revoluções herdassem a estrutura produtiva de um país central – ainda que os desafios destas sociedades também sejam gigantes. Mas a pergunta ainda é se poderemos sustentar uma revolução nas condições atuais – exportando matérias-primas e alimentos? Ou ainda, como poderemos impulsionar o fortalecimento de um setor industrial com base nos setores agroexportadores? Uma reorientação destas seria possível sem a expropriação das classes dominantes ligadas aos mesmos?

A secundarização deste tipo de debate é um dos elementos que nos parece permitir as ilusões reformistas que hegemonizam atualmente a esquerda brasileira. Tal debate confrontado às experiências revolucionárias existentes na história humana traria elementos importantes para a constituição de uma estratégia à altura dos desafios da superação do capitalismo dependente. Ao que tudo indica, não há outro caminho para a existência de uma organização social humana capaz de erradicar a exploração, o racismo, o patriarcado e as opressões vigentes na atualidade. Esperamos, como Eduardo Galeano, que “possamos ser capazes de seguir caminhando os caminhos do vento, apesar das quedas, traições e derrotas, porque a história continua para além de nós, e quando ela diz adeus, está dizendo: até logo”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARAL, Marisa Silva. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 3, p. 80-96, 2013.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Introdução: A substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ABELARDO RAMOS, J. *História da Nação Latino-Americana*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

ANDERSON, P. Las antinomias de Antonio Gramsci. *Cuadernos Políticos*. México, D.F., n. 13, p. 4-57, jul.-set. 1977, Editorial Era. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.13/CP13.3PerryAnderson.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BAGÚ, S. *Marx-Engels: Diez conceptos fundamentales - génesis y proyección histórica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

_____. *Economía de la Sociedad Colonial*. México: Grijalbo, 1992.

BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1983.

_____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*. São Paulo: Cortez, 2010.

BREDA, D. M. *Dependencia tecnológica y reproducción del capital: América Latina en el paradigma electroinformático*. 2015. 227f. Dissertação (Mestrado em Estudos latinoamericanos) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Nacional Autônoma do México, México/D.F., 2015.

_____. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo*. 2020. 217f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

CAMPOS, P. H. P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e aditadura civil-militar*. Niterói: Eduf, 2014.

CARCANHOLO, R. *Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx*. 2000. Disponível em: <<http://www.calameo.com/read/000140749829ad8e81336>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

_____. Situação mundial: Aspectos teóricos de la crisis capitalista. 2009. In: GRUPO de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Org.). *Segundo dossiê de textos marxistas sobre a crise*. São Paulo: 2009. Disponível em: <[https://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/DOSSIE\(1\).pdf](https://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/DOSSIE(1).pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. de. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, Helder. (Org.). *Especulação e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CECEÑA, A. E. Sobre las diferentes modalidades de internacionalización del capital. *Problemas del desarrollo*, n. 21, p. 15-40, abr.-jun. 1991.

_____. Proceso de automatización y creación de los equivalentes tecnológicos. In: CECEÑA, A. E. (Org.). *La tecnología como instrumento de poder*. México: Ediciones El Caballito, 1998.

CECEÑA, A. E.; BARREDA, A. *La producción estratégica como sustento de la hegemonia mundial: aproximación metodológica*. 1995. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/ana2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Estudio econômico de América Latina*. 1949. Disponível em: <repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1003/1949_es.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2019.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros. In: CHESNAIS, François. (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CUEVA, A. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

DE OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. *Margem Esquerda*. São Paulo, n. 27, p. 31-37, 2016.

DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ECHEVERRÍA, B. *El discurso crítico de Marx*. México: FCE/Itaca, 2017.

ENGELS, F. *Prefácio ao Manifesto Comunista*. 1883. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm#r16>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e da família*. 1884. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 31, n 84, p. 519-534, 2018.

FONTES, V.; MENDONÇA, S. R. *História do Brasil recente*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

FRANK, A. G. *Latin America: underdevelopment or revolution*. Nova York: MonthlyReview Press, 1969.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALHARDO, R. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. O Globo, 04/10/2008. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 04 de jul. 2019.

GONZALEZ, L. Mulher negra, essa quilombola. *Folha de São Paulo*, Caderno Folhetim, p. 04, 22 nov. 1981.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOUVÊA, M. M. Financeirização, Globalização e Imperialismo no século XXI: apontamentos sobre o atual padrão de reprodução de capital. In: *Anales del VI Encuentro de Economía Política y Derechos Humanos*, 2012.

GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavel, la política y el estado*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1980.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JAMES, C. L. R. *Los Jacobinos Negros*. La Havana: Casa de las Américas, 2010.

KATZ, C. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KLACHKO, P.; ARKONADA, K. *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KOSÍK, K. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAPAVITSAS, Costas. *Financialised capitalism: direct exploitation and periodic bubbles*. 2008. Disponível em: <<http://www.leftlibrary.com/lapavitsas1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LENIN, V. I. *El estado y la revolucion*. In: Obras Escogidas. Moscou: Editorial Progreso, 1978.

_____. *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUCE, M. S. *La expansión del subimperialismo brasileño*. 2008. Disponível em: <<https://rebelion.org/la-expansion-del-subimperialismo-brasileno/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI simpósio nacional da Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Las ondas largas del desarrollo capitalista*. Madrid: Siglo XXI, 1986. Disponível em: <<http://digamo.free.fr/ondaslargas.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

_____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARINI, R. M. *El subimperialismo brasileño*. 1971. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. O Estado de Contrainsurgência. *Cuadernos Políticos*, n. 18, Ediciones Era, México, p. 21-29, oct.-dic. 1978. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1978/07/20.htm>>. Acesso em: 27 out. 2021.

_____. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html>. Acesso em: 07 nov. 2018.

_____. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. *Cuadernos CIDAMO*, n. 7, México, 1982. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *La teoría social latinoamericana*. Tomo IV. México: Ediciones El Caballito, 2000.

_____. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

_____. Sobre a Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 181-194.

_____. Razones del desarrollismo. 1978. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. Portugal: Editorial Avante, 1982. Disponível em: <<https://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-de-marx-e-engels-menumarxismoleninismo-102/1223-marx-1849-trabalho-assalariado-e-capital>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____. Prefácio. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O Capital*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____; _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; _____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTE-CARDOSO, Artur. *Burguesia brasileira nos anos 2000: estudo de grupos industriais brasileiros selecionados*. 2014. 346p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286541>>. Acesso em: 27 out. 2020.

MOORE, S. *Crítica de la democracia capitalista*. México: Siglo XXI, 1979.

MOREIRA, C. A. Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira. In: BRAGA, Elza Maria (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

MOREIRA, C.; SEBAG, E. Um novo padrão de especialização produtiva? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 38, p. 90-106, jun. 2014.

MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um Racismo Mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependência*. México: Miguel Angel Porrúa-UAZ, 2004.

_____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: UAM-X, 2009.

_____. El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 31, p. 31-64, fev. 2012.

_____. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y revolución*, Buenos Aires, n. 25, 2013.

_____. *La noción de patrón de reproducción del capital*. 2014a. Disponível em: <<http://sociedadeconomicacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/1>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

_____. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Outras Expressões, 2014b.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política Social na América Latina. *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Editora Graal, 1981.

PRADO JR., C. Sentido da Colonização. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SABINO, C. *Racismo e luta de classes na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2020.

_____. *Notas sobre a história oculta da classe trabalhadora brasileira*. No prelo, 2021.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

_____. O injusto sistema tributário brasileiro. *Revista Politika*, Brasília, v. 1, n. 3, jan./jun. 2016.

SANTOS, F. L. B. d. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SIGA Brasil (Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

VALOR 1000 (Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Valor Data do Valor Econômico/Grupo Globo; Serasa Experian). Disponível em: <<https://especial.valor.com.br/valor1000/>>. Acesso em: 13 out. 2019.

VITALE, L. *Introducción a una teoría de la Historia para América latina*. Buenos Aires: Planeta, 1992. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/2lvc/02lvchistsocal0008.PDF>. Acesso em: 19 out. 2018.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americanas, 1975.

WOOD, E. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.